

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

Maria de Fátima Oliveira Mattos Grassi

ANEXO AO PROCESSO Nº 260/2003
DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM: 24/08/2006
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**Assentamentos de reforma agrária em Mato Grosso do Sul e as
representações de gênero: os papéis de homens e mulheres**

**MARÍLIA
2006**



MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA MATTOS GRASSI

**Assentamentos de reforma agrária em Mato Grosso do Sul e as
representações de gênero: os papéis de homens e mulheres**

Marília, SP

2006



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Faculdade de Filosofia e Ciências

Campus de Marília



**Assentamentos de reforma agrária em Mato Grosso do Sul e as
representações de gênero: os papéis de homens e mulheres**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Estadual Paulista - UNESP, como exigência para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, Linha de Pesquisa em Cultura, Sociabilidade e Identidade, sob a orientação da Profª. Drª. Lídia Maria Vianna Possas.

1410001925



Marília, SP

2006

Tese 1.925

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Lídia Maria Vianna Possas

Prof^ª. Dr^ª. Cristiani Bereta da Silva

Prof^ª. Dr^ª. Miriam Claudia Lourenção Simonetti

Aluna: Maria de Fátima Oliveira Mattos Grassi

Marília-SP, 24 de agosto de 2006.



“Conte como contas de pérolas as pedras que encontrar em seu caminho. Não leia nas pedras os significados de frias, duras, intransponíveis. Sinta-as polidas, preciosas, lapidadas para erguerem monumentos eternos. Uma pedra não é só uma pedra. Seguida de outras, é um caminho.”



*Em memória de Daniela Luiza Müller Bevilaqua
(11/04/1972-25/04/2004), testemunha e vítima
da violência de gênero. Uma pessoa especial
demais pra viver somente entre nós...*

AGRADECIMENTOS

À Profª. Drª. Lídia Maria Vianna Possas, por ter me acolhido, marcando de modo definitivo minha formação acadêmica e minha vida.

Às professoras Drª. Miriam Claudia Lourenção Simonetti e Drª. Cristiani Bereta da Silva, pelas valiosas sugestões e contribuições no exame de qualificação.

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação e Biblioteca Central, que gentilmente me atenderam inúmeras vezes e sempre de modo tão prestativo e atencioso.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP, Campus de Marília, pela contribuição em minha formação acadêmica.

Aos alunos colaboradores, Rosemeire, Priscila, Vanessa, Glaciane, Bruna, Katiane, Patrícia e Simone, pelo carinho, pela amizade e parceria em todos os momentos.

Ao meu marido, Prof. Dr. Luiz Eduardo Aparecido Grassi, por ter compartilhado esta longa travessia e construído mais este trabalho comigo.

Aos meus pais, Nelson e Shirley, que souberam compreender as muitas ausências, agradeço pelo amor, carinho e apoio em todos os momentos.

Aos meus irmãos e a toda a minha família, que mesmo à distância, sempre entenderam a importância do mestrado em minha vida, oferecendo-me amor, ajuda e apoio incondicionais.

Ao Prof. MSc. Lauro Joppert Swensson, que entre risos, doçuras e delícias culinárias, sempre me acompanhou, oferecendo contribuições valiosas para a realização dessa dissertação.

Aos funcionários da UEMS, pelo apoio, em especial: Vanessa Magalhães, Elaine Rodrigues, Celso Alves de Almeida e Welington Paulino de Castro. Aos motoristas: Nelson Aquino da Silva Lima, Adílson Alves Pereira, Luiz Carlos Zurutuza, José Márcio Vilas Boas,

Luiz Ramão de Oliveira Souza e José Medeiros Alves que, em tantas visitas aos assentamentos, acabaram fazendo parte de nossa equipe.

Aos funcionários do INCRA e do IDATERRA, pela gentileza em nos atender e auxiliar nos diversos momentos da pesquisa.

À Iusara Müller Bevilaqua, que divide comigo as tristezas de uma difícil ausência e sempre me conforta com seu carinho e amizade.

À Profª. Drª. Marisa de Fátima Lomba de Farias, pelo apoio, pelas conversas e discussões que muito me ajudaram nas reflexões que fazem parte deste trabalho.

Às famílias dos Projetos de Assentamento Tamakavi e Lagoa Grande, pela contribuição indispensável e interesse em participar da pesquisa e colaborar com esse registro. Sem vocês, este trabalho não teria existido.

À Profª. Lucimara Pegoraro, pela correção dos textos.

À Luzia Pires, que me oferece todo o suporte necessário para poder realizar meus estudos, cuidando com muito carinho de minha família e minha casa.

Às amigas, professora Flávia Planuve, Profª. MSc. Sáuria Castro e MSc. Heloísa Martini Zeni, pela amizade, pelo carinho e pelo apoio, em todos os momentos.

Aos amigos, Professor Célio Luiz da Silva e Professor MSc. Emerson Canato Vieira, pela amizade, pela presença e ajuda nos inúmeros problemas com a informática.

À Samia Grassi, pela eterna disposição em ajudar.

Aos meus amigos, alguns distantes, mas que sempre torcem por mim.

Jamais poderia dizer que escrevi essa dissertação de modo “solitário”. Os meus cães, Newhouse, Meg e Cameron, que mesmo sem saber o que é o mestrado, foram meus companheiros de todas as horas.

Por fim, ainda que não tenha citado todos individualmente, gostaria de agradecer a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, me ajudaram na realização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho busca discutir as relações de gênero acerca do papel do homem e da mulher, em dois assentamentos no Estado de Mato Grosso do Sul, nos municípios de Dourados, no Projeto de Assentamento Lagoa Grande, no distrito de Itahum e Projeto de Assentamento Tamakavi, em Itaquiraí. Através de questionário semi-estruturado, utilização de depoimentos, História Oral e análise de documentos oficiais, verificou-se como os papéis sociais de homens e mulheres são construídos no cotidiano dos assentamentos rurais. As mulheres vêm assumindo a responsabilidade por novas atividades econômicas e a análise das relações sociais de gênero reflete essa nova forma de organização da produção familiar, onde o trabalho feminino é considerado invisível, sem valor comercial, embora muitas delas sejam responsáveis pela gestão do lote e pelo estímulo ao incremento da produção, demonstrando serem mais participativas na organização do trabalho familiar no lote e no sustento da família. A divisão sexual do trabalho faz com que homens e mulheres reproduzam papéis sociais, muitas vezes já definidos e normatizados em relações patriarcais, que são continuados nas relações conjugais. Diversas estratégias, brechas, rupturas são utilizadas por homens e mulheres para romper com estes padrões, onde percebemos a existência de um feminismo informal. Alguns destes padrões de comportamentos já postos e definidos em nossa sociedade, às vezes são tão arraigados que se torna difícil transpor esta barreira, de maneira a conduzirem suas vidas de outra forma, mas ambos estão se redefinindo cotidianamente, num processo contínuo de construção e desconstrução de papéis sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Representação; Assentamentos rurais; Modernização.

ABSTRACT

This work searches to argue the relations of gender concerning the paper of the man and the woman, in two agrarian setting in the State of Mato Grosso do Sul, in the cities of Dourados, the agrarian setting Project Lago Grande, in the district of Itahum and agrarian setting Project Tamakavi, in Itaquiraí. Through half-structuralized questionnaire, use of depositions, Verbal History and official document analysis, was verified of how the social papers of men and women are constructed in the daily of the agricultural settings. The women come assuming the responsibility for new economic activities and the analysis of the social relations of gender reflects this new form of organization of the familiar production, where the feminine work is considered invisible, without commercial value, even so many of them are responsible for the management of the lot and stimulate of the increment of the production, demonstrating to be partner in the organization of the familiar work in the lot and the sustenance of the family. The sexual division of the work makes with that men and women reproduce social papers, many times definite and normatized already in patriarchal relations, that are continued in the conjugal relations. Diverse strategies, breaches, ruptures are used by men and women to break with these standards, where we perceive the existence of an informal feminism. Some of these standards of behaviors already defined ranks and in our society, once so are strong, that it becomes difficult to transpose this barrier, how to led its lives of another form, but both are if redefining daily, in a continuous process of construction and disruption of social papers.

KEYWORDS: Gender; Representation; Agrarian settings; Modernization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPT- Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DCE - Diretório Central dos Estudantes

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de MS

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IAGRO – Agência Estadual de Defesa Sanitária e Animal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDATERRA – Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PACTo- Programa de Apoio Científico-Tecnológico aos Assentamentos da Reforma

Agrária – Experiência Piloto em Estado de Mato Grosso do Sul.

UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

LISTA DE FIGURAS

	Pág.
Figura 1- Mapa político de Mato Grosso do Sul	25
Figura 2 - Mapa sobre população de habitantes do Estado de Mato Grosso do Sul – 1960	28
Figura 3 - Mapa sobre população de habitantes do Estado de Mato Grosso do Sul – 1980	30
Figura 4 - Mapa sobre população de habitantes do Estado de Mato Grosso do Sul – 2000	30
Figura 5 - Situação atual de assentamentos implantados no Estado de Mato Grosso do Sul, ano de 2006.	33
Figura 6 - Mapa do rebanho bovino de Mato Grosso do Sul	35
Figura 7 – Áreas antrópicas	36
Figura 8 - Mapa de solos do Estado de Mato Grosso do Sul	39
Figura 9 – Situação fundiária das aldeias indígenas de Mato Grosso do Sul	40
Figura 10 – Lembranças do cerrado	42
Figura 11 – Plantio extensivo de soja	43
Figura 12 - Foto do acampamento Novo Brasil, CUT, localizado no distrito de Itahum, município de Dourados	43
Figura 13 – Mapa do Assentamento Lagoa Grande	49
Figura 14 - Foto que apresenta a residência de uma das famílias do assentamento Lagoa Grande.	50
Figura 15 - Acampada e seus filhos, lavando a louça	51
Figura 16 - Acampado lavando roupas	52
Figura 17: Recorte de jornal sobre trabalhadores rurais que oferecem mão-de-obra	53
Figura 18: Mapa do assentamento Tamakavi	55

SUMÁRIO

	Pág.
1. INTRODUÇÃO	13
2. A LUTA PELA TERRA E OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	23
A caminhada para a ocupação de terras	27
Os movimentos sociais e a luta pela terra	36
A posse da terra para quem é da terra: a chegada em Itaquiraí	43
O sonho de ter sua própria terra	47
O (feliz) encontro com as famílias	54
Tristezas e alegrias: valeu a pena?	56
A realidade dos assentamentos rurais	66
3. RELAÇÕES DE GÊNERO NO COTIDIANO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS	71
A categoria gênero no estudo dos assentamentos rurais	71
Coisas de homem, coisas de mulher: rompendo barreiras	81
Assentadas e assentados ou donas de casa e agricultores?	88
Ouvindo no silêncio	93
4. A TERRA CONQUISTADA	97
E agora?	97
Os herdeiros da reforma agrária	99
Trabalho e ajuda: o que não se diz às claras sobre a divisão sexual do trabalho	104
Trabalho leve X trabalho pesado	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
APÊNDICE	135

INTRODUÇÃO

As constantes reivindicações pela democratização do acesso a terra no país, pelo direito à reforma agrária sempre estiveram próximas das pessoas. A instalação dos acampamentos dos trabalhadores sem-terra, espalhados ao longo das estradas e rodovias no Brasil, buscam dar maior visibilidade à causa e à luta.

Durante os anos de 1998 até 2000, inúmeras vezes os integrantes dos movimentos sociais, como Central Única dos Trabalhadores – CUT, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de MS - FETAGRI e Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra - MST haviam realizado manifestações, que incluíam o pagamento de pedágios, cuja verba era destinada à compra de alimentos e remédios para as famílias que ali se encontravam acampadas, ocupando a beira da rodovia. Em outros momentos, quase sempre logo após tentativas frustradas de reuniões/negociações com representantes dos Governos Federal, Estadual e prefeituras locais, os movimentos organizavam o bloqueio das estradas, que incluíam o fechamento de rodovias e caminhos importantes para entrada e saída do Estado de Mato Grosso do Sul.

Durante várias horas, às vezes o dia todo, mulheres, homens, jovens e crianças permaneciam ali, com carros, ferramentas, os poucos móveis que lhe haviam restado, tudo era transformado em barreira física, para impedir a passagem por aquele trecho. O objetivo dessas barreiras era fazer pressão, dar visibilidade às reivindicações que estavam sendo feitas naquele momento, como forma de conseguir, ao menos, serem atendidos ou receber respostas de autoridade competentes.

No ano de 2001¹, fui designada pela Reitoria da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS a fazer parte do projeto PACTo², em uma equipe que atuaria em três assentamentos do Estado, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul - IDATERRA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, UFMS, Agência de Defesa Sanitária e animal - IAGRO e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. O projeto previa desenvolver ações de Ciência e Tecnologia nos Projetos de Assentamentos Tamakavi³, localizado no município de Itaquiraí⁴, na região sul do Estado, Capão Bonito I⁵, em Sidrolândia⁶, localizado na microrregião homogênea de Campo Grande e Assentamentos PAM e PANA⁷, localizado no município de Nova Alvorada do Sul.

Através da participação nesse projeto, pude conhecer, mais de perto, o cotidiano dos assentamentos rurais. Um universo, até então, um tanto desconhecido para mim, mas que sempre me fascinou e despertou muita vontade de ver de perto a realidade que as famílias vivenciavam, a reforma agrária em seu dia-a-dia, desde quando o sol se levanta, até a hora em que ele se põe, encerrando mais um dia de luta.

¹ No início de 2001, dados cadastrais do INCRA indicavam a existência de 92 assentamentos de reforma agrária no Estado de MS.

² PACTo – Programa de Apoio Científico-Tecnológico aos Assentamentos da Reforma Agrária – Experiência Piloto no Estado de Mato Grosso do Sul. O programa foi criado com objetivo de ajudar o agricultor familiar a lidar com as dificuldades em relação aos conhecimentos agrícolas/mercado e como forma de ampliar o atendimento de assistência técnica e extensão rural já oferecido pelos órgãos oficiais do Estado de Mato Grosso do Sul.

³ Antigo Acampamento Chico Mendes. O assentamento possui, ao todo, 120 lotes, com área média de 19 hectares, totalizando uma área de 3.383 há.

⁴ O município de Itaquiraí, criado pela Lei Nº. 75, de 12/05/80, sendo desmembrado da área territorial do município de Iguatemi. O município possui uma área de 2.064 km² e, atualmente, segundo o Censo do IBGE (2000), possui 17.449 habitantes.

⁵ O Projeto de Assentamento Capão Bonito I foi implantado em 1989 e possui uma área com 2.585,39 hectares, divididos em 133 lotes, de 14 hectares cada.

⁶ O município de Sidrolândia possui atualmente 11 assentamentos de reforma agrária, sendo o município com o maior número de projetos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.

⁷ O Projeto de Assentamento PAM/PANA possui 201 lotes, com cerca de 30 hectares cada, totalizando uma área de 8.030 ha.

Ao deparar-me com toda essa realidade, algo sempre me causou certa estranheza, por vezes dúvida, inquietação, era o fato de que via toda a família trabalhando na propriedade, mas, nos momentos em que conversávamos com os homens, eles diziam que suas mulheres e filhos os “ajudavam”. Para as mulheres e filhos, em suas falas, durante a preparação do almoço ou enquanto cuidavam de afazeres domésticos, ou mesmo lidavam com a criação, mantinham essas falas, essa postura, esse jeito diferente de expressar tanta dedicação, tanto trabalho: “*Eu ajudo meu marido na roça...*”, “*Eu ajudo meu pai na lavoura.*”

Logo após a realização das reuniões previstas no cronograma do projeto PACto MS e também do contato cada vez maior que passei a ter com as famílias do Assentamento Tamakavi, no município de Itaquiraí, essas respostas foram se multiplicando e sendo ouvidas seguidas vezes, em casas diferentes, em famílias diferentes. Ocorreu-me então que essa sensação de ajuda já estava por demais arraigada nas pessoas. Eu pensava: como eles (os homens) não vêem o tanto que seus filhos e esposas trabalham? E o que mais me impressionava, ou melhor, o que mais me indignava: como essas mulheres e esses filhos, crianças e adolescentes, não percebem o quanto trabalham? Isso não é pura e simplesmente uma ajuda, é muito mais do que querer colaborar, ajudar o outro.

Esta preocupação com o trabalho de homens e mulheres, e também de seus filhos, foi crescendo, levando-me a querer investigar e querer saber um pouco mais da história dessas pessoas. Todos esses relatos precisavam ser reunidos, então, surgiu a idéia de realizar um resgate da história de vida das famílias do Projeto de Assentamento Tamakavi,⁸ como forma de escrever a história daquele assentamento e também evitar que muitas informações se perdessem ou fossem apagadas, pelo fogo, pelas chuvas, pelo vento, pelo tempo.⁹ Todos têm medo de serem traídos ou abandonados por sua memória, pois a vida é tão cheia de fatos, de

⁸ Projeto de pesquisa financiado pela UEMS, INCRA e CNPq, intitulado “**A utilização da História Oral no estudo do processo de ocupação do assentamento Tamakavi (Chico Mendes), a partir de depoimentos de assentados e suas relações com o processo produtivo**”, desenvolvido de abril de 2001 a abril de 2003.

⁹ Algumas fotos que mostram a ação do tempo vivido nos acampamentos fazem parte do Anexo I.

coisas pra contar, pra relembrar, pra reviver, pra transmitir aos filhos, aos netos, contar os causos, que não dá pra imaginar todas essas estórias soltas ao lento e ao relento.

Durante a realização desta pesquisa, vários estudos foram utilizados como referencial teórico, levando-nos a perceber que havia, por parte das mulheres, dos homens e de seus filhos, uma incorporação do trabalho enquanto “ajuda”,¹⁰ e também, que homens e mulheres achavam que seus papéis sociais não eram estáticos, já prontos, acabados, que lhes restava perpetuar, pelo menos em teoria. A subordinação feminina e a dominação masculina vinha de família, pelo casamento, ou pela herança¹¹, mas que na realidade apresentava-se cheio de aberturas, de rupturas, mostrando que a todo instante era um processo em construção, em que homens e mulheres precisavam se encontrar, se enfrentar, não no sentido de competição, mas para que juntos pudessem construir, a todo instante, suas relações.

As mulheres, em sua maioria, mostravam-se submissas ao pai e aos irmãos ou, aos pais e, quando casada, ao marido. Os homens apresentam-se como os chefes das famílias e provedores do sustento de todos que debaixo do seu teto vivem, autoridades máximas em seus lares, mas, o cotidiano, esse cheio de mistérios, de formas, de nuances que nos permitem ver além do que se é dito nos discursos, nas falas, nos mostra que podemos e devemos ver além daquilo que se quer mostrar.

Esse cotidiano nos foi apresentando como um universo cheio de coisas maravilhosas a serem observadas, vistas, analisadas, que mereciam ser também objeto de investigação, afinal, existe um processo de construção, desconstrução e reconstrução de papéis sociais que em todo momento se modifica, se altera, se traduz em outras questões, mostra outros lados, outros olhares, nunca antes percebidos.

¹⁰ WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1997.

¹¹ CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Rev. Estud. Fem.**, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

Conhecer homens e mulheres do assentamento Tamakavi, suas origens, suas histórias de vida, seus sonhos, seus desejos, suas angústias, seu dia-a-dia, seu trabalho me fez pensar sobre como eles podiam ter a representação de um papel social pré-estabelecido, como mulher e como homem, já que suas ações cotidianas nos mostravam uma situação totalmente contraditória.

Surgiu então a possibilidade de realizar a pesquisa junto ao Curso de Mestrado em Ciências Sociais da UNESP, Campus de Marília, através da linha de pesquisa Cultura, Sociabilidade e Gênero, para viabilizar um maior aprofundamento no estudo, e eu também sentia a necessidade de ter alguém que pudesse acompanhar-me e orientar-me na execução do projeto. A possibilidade desse curso de Pós-Graduação permitia realizar uma interface entre diversas áreas das Ciências Humanas, que seriam complementares e garantiriam uma visão mais ampla acerca da temática de estudo.

Fui acolhida, então, pela Prof^a. Dr^a. Lídia Maria Vianna Possas, que estava introduzindo as discussões de gênero no Mestrado e já trazia consigo uma bagagem importante para me auxiliar na análise da representação social e cultural de gênero,¹² para que eu pudesse analisar, com maior profundidade, de que forma esses papéis são construídos, agora introduzindo em minha análise a categoria gênero.

A região sul do Estado de Mato Grosso do Sul faz parte da área especial para implementação de assentamentos rurais determinada pelo Governo Estadual. Atualmente, possui 103 acampamentos e 117 assentamentos rurais, de acordo com o INCRA e os movimentos sociais.

Nossa intenção foi realizar o estudo nestas duas áreas, com o objetivo de fazer uma análise comparativa sobre como os papéis sociais são construídos, em duas áreas distintas, tanto em relação ao potencial econômico dos municípios em que estão inseridos quanto sobre o processo de ocupação a que foram submetidos, por ocasião da implantação dos

assentamentos. São dois assentamentos do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo Projeto de Assentamento Tamakavi, com 120 famílias, no município de Itaquiraí, distante 400 km da capital do Estado, Campo Grande e no Projeto de Assentamento Lagoa Grande, com 151 lotes, no Distrito de Itahum, localizado no município de Dourados¹³, a 240 km da capital.

Esses estudos são ainda muito recentes no Brasil, há todo um trabalho a ser feito, tendo em vista que as discussões de gênero foram, durante muito tempo, apresentadas como naturalizadas, como se as diferenças entre homens e mulheres fossem apenas biológicas. A categoria gênero permite questionar essa naturalização.

As famílias assentadas no Lagoa Grande passaram por um processo diferenciado de reforma agrária, em relação ao Tamakavi, pois somente os homens ficaram acampados, num período de 2 a 4 meses, suas esposas e filhos continuaram vivendo em suas casas. Este assentamento está localizado numa área fortemente marcada pela agricultura tecnificada, com grandes fazendas de lavoura de soja, milho, algodão e criação de gado, sendo que existem apenas dois assentamentos¹⁴ na região. No Assentamento Tamakavi, as famílias permaneceram muitos anos vivendo em acampamentos, na lona, mudando-se de lá diversas vezes, passando por vários processos de ocupação e desocupação de áreas, tendo pertencido, desde o início, filiados em diferentes movimentos sociais.

O GRANDE PERCURSO DA PESQUISA: muitas idas e vindas...

Em todos os momentos em que essa pesquisa foi realizada, alguns momentos foram difíceis, não a ponto de comprometer a pesquisa, mas que exigiram um grande esforço, para poder conseguir realizar todas as etapas.

¹² Ver os trabalhos de Soihet (1989), Saffioti (1992), Samara (1986), Possas (2001).

¹³ Dourados é a segunda maior cidade do Estado de Mato Grosso do Sul, com 183.096 habitantes, e uma área total de 4.086 km², segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



Em primeiro lugar, a distância que separa os assentamentos foi um grande complicador, pois, ao mesmo tempo em que eu cursava os créditos na UNESP, também realizava as viagens aos assentamentos e também ministrava as aulas na UEMS. São cerca de 300 km de distância entre os dois assentamentos.

As distâncias são grandes e aqui no Mato Grosso do Sul, especificamente, são áreas extensas onde se vê apenas resquícios do cerrado e fazendas com criação de gado. A área que fica à beira das estradas, do lado de fora das fazendas é tomadas por plantações de soja. Esta medida vem sendo adotada por vários fazendeiros da região, como forma de impedir a ocupação dessas áreas por acampamentos de Sem Terra.

Foi necessário treinar uma equipe de acadêmicos da UEMS para auxiliar na realização das entrevistas. Foram alguns meses de estudo de textos, audição e transcrição de entrevistas também realizadas em assentamentos, como forma de treiná-los para a execução de toda a pesquisa. No Assentamento Tamakavi, eram 120 famílias assentadas, sendo que apenas 112 passaram pelo processo da reforma agrária e, principalmente, viveram em acampamentos, sendo realizadas 100 entrevistas. Já no Assentamento Lagoa Grande, dos 151 lotes, apenas 131 foram beneficiadas pelo INCRA. Todas as famílias foram entrevistadas durante a realização da pesquisa, sendo que o critério utilizado como corte foi trabalharmos com as famílias clássicas, compostas por marido e mulher. Também foram desconsideradas as famílias que haviam comprado seus lotes. Através das entrevistas, identificamos a existência de muitos lotes comprados, arrendados ou mesmo abandonados. Seguimos as visitas partindo de uma ficha cadastral emitida pelo próprio INCRA, que de antemão informou que alguns beneficiários que ali estavam cadastrados não eram mais os donos do lote¹⁵.

¹⁴ O Projeto de Assentamento Amparo foi implantado no ano de 1997, com uma área total de 1.126,8933, com 67 famílias.

¹⁵ Ainda de acordo com o próprio INCRA, algumas famílias não se adaptaram ao local ou mesmo apresentaram vocação para continuar na terra. Por esses motivos, alguns foram transferidos para outros assentamentos, sendo substituídos por indivíduos já cadastrados.



Nossas visitas acabavam sempre com um passeio pela propriedade, com direito a conhecer as áreas de plantio e criação de animais, benfeitorias e local onde as atividades são desenvolvidas, quando localizadas no próprio lote, como fábrica de doces, máquina de arroz e resfriadouro para leite.¹⁶ Nossas visitas sempre terminavam com uma foto da família¹⁷: tirávamos a foto e, na próxima visita, entregávamos aos donos do lote, como uma lembrança de nossa pesquisa.

Seguimos sempre utilizando um roteiro, através de um questionário semi-estruturado. Também foram realizadas consultas a documentos oficiais, utilizamos depoimentos e fizemos uso também da História Oral. Todas essas técnicas juntas captam dados muito ricos, que se cruzam entre a vida individual com a social, recolhendo informações que precisam ser analisadas, com materiais que poderão ficar guardados por muito tempo (QUEIROZ,1991).

Em diversos lotes que visitamos, houve certa desconfiança, pois íamos aos lotes utilizando veículo particular ou carro oficial da universidade. Algumas dessas viagens precisaram ser suspensas em função da ocorrência de chuvas, pois as estradas ficam em péssimas condições, em períodos de chuva extensa, o que nos obrigava a alterar o cronograma da pesquisa. Mas algo que sempre nos chamou a atenção foi o fato de que muitas famílias – principalmente aquelas que tinham conseguido acesso a terra através da compra de lotes¹⁸ - tinham receio de que estivéssemos ali para realizar conferência de dados cadastrais, sendo que facilmente conseguiríamos identificar compradores de lote.

Para facilitar nossas entrevistas, tivemos a colaboração do filho de um assentado do Assentamento Lagoa Grande, que conhecia muitas famílias - senão quase todas – e nos encaminhava direto para os locais. Em alguns momentos, as famílias eram avisadas com

¹⁶ Muitos assentados sobrevivem com a renda advinda da comercialização de leite para os laticínios da região. Atualmente, a Câmara Setorial do Leite/MS informou que a queda do consumo e a grande oferta em nosso Estado pressionou a queda do preço do leite. Os produtores recebem entre R\$ 0,15 a R\$ 0,36 por litro de leite. O Anexo 2 apresenta fotos da manifestação realizada pelos agricultores familiares produtores de leite, no mês de fevereiro de 2006.

¹⁷ Algumas dessas fotos fazem parte do Anexo 3.

antecedência de que estaríamos lá., o que facilitava, pois deixavam para ir ao campo em outro horário, depois da nossa “conversa”.

Nas conversas, falávamos de tudo: do tempo, de quando chegaram, de como viviam, como estavam organizando o lote, sobre produção animal e vegetal. Em diversos momentos, acabávamos falando tanto de problemas de lavoura, que por muitas vezes alguns assentados pensaram que eu era agrônoma, tendo em vista a variedade e profundidade das questões que conversávamos.¹⁹ Fato que eu imediatamente esclarecia como falso.

Os integrantes da família se reuniam para ouvir as entrevistas. Alguns ficavam mais tímidos ante a presença do gravador, outros, apesar de estarem encabulados, fingiam esquecer que estávamos gravando toda a conversa. Algumas mulheres ficavam inseguras de falar sobre administração e organização do lote, plantio, produção, quando estavam próximas aos maridos. Então, optamos em realizar as entrevistas separadamente, ao mesmo tempo, com o casal. Os filhos não foram entrevistados formalmente, mas muitos estavam próximos de seus pais e acabaram participando da conversa. Em um dos lotes visitados no Assentamento Lagoa Grande, um menino de 8 anos de idade assumiu, juntamente com a mãe, a responsabilidade por todo o lote, tendo em vista ser o único filho a residir no local e o fato do pai estar com sérios problemas de saúde.

Entrávamos nas casas como meros desconhecidos, mas, quando saíamos de lá, parecia que nos conhecíamos há tanto tempo, pois o pouco tempo de conversa agradável nos tornava próximos. Eram momentos de intimidade, de cumplicidade, onde a entrevista permitia que conhecêssemos um pouco mais daquela família.

No primeiro capítulo, discute-se a ocupação de terras no Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde se consolida, efetivamente, o início de uma política agrária no

¹⁸ Para o INCRA, no Mato Grosso do Sul, cerca de 30% dos agricultores desistem de suas terras, logo após a distribuição dos lotes e a liberação dos primeiros recursos.

¹⁹ Discutíamos sobre pragas da lavoura, plantio, adubação, quebra-vento, pomares, hortas, dentre outros assuntos relacionados à produção do lote.

Estado. Também será apresentado de que forma a região sul se consolida como área especial para implementação de assentamentos rurais e como a ocupação de terras no município de Dourados segue caminho totalmente diferente. Será realizada também uma caracterização do município de Itaquiraí e do Distrito de Itahum, município de Dourados, locais da implantação dos dois assentamentos, discutindo questões como a chegada aos acampamentos e aos lotes, as dificuldades e as alegrias de viver em um assentamento.

O segundo capítulo traz uma discussão sobre a categoria gênero, enquanto instrumento de análise, que permite apreender de que forma os papéis sociais de homens e mulheres da agricultura familiar estão sendo construídos. O terceiro capítulo analisa, com base nas entrevistas realizadas com homens e mulheres dos Projetos de Assentamentos Tamakavi e Lagoa Grande, de que forma a representação social de gênero está sendo construída no contexto dos assentamentos rurais e como a divisão sexual do trabalho evidencia as questões ligadas ao gênero, à herança e ao cotidiano.

Por fim, esta dissertação pretende contribuir para com os estudos sobre as relações de gênero na agricultura familiar. Sabemos que existem muitas outras questões que merecem destaque, tais como a questão previdenciária para homens e mulheres trabalhadores rurais, a educação no contexto dos assentamentos da reforma agrária, o trabalho de crianças, o lazer no assentamento, o trabalho feminino, dentre outros.

Pretendemos levantar pontos importantes no âmbito dessas discussões, de forma a poder contribuir para que os debates em torno da reforma agrária possam atrair cada vez mais pesquisadores, visando não esgotar os temas, mas principalmente levantar questionamentos e propostas que possam ser utilizadas pelos órgãos responsáveis por elaborar as políticas públicas voltadas para mulheres, homens e crianças que vivem no campo, pretendem ter acesso a um pedaço de chão e que necessitam de melhores condições para nele permanecer.



2. A LUTA PELA TERRA E OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

No final do século XIX e início do século XX, a área ocupada hoje pelo Mato Grosso do Sul recebeu migrantes de diversas regiões do país. Fugitivos e pessoas que permaneceram na região após a Guerra do Paraguai, e da Revolução Federalista, ao lado de migrantes paranaenses, gaúchos, catarinenses, paulistas e nordestinos, compõem o contingente humano que, buscam no Mato Grosso novas áreas para se estabelecerem e para a prática da pecuária e cultivo de lavoura.

De 1882 até 1940, a Companhia Matte Laranjeira, através de Thomaz Laranjeira, exerceu forte influência na economia e na política do Estado de Mato Grosso. Tal fato lhe conferiu condições para atuar de forma imperativa na região: dominava a extração de ervais nativos, criava as próprias regras para a contratação de funcionários, explorados e ignorados em seus direitos trabalhistas (FARIAS, 2002). Sua atuação era tão forte que chegou a ser apontada como um governo paralelo na região.¹

A Construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil,² em 1925, que ligava os Estados de Paraná e Mato Grosso do Sul, foi um marco definitivo que impulsionou a ocupação de terras e influenciou de modo significativo a migração para a região Centro-Oeste do país, em especial a área hoje pertencente ao Estado de Mato Grosso do Sul. Áreas como Campo Grande, Aquidauana e Miranda, tiveram forte desenvolvimento, graças à chegada dos trilhos da ferrovia. A região de Ponta Porã, distante um pouco dos trilhos, não teve o mesmo grau de

¹ Segundo Farias (2002), a ocupação da Matte Laranjeira provocou a expropriação da terra de nativos, como índios, peões e paraguaios. Considerada por muitos como uma importante colaboradora para o “povoamento”, a companhia praticou atrocidades e iniciou um regime de semi-escravidão. (destaque da autora).

² De acordo com Fabrini (1995), a construção de Ferrovia atendeu a interesses mais econômicos que geopolíticos, quando foi interpretada como forma de integração nacional.

desenvolvimento, o que favoreceu o início da utilização de caminhos alternativos, como o transporte fluvial, tendo em vista o estado precário das estradas de acesso à região.

A criação de portos no Rio Paraná e em seus afluentes surge como uma alternativa para o transporte de madeira e gado, pois, por via terrestre, levava-se em torno de 15 dias para efetuar o transporte. Na década de 50, havia mais de 60 madeireiras instaladas na região sul do Estado de Mato Grosso, da área ocupada por Mundo Novo até o centro do atual Estado de Mato Grosso do Sul. A forte presença de madeireiros na região e o conseqüente desmatamento desenfreado podem ser responsáveis pela alteração significativa da área, que acabou sendo tomada por pastos para atividade agrícola.

Empresas como Madeiras Pereira & Gomes e Inconave (Indústria, Comércio e Navegação S.A.) eram responsáveis pela derrubada das florestas, ao lado de outras empreiteiras. Parte da madeira era transportada até o Porto de Guaíra – PR, ou para o Porto de Eptácio – SP, pelas próprias madeireiras (FABRINI, 1995).

Quando se discute a questão de terras para reforma agrária, surge em cena um problema comum, em vários Estados brasileiros: as terras improdutivas. A figura 1 apresenta a área que corresponde atualmente ao Estado de Mato Grosso do Sul.³

³ O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado em 1977, sendo desmembrado do Estado de Mato Grosso, através da Lei Complementar Nº 31, de 11/10/1977, assinada pelo então Presidente da República Ernesto Geisel, sendo que só foi instalado em 01/01/1979. Mesmo divididos territorialmente, de 1719 até 1977, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul tiveram uma história única.



A partir dos anos 70, o Estado⁴ foi ocupado, principalmente a partir da expansão da frente pioneira, por agricultores da região Sul, provenientes dos Estados de Paraná e Rio Grande do Sul, que vieram em busca de terras mais baratas para poder desenvolver a agricultura, trazendo consigo o domínio de tecnologia para implantar na região uma agricultura mais desenvolvida. Era o início de uma fronteira agrícola amparada em subsídios e créditos (MENEGAT, 2003).

A ocupação de terras de modo coercitivo, desde a atividade de exploração de ervais da Matte Laranjeira, no lado brasileiro e paraguaio, a chegada de migrantes e a instalação, na região, de grandes proprietários de terras fez com que povos nativos, indígenas e outros agricultores fossem expropriados de suas terras. Muitos fazendeiros tentavam comprar as terras de seus vizinhos e muitas vezes os obrigavam a deixar suas terras no mesmo dia, sem pagar-lhes nem um tostão pela terra.⁵ Em algumas situações esperavam que o plantio fosse realizado e, muito próximo da colheita, rompiam a cerca e soltavam seu gado na propriedade desejada, para que tudo fosse destruído e o agricultor não tivesse outra opção, senão vender ou entregar sua propriedade. Tais estratégias foram desenvolvidas em diversas regiões do Estado de Mato Grosso e também do país (SIMONETTI, 1999).

Essa situação é muito comum e, infelizmente, ainda pertence ao tempo presente. Milhares de famílias são expulsas de suas terras, a violência a que são submetidas não são verificadas pelas autoridades e políticos locais. Em alguns casos, políticos da região são os próprios donos/responsáveis pela invasão/apropriação indevida de terras, desrespeitando

⁴ O Estado faz divisa com os estados de Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e faz fronteira com os países Paraguai e a Bolívia.

⁵ Simonetti (1999), ao realizar estudo sobre a ocupação do território em Assentamentos rurais na região de Promissão – SP, identificou estratégias semelhantes na aquisição de terras e expulsão/expropriação de proprietários de pequenas propriedades.

famílias inteiras⁶. A ocupação de terras, marcada pela expropriação do pequeno agricultor fez surgir, na região e em outras áreas de forte ocupação tecnificada, a figura do bóia-fria.⁷ Trabalhador sem vínculo empregatício, volante, eventual.

Na região sul do Estado, foram implantadas várias fazendas com plantio de cana-de-açúcar e outras com criação de gado, o que acaba exigindo uma quantidade bem menor de trabalhadores. Muitos acabaram tornando-se os bóias-frias da região sul do Mato Grosso, trabalhando juntamente com suas famílias, como cortadores de cana. A criação de gado é apontada como uma forma de manter a fachada de ocupação/produktividade em áreas consideradas improdutivas.

A caminhada para a ocupação de terras

O final do Século XIX foi marcado por um processo de violência e expropriação. Dos primeiros contatos com os indígenas, passando pelos quilombos e os diversos conflitos no campo, diversos movimentos liderados pelos camponeses tentaram encontrar uma alternativa para os conflitos no campo e as dificuldades do acesso a terra, como Canudos e Contestado. Nas fazendas de São Paulo, a mão-de-obra imigrante passou a ser utilizada como uma alternativa para substituir o trabalho escravo nas lavouras de café, também em péssimas condições de trabalho.

Na década de 40, a ocupação de terras na região Centro-Oeste era de 1.093.491 habitantes. Em 1943, é criada a Colônia Agrícola de Dourados, pelo Governo de Getúlio Vargas, como forma de incentivar a ocupação na região. Ao mesmo tempo, na tentativa de

⁶ A Comissão Pastoral da Terra – CPT, realiza acompanhamentos dos números da violência no campo. De 1994 a 2003, foram registrados 7.066 conflitos no campo, em diferentes regiões do país. Tais conflitos registraram de 380 assassinatos (CPT, 2006).

⁷ Segundo Maria Aparecida Moraes Silva (2004, p. 33), a lei Nº 6019/1978 definiu os trabalhadores rurais como bóias-frias, cujo contrato não poderia ultrapassar 90 dias de trabalho, banindo-os da legislação. Para a autora, essa lei colocou fim nos sistemas de parceria, arrendamento, colonato e de morador.

contornar problemas de exclusão do campo de trabalhadores rurais, em outras regiões do país, são criados incentivos para ocupação nas regiões Centro-Oeste e Norte do país, o que resultou em sérios conflitos entre os migrantes, as empresas e os grandes latifundiários (SILVA, 2004).

As Ligas Camponesas, criadas entre as décadas de 50-60, desloca os conflitos por terra no Brasil para o centro das discussões sobre o acesso a terra. Fortalecidas ao final da Ditadura Vargas, fortalecem sua luta por uma reforma agrária radical, propondo o enfrentamento das questões que envolvem os conflitos no campo (MARTINS, 1981).

Em 1960 após o incentivo para a ocupação, a região Centro-Oeste contava com 2.678.380 habitantes (Figura 2). Produtos do êxodo rural, paulistas, paranaenses e gaúchos partiam em busca de novas terras para desbravar e trabalhar. Enquanto isso, a ocupação na área do futuro Estado de Mato Grosso do Sul era uma das menores do país.

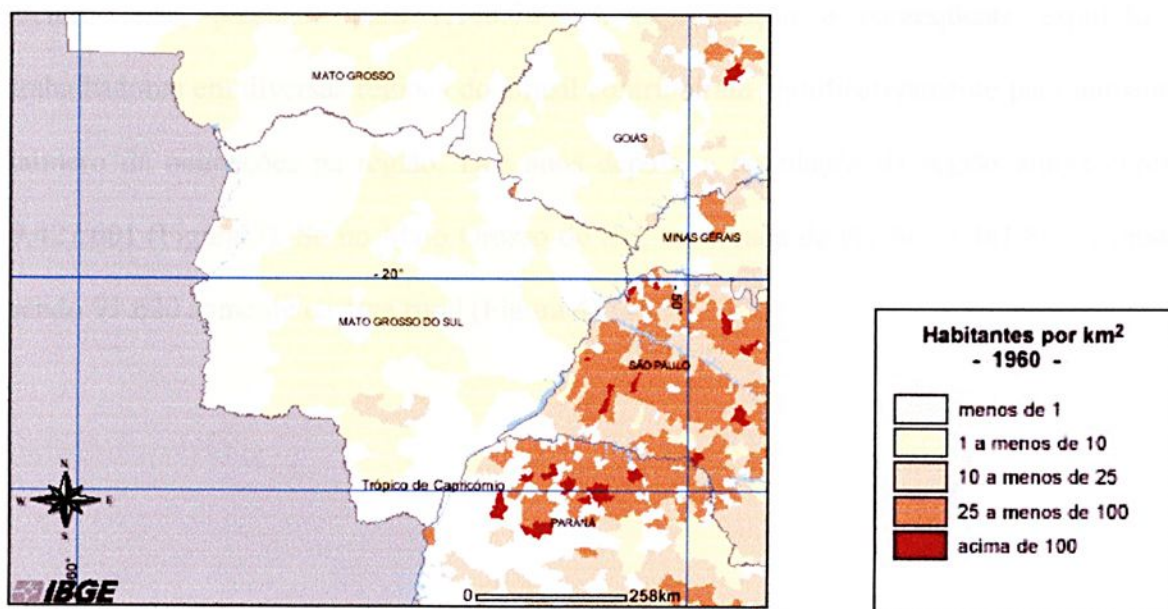


Figura 2: Mapa sobre população de habitantes do Estado de Mato Grosso do Sul (antiga região Sul de Mato Grosso) – 1960

Fonte: IBGE, 2006

A partir de 1964, com a ditadura militar, os movimentos em prol da reforma agrária ficaram estagnados, presos sob o silêncio. Muitos representantes de sindicatos e de lideranças camponesas foram assassinados. Foi criado um grupo de trabalho para elaborar uma proposta para a reforma agrária, surgindo então o Estatuto da Terra, que acenava com uma série de propostas, mas que não tornaram realidade, almejando apenas acalmar os ânimos no campo, sem, contudo implantar mudanças efetivas no processo de acesso democrático a terra.

O fracasso dos projetos de colonização e ocupação da Amazônia e também da região Centro-Oeste, criados nos anos 70, aliados à ocupação estrangeira, fruto dos incentivos fiscais, contribuíram de modo significativo para ampliar os números de trabalhadores rurais expulsos do campo, sem que fossem absorvidos pelo mercado de trabalho.

Em meados de 1980, após a criação do então Estado de Mato Grosso do Sul - o que influencia milhares de brasileiros e estrangeiros a ocupar a região do Estado que acabara de ser desmembrado - o número de habitantes cresceu significativamente em toda a região Centro-Oeste, passando para 7.545.769. A expropriação e conseqüente expulsão dos trabalhadores em diversas regiões do Brasil contribuíram significativamente para aumentar o número de ocupações na região. Dez anos depois, a população da região atinge cerca de 9.427.601 (Figura 3). Só no Mato Grosso do Sul, na década de 90, havia 441.853 habitantes, sendo 91.620 somente na área rural (Figura 4).

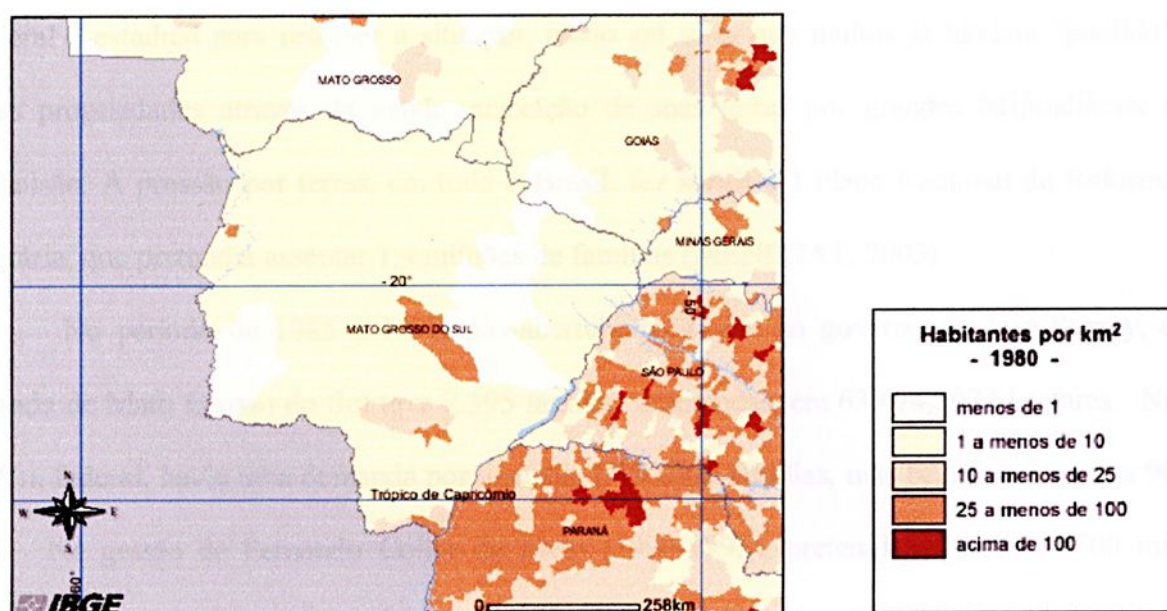


Figura 3: Mapa sobre população de habitantes do Estado de Mato Grosso do Sul – 1980
Fonte: IBGE, 2006

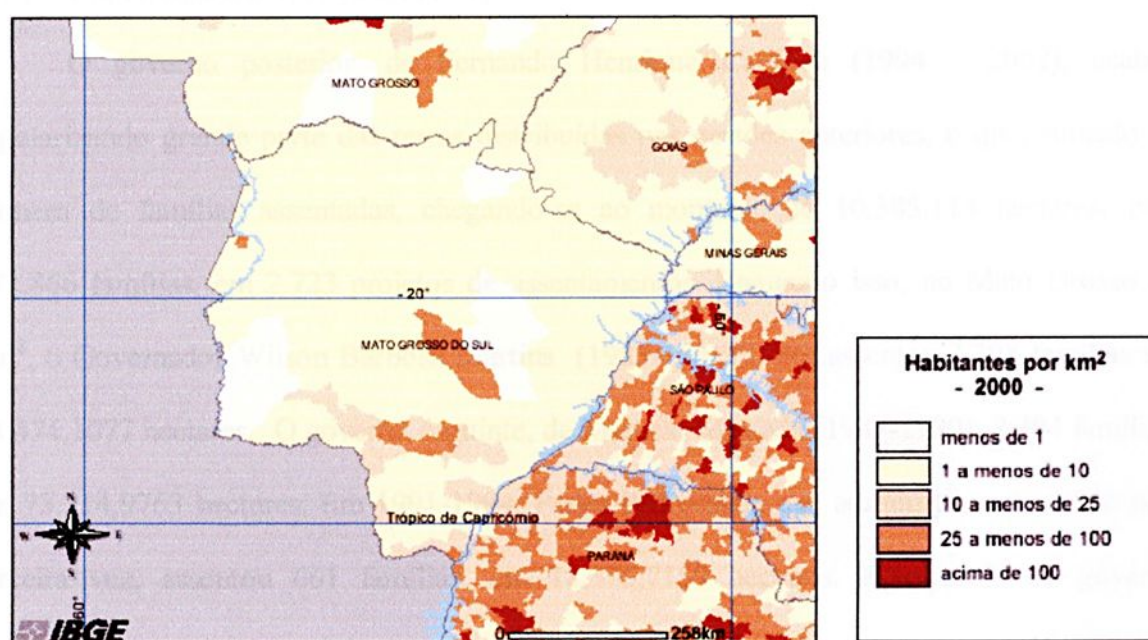


Figura 4: Mapa sobre população de habitantes do Estado de Mato Grosso do Sul – 2000
Fonte: IBGE, 2006

Parte desse contingente de moradores expulsos do campo pressionam os governos federal e estadual para resolver a situação, tendo em vista que muitos já haviam “perdido” suas propriedades através da venda, anexação de suas terras por grandes latifundiários e expulsão. A pressão por terras, em todo o Brasil, fez surgir o I Plano Nacional da Reforma Agrária, que pretendia assentar 1,4 milhões de famílias (MENEGAT, 2003).

No período de 1985 a 1990, pós-abertura política e no governo de José Sarney, o Estado de Mato Grosso do Sul teve 2.395 famílias assentadas, em 63.474,1077 hectares. Na esfera federal, havia uma demanda por assentar 1.400.000 famílias, mas beneficiou apenas 90 mil. Na gestão de Fernando Collor de Melo (1990-1992), pretendia-se assentar 500 mil famílias, mas não foi ultrapassada a marca de 23.000, que inclusive faziam parte das previstas pelo governo anterior. De 1992 a 1994, na administração de Itamar Franco, tencionava-se assentar 20 mil famílias, mas os números reais não ultrapassaram 12.600 famílias (DAVID et al., 1997 apud MENEGAT, 2003, p. 21).

O governo posterior, de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002), acabou regularizando grande parte das terras distribuídas nas gestões anteriores, o que, somado ao número de famílias assentadas, chegando-se ao montante de 10.385.114 hectares, para 372.866 famílias, em 2.723 projetos de assentamentos. Enquanto isso, no Mato Grosso do Sul⁸, o Governador Wilson Barbosa Martins (1983-15/05/1986) assentou 2.398 famílias em 63.474,1077 hectares. O governo seguinte, de Marcelo Miranda (1987-1990), 2.494 famílias, em 73.214,9763 hectares. Em 1991-1994, Pedro Pedrossian, que administrava o estado pela terceira vez, assentou 661 famílias, em 18.375,7159 hectares. Retornando ao governo estadual, Wilson Barbosa Martins (1995 – 1998), criticado pelo baixo número de famílias assentadas na gestão anterior, instala 51 assentamentos, onde 7.049 famílias puderam viver em 200.351,8263 hectares. (MENEGAT, 2003).

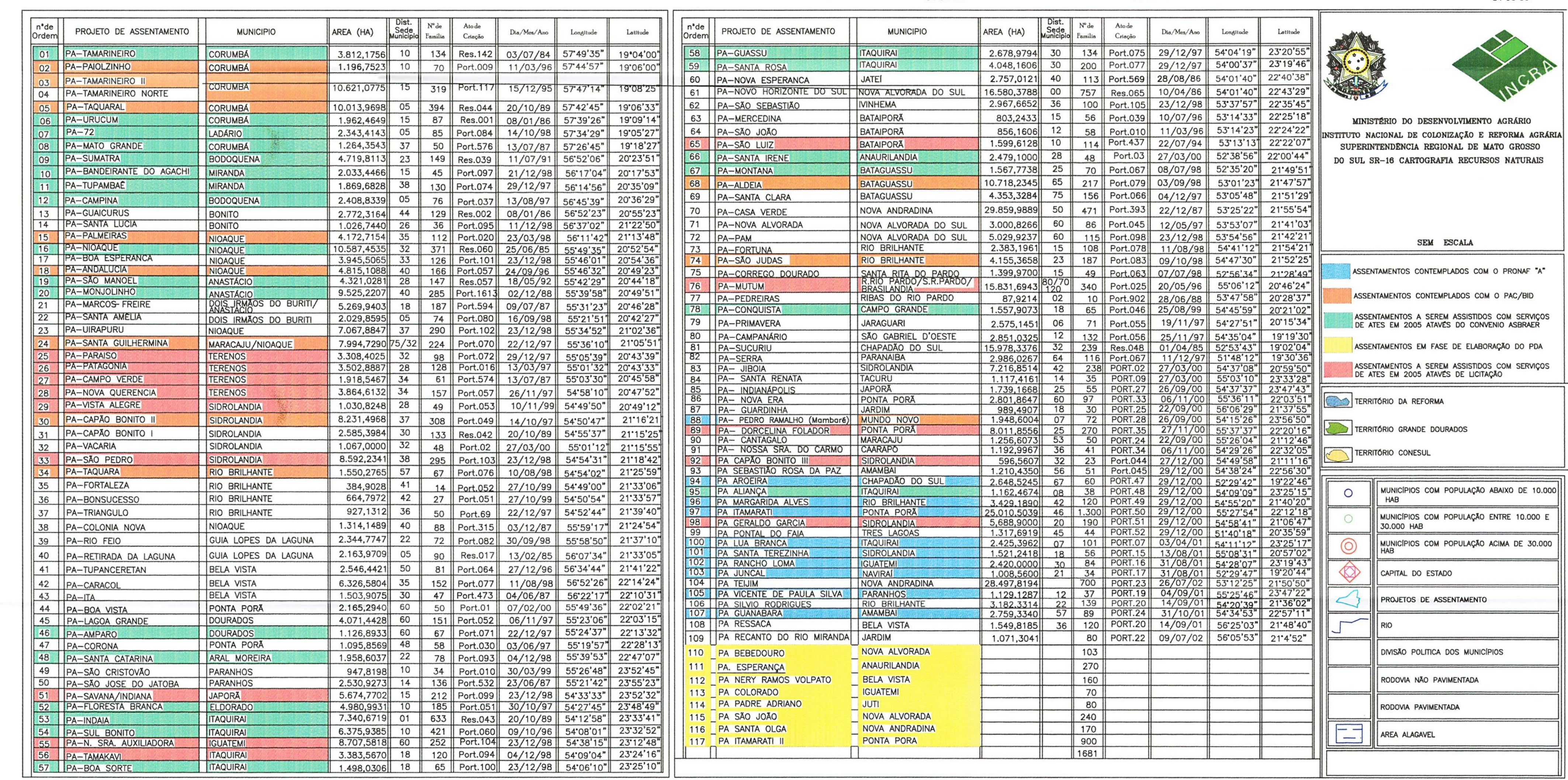
⁸ Todos os números de famílias assentadas no Estado de Mato Grosso do Sul já fazem parte da estatística do governo federal, sendo que os governos estaduais tiveram auxílio do governo.



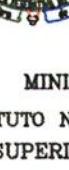
A mudança de rumo na política estadual, com a eleição de um governador de esquerda, José Orcírio Miranda dos Santos, fez subir o ânimo de agricultores que viviam em diversos acampamentos no Estado. Até 2005, tinham sido criados 45 assentamentos, onde 5.200 famílias puderam ser transferidas para 200.456,6646 hectares.

A figura 5 apresenta a situação atual de assentamentos implantados no Estado de Mato Grosso do Sul, em parceria dos Governos Federal e Estadual, até o ano de 2006. Tais projetos foram implantados em decorrência do processo de reforma agrária, realizados principalmente em função das pressões que os diferentes movimentos sociais têm feito no sentido de garantir a redistribuição e a democratização do acesso a terra.

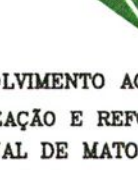




nº do Ordem	PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	AREA (HA)	Dist. Sede Município	Nº Famílias	Atual Cópula	Data/Mes/Ano	Longitude	Latitude
58	PA-GUASSU	ITAQUIRAÍ	2.678,9794	30	134	Port.075	29/12/97	54°04'19"	23°20'55"
59	PA-SANTA ROSA	ITAQUIRAÍ	4.048,1066	30	200	Port.077	29/12/97	54°00'37"	23°19'46"
60	PA-NOVA ESPERANÇA	JATEÍ	2.757,0121	40	113	Port.569	28/08/86	54°01'40"	22°40'38"
61	PA-NOVO HORIZONTE DO SUL	NOVA ALVORDA DO SUL	16.580,3788	00	757	Res.065	10/04/86	54°01'40"	22°43'29"
62	PA-SÃO SEBASTIÃO	WINHEMA	2.967,6652	36	100	Port.105	23/12/98	53°37'57"	23°35'45"
63	PA-MERCEDINA	BATAIPORÁ	803,2433	15	56	Port.039	10/07/96	53°14'33"	22°25'18"
64	PA-SÃO JOÃO	BATAIPORÁ	856,1606	12	58	Port.010	11/03/96	53°14'23"	22°24'22"
65	PA-SÃO LUIZ	BATAIPORÁ	1.599,6128	10	114	Port.437	22/07/94	53°13'13"	22°20'40"
66	PA-SANTA RENE	ANAUROLÂNDIA	2.479,1000	28	48	Port.03	27/03/00	52°38'56"	22°02'04"
67	PA-MONTANA	BATAGUASSU	1.567,7378	25	70	Port.067	08/07/98	52°35'20"	21°49'51"
68	PA-ALDEIA	NOVA ALVORDA DO SUL	10.718,2345	65	217	Port.079	03/08/98	53°01'23"	21°47'57"
69	PA-SANTA CLARA	BATAGUASSU	4.353,2824	55	176	Port.066	04/12/97	53°05'48"	21°51'29"
70	PA-CASA VERDE	NOVA ANDRAINDA	29.859,9889	50	451	Port.393	22/12/87	53°25'22"	21°55'54"
71	PA-NOVA ALVORDA	NOVA ALVORDA DO SUL	3.000,8266	60	86	Port.045	12/05/97	53°53'07"	21°41'03"
72	PA-PAM	NOVA ALVORDA DO SUL	5.029,9237	60	115	Port.098	23/12/98	53°54'56"	21°42'21"
73	PA-FORTUNA	RIO BRILHANTE	2.383,1961	15	108	Port.078	11/08/98	54°41'12"	21°54'21"
74	PA-SÃO JUDAS	RIO BRILHANTE	4.155,3568	23	187	Port.083	09/10/98	54°47'30"	21°55'25"
75	PA-CORREGO DOURODO	SANTA RITA DO PARDO R. DO PARDO/S.R. PARDO/ BRASILÂNDIA	1.399,9700	15	49	Port.063	07/07/98	52°56'34"	21°28'49"
76	PA-MUTUM	RIBAS DO RIO PARDO	15.831,6943	80/70	34	Port.025	20/07/96	55°06'12"	20°46'24"
77	PA-PEDREIRAS	CAMPOS DO RIO PARDO	87,9214	02	10	Port.902	28/06/88	53°47'58"	20°28'37"
78	PA-CONQUISTA	RIBAO GRANDE	1.557,9073	18	65	Port.046	25/08/89	54°45'59"	22°01'02"
79	PA-PRIMAVERA	JARAQUARI	2.575,1451	06	71	Port.055	19/11/97	54°27'51"	20°15'34"
80	PA-CAMPANÁRIO	SÃO GABRIEL D'OESTE	2.851,0325	12	132	Port.056	25/11/97	54°35'04"	19°19'30"
81	PA-SUCURIURI	CHAPADÃO DO SUL	15.978,3276	32	239	Res.048	01/04/85	52°53'45"	19°02'04"
82	PA-SERRA	PARANÁIBA	2.986,0267	64	114	Port.067	11/12/97	51°48'12"	19°30'38"
83	PA- JIBOIA	SIDROLÂNDIA	7.215,6514	42	238	Port.002	27/03/00	54°37'08"	20°50'50"
84	PA- SANTA RENATA	TACURUÍ	1.117,4611	14	35	Port.097	27/03/00	55°03'10"	23°33'28"
85	PA- INDIANÓPOLIS	JAPORÁ	1.739,1668	25	55	Port.227	26/09/00	54°37'37"	23°47'43"
86	PA- NOVA ERA	PONTA PORÁ	2.801,8644	60	97	Port.333	06/11/00	53°36'11"	22°30'51"
87	PA- GUARDIÃO	PONTA PORÁ	989,4367	18	30	Port.225	22/08/00	55°08'23"	21°37'55"
88	PA- PEDRO RAMALHO (Mombate)	MUNDO NOVO	1.946,5000	07	92	Port.286	26/09/00	54°15'26"	23°58'50"
89	PA- DORCELIANA FOLADOR	PONTA PORÁ	8.011,8556	25	270	Port.35	27/11/00	55°27'37"	22°02'18"
90	PA- CANTAGALO	MARACAJU	1.256,6073	53	50	Port.24	22/09/00	55°26'04"	21°12'46"
91	PA- NOSSA SRA DO CARMO	AMARÁ	1.192,9967	36	41	Port.34	06/11/00	54°29'26"	22°32'05"
92	PA- PEDRO BORTO III	SIDROLÂNDIA	596,5607	32	23	Port.04	27/12/00	54°49'58"	21°11'16"
93	PA- SEBASTIÃO ROSA DA PAZ	CARAPÁ	1.210,4350	56	6	Port.045	29/12/00	54°38'24"	22°56'30"
94	PA AROEIRA	CHAPADÃO DO SUL	2.648,5243	67	60	Port.47	29/12/00	52°28'42"	19°22'46"
95	PA ALUNÇA	ITAQUIRAÍ	1.162,4674	08	38	Port.48	29/12/00	54°08'09"	23°25'15"
96	PA MARGARIDA ALVES	RIO BRILHANTE	3.429,1800	42	120	Port.49	29/12/00	54°55'20"	21°40'20"
97	PA MARGARIDA ALVES	PONTA PORÁ	25.010,5036	46	1300	Port.04	29/12/00	55°27'54"	22°12'18"
98	PA GERALDO GARCIA	SIDROLÂNDIA	5.688,9000	20	190	Port.51	29/12/00	54°58'41"	21°06'47"
99	PA PONTAL DO FAIA	TRES LAGOAS	1.317,6919	45	44	Port.52	29/12/00	51°40'18"	20°35'59"
100	PA LUIZ BRANCA	ITAPERIÇÁ	2.425,3952	07	101	Port.07	03/04/01	54°11'19"	23°25'17"
101	PA SANTA TEREZINHA	SIDROLÂNDIA	1.521,2418	18	56	Port.15	13/08/01	55°08'31"	20°57'02"
102	PA LANCHÃO LOMA	IGUAÍTE	2.420,0000	30	84	Port.16	31/08/01	54°28'07"	23°19'43"
103	PA JUNGAL	NAVAL	1.008,5600	21	34	Port.17	31/08/01	52°23'47"	19°04'44"
104	PA TEJUPÁ	NOVA ANDRAINDA	28.497,8194	700	203	Port.23	26/07/02	53°12'25"	21°50'50"
105	PA VICENTE DE PAULA SILVA	PARANHOS	1.129,1287	12	37	Port.19	04/09/01	55°25'46"	23°47'22"
106	PA SILVIO RODRIGUES	RIO BRILHANTE	3.182,3314	22	39	Port.20	14/09/01	54°20'39"	21°36'02"
107	PA JAMABOIA	AMARÁ	2.763,3340	57	89	Port.24	31/10/01	54°35'53"	22°51'17"
108	PA RESSACA	BELA VISTA	1.549,8185	36	120	Port.20	14/09/01	56°20'03"	21°48'40"
109	PA RECANTO DO RIO MIRANDA	JARDIM	1.071,3041		80	Port.22	09/07/02	56°05'53"	21°45'52"
110	PA BEBEDOURO	NOVA ALVORDA			103				
111	PA ESPERANÇA	ANAUROLÂNDIA			270				
112	PA NERY RAMOS VOLPATO	BELA VISTA			160				
113	PA COLORADO	IGUAÍTE			70				
114	PA PADRE ADRIANO	JUTI			80				
115	PA SÃO JOÃO	NOVA ALVORDA			240				
116	PA SANTA OLGA	NOVA ANDRAINDA			170				
117	PA ITAMARATI II	PONTA PORÁ			900				
					1681				



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL
SR-16 CARTOGRAFIA RECURSOS NATURAIS



SEM ESCALA

	ASSENTAMENTOS CONTEMPLADOS COM O PRONAF "A"
	ASSENTAMENTOS CONTEMPLADOS COM O PAC/BIQ
	ASSENTAMENTOS A SEREM ASSISTIDOS COM SERVIÇOS DE ATES EM 2005 ATAVÉS DO CONVENIO ASBRAER
	ASSENTAMENTOS EM FASE DE ELABORAÇÃO DO PDA
	ASSENTAMENTOS A SEREM ASSISTIDOS COM SERVIÇOS DE ATES EM 2005 ATAVÉS DE LICITAÇÃO

	TERRITÓRIO DA REFORMA
	TERRITÓRIO GRANDE DOURADOS
	TERRITÓRIO CONESUL

	MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ABAIXO DE 10.000 HAB
	MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 10.000 E 30.000 HAB
	MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ACIMA DE 30.000 HAB
	CAPITAL DO ESTADO
	PROJETOS DE ASSENTAMENTO
	RIO
	DIVISÃO POLÍTICA DOS MUNICÍPIOS
	RODOVIA NÃO PAVIMENTADA
	RODOVIA PAVIMENTADA
	ÁREA ALAGAVEL

A ocupação na região foi feita sem considerar os aspectos ecológicos da região e, pouco tem sido feito no sentido de se adequar as formas de ocupação e uso dos solos à legislação ambiental. As usinas de cana-de-açúcar, por exemplo, foram implantadas impactando rios e córregos da região. A região de Naviraí, sede de uma dessas usinas apresenta ar altamente comprometido, o que indica que deve ser incrementada a atividade de fiscalização.

Outro fator que compromete seriamente a região é o efeito das extensas áreas com plantio de cana-de-açúcar, em diversas fazendas, sem que fosse empregado o sistema de rotação de culturas. Cada vez mais, fazendas vizinhas às usinas arrendam suas terras para o plantio da nova safra. Ao mesmo tempo, a criação extensiva de gado (de corte ou de leite) afeta o meio ambiente, impede o surgimento da vegetação nativa, compromete a alimentação de aves e outros animais cujo habitat situa-se na área, no entorno dessas propriedades. Muitas fazendas destinadas para reforma agrária constituem-se de áreas cujos solos já estão desgastados por usos anteriores, e podem ser consideradas impróprias para a agricultura, se forem manejadas de forma adequada.

O gado também compacta o solo, à medida que o mantém prensado, o que exigiria utilização de maquinário durante longos períodos para alterar a situação do solo. O Estado de Mato Grosso do Sul possui o maior rebanho de gado, em torno de 23 milhões de cabeças de gado (Figura 6), onde a pecuária de leite é considerada um subproduto da pecuária de corte. A área designada para implantação de assentamentos está incluída como uma das grandes áreas destinadas à criação de gado.



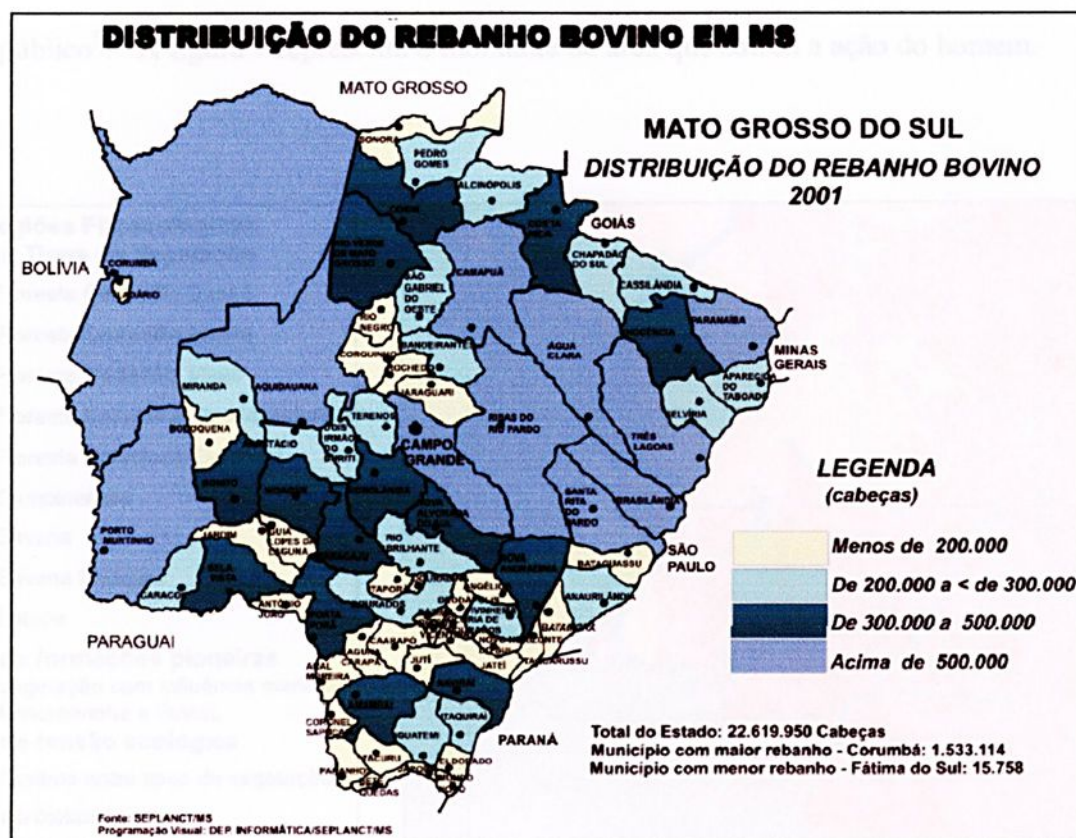


Figura 6: Mapa rebanho bovino de Mato Grosso do Sul
Fonte: IPLAN, 2002.

A legislação sobre reserva legal exige que cerca de 20% da propriedade seja de mata vegetal nativa, o que só foi definido na Medida Provisória 1956-50/2000. Mesmo prevista no código florestal desde 1965, esta medida não é cumprida, nem tampouco fiscalizada. Atualmente, a área de vegetação nativa, de 20%, pode ser mantida em qualquer parte, pelo proprietário das terras, desde que a área de preservação esteja em uma propriedade no Estado. As terras destinadas à reforma agrária também sofrem com o destino ambiental de nosso Estado. Apesar de existirem poucas indústrias, o que ainda confere características de ar mais

puro, não existe uma política ambiental eficiente, que esteja vinculada a todas as esferas do poder público⁹. A figura 7 representa o montante de área que sofreu a ação do homem.

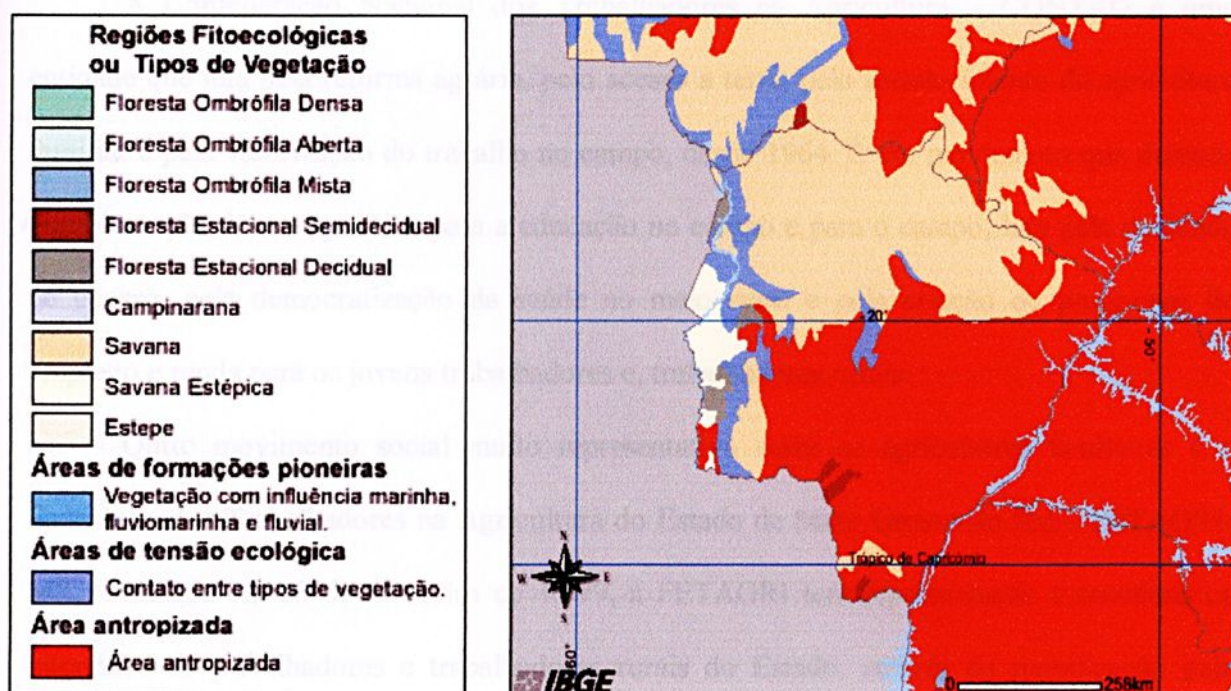


Figura 7: área atingida pela ação do homem.

Fonte: IBGE, 2006.

Os movimentos sociais e a luta pela terra

Diferentes entidades e associações têm auxiliado os agricultores a conseguirem seu pedaço de terra. Entidades como Central Única dos Trabalhadores - CUT, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul - FETAGRI, Movimentos dos

⁹ No ano 2000, a Superintendência Regional do INCRA, com sede em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, criava o Projeto de Assentamento "Pedro Ramalho" - P. A., antiga Fazenda Mambaré, no município de Mundo Novo, que havia sido desapropriada. A área fica na fronteira entre Brasil e Paraguai, na divisa com o Estado do Paraná. Até a desapropriação e encaminhamento do processo para a implantação do Assentamento, o INCRA desconhecia a existência de uma reserva ecológica, parte dela localizada em área da Itaipu Binacional e que estava localizada na área destinada para a reforma agrária. Essa "descoberta" fez com que os órgãos responsáveis pela assistência técnica e extensão rural desenvolvessem um grande processo de conscientização de preservação

Trabalhadores Sem-Terra - MST, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, dentre outras, tem desenvolvido importante papel na luta pela reforma agrária, especialmente na região sul.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG é uma entidade que luta pela reforma agrária, pelo acesso a terra, pelo fortalecimento da agricultura familiar e pela valorização do trabalho no campo, desde 1964. É um movimento que defende a implantação de uma política para a educação no campo e para o campo, luta pela equidade de gênero, pela democratização da saúde no meio rural e pela criação de programas de emprego e renda para os jovens trabalhadores e, trabalhadoras rurais.

Outro movimento social muito representativo entre os agricultores familiares é a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul – FETAGRI-MS. Fundada em 23 de fevereiro de 1.979, a FETAGRI tem representação e coordena os interesses de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Estado, através da mobilização pela reforma agrária, além de promover a capacitação e qualificação desses profissionais, visando garantir condições de permanência e sobrevivência desses trabalhadores no campo. Atualmente representa 12.734 famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais acampadas em 100 acampamentos, localizados na Capital e em diversos municípios do interior do Estado, coordenados pelos respectivos Sindicatos de Trabalhadores Rurais filiados à Federação. Desde 2005, a entidade vem organizando também trabalhadores(as) rurais sem terra para terem acesso ao crédito fundiário.

A Central Única dos Trabalhadores – CUT, tem por meta organizar e apoiar ações voltadas para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, sejam da cidade ou do campo. Já a Comissão Pastoral da Terra – CPT, em cada região do país, seu trabalho assume

da natureza, conservação de nascentes e outros recursos naturais, além de reforçar a proibição da caça de animais silvestres.



uma vertente diferente, na luta em defesa das chamadas minorias sociais, sem deixar de servir na luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Em todo o Brasil, muitos assentamentos de reforma agrária têm sido criados a partir da pressão dos movimentos sociais, que intercedem pelos agricultores junto aos governos federal e estadual. Apesar da diferença existente entre as entidades, no que se refere à forma como procedem para chegar a terra, bem como na forma de lutar pela reforma agrária, muitas famílias ainda vêem nos movimentos e sindicatos uma grande esperança, pois depositam nas entidades a expectativa de ter acesso a um pedaço de chão. Grande parte do processo de reforma agrária implementado no Brasil tem surgido a partir da pressão da sociedade civil organizada, através dessas entidades e das lutas e pressões pelo acesso a terra.

A região sul do Estado foi definida como área especial para implantação de assentamentos de reforma agrária, nos anos 90, em função da característica do solo, apto para a agricultura (Figura 8):



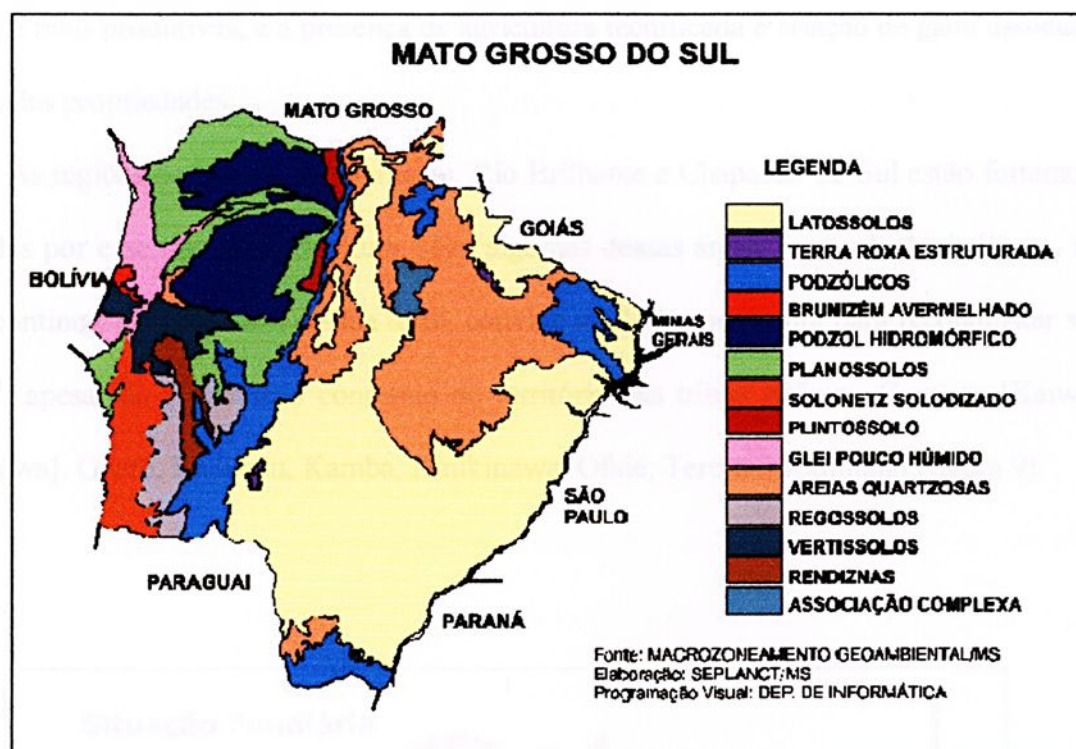


Figura 8: Mapa de solos do Estado de Mato Grosso do Sul
Fonte: IPLAN, 2002

Observando a figura 8, verifica-se que a qualidade do solo não se altera, em relação a Dourados, por exemplo, segundo centro comercial do Estado, o que nos leva a acreditar que os agricultores familiares têm sido expulsos de grandes centros, cujas terras são altamente valorizadas e que este seria o argumento central dessa ocupação maciça na região sul, contrastando com a região de Dourados, que possui apenas dois assentamentos e um acampamento.¹⁰

O mapa demonstra, que exceto nas áreas ocupadas pela atividade agropecuária, na região sul, verifica-se um grande número de propriedades de agricultura familiar, como em outras localizações, mas fica evidente uma centralização de áreas economicamente mais

¹⁰ O município de Dourados possui os assentamentos Lagoa Grande, Amparo e o Acampamento Novo Brasil, filiado à CUT.

viáveis e mais produtivas, e a presença de agricultura tecnificada e criação de gado associadas às grandes propriedades.

As regiões de Dourados, Maracaju, Rio Brilhante e Chapadão do Sul estão fortemente marcadas por esse tipo de agricultura. Em algumas dessas áreas, a população indígena, que foi (e continua!) expropriada de sua terra, convive até hoje com a luta para reconquistar suas terras¹¹, apesar da diminuição constante do território das tribos Atikum, Guarany [Kaiwá e Nhandéwa], Guató, Kadiwéu, Kamba, Kinikinawa, Ofaié, Terena e Xiquitano (figura 9).

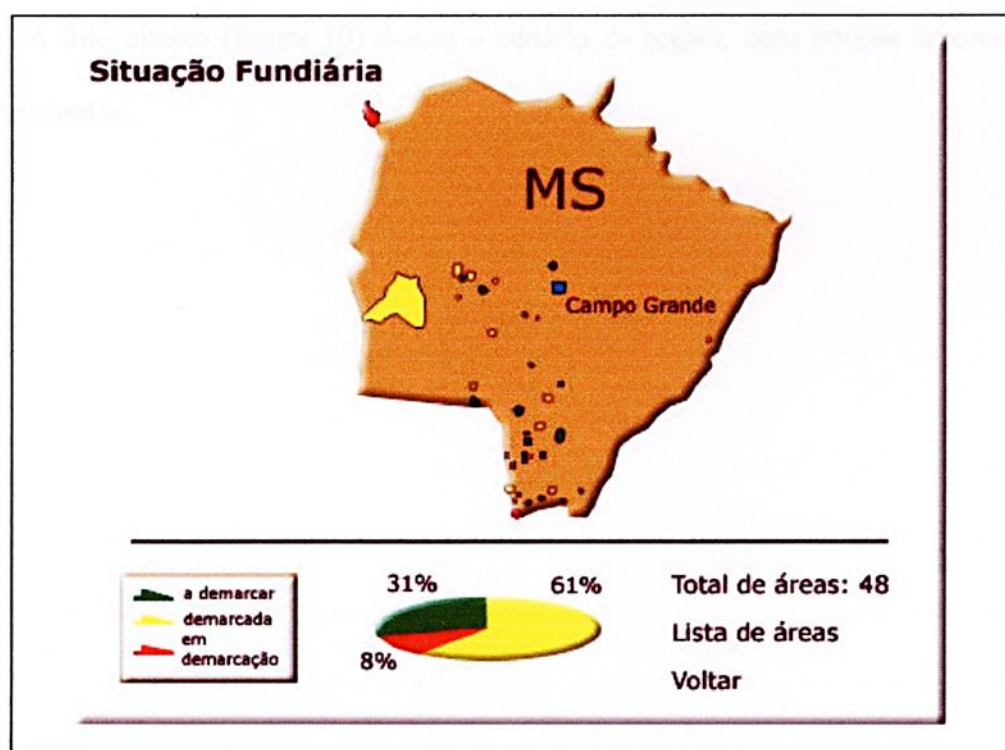


Figura 9: Mapa da situação fundiária das aldeias indígenas em Mato Grosso do Sul

FONTE: FUNAI/ 2006

O mapa apresenta a situação atual das terras indígenas, que pouco tem caminhado no sentido da regularização das terras para as aldeias.

¹¹ Segundo dados do IBGE e da FUNAI, atualmente existem cerca de 32.519 índios, divididos em 9 etnias.

Não se pode concordar plenamente com a justificativa de que somente a região sul estaria apta para a agricultura, mas que se convencionou, na política local, também destinar agricultores familiares para áreas de menor valor comercial. Se pensarmos que tal ação se justifica em função do valor pago na desapropriação, que seria proporcionalmente menor, se comparado com áreas de maior importância econômica, esse argumento também não se aplica, tendo em vista o alto preço¹² pago pelo INCRA¹³ nas fazendas consideradas improdutivas.

O cerrado, vegetação predominante no Centro-Oeste, tem sido dizimado, em função da derrubada de árvores, medida que vem sendo praticada na região sul do estado desde a década de 50. A foto abaixo (figura 10) ilustra o cenário da região, com poucas árvores e muitas áreas de plantio.



Figura 10: Derrubada de árvores
(Foto produzida pelo autor, 2006)

Esta medida que vem sendo tomada por diversos fazendeiros da região, como forma de impedir a invasão de suas fazendas e também de obter mais recursos por meio da venda de sua terra, tem sido o plantio em larga escala de eucalipto. Alguns fazendeiros de grande porte não só de eucalipto, mas também de soja, milho e trigo, devido ao aumento da demanda por essas culturas, estão sendo obrigados a vender suas terras para a produção de grãos. Isso tem sido observado em todo o Centro-Oeste brasileiro. A foto a seguir (figura 11) mostra a situação de invasão de terras de uma fazenda que, sob o pretexto dos fazendeiros da região, que afirmam a necessidade de área de plantio, vendida para a produção de grãos, está sendo utilizada para a produção de eucalipto.

¹² Em 2005, o governo federal desembolsou cerca de R\$ 30.000.000,00 em uma fazenda na região de Juti, sul do Estado, para instalar colonos que estavam acampados em terras indígenas.

¹³ Segundo funcionários do INCRA, os preços costumam subir muito quando é divulgado o interesse de órgãos públicos em adquirir as propriedades rurais, em razão da especulação fundiária.

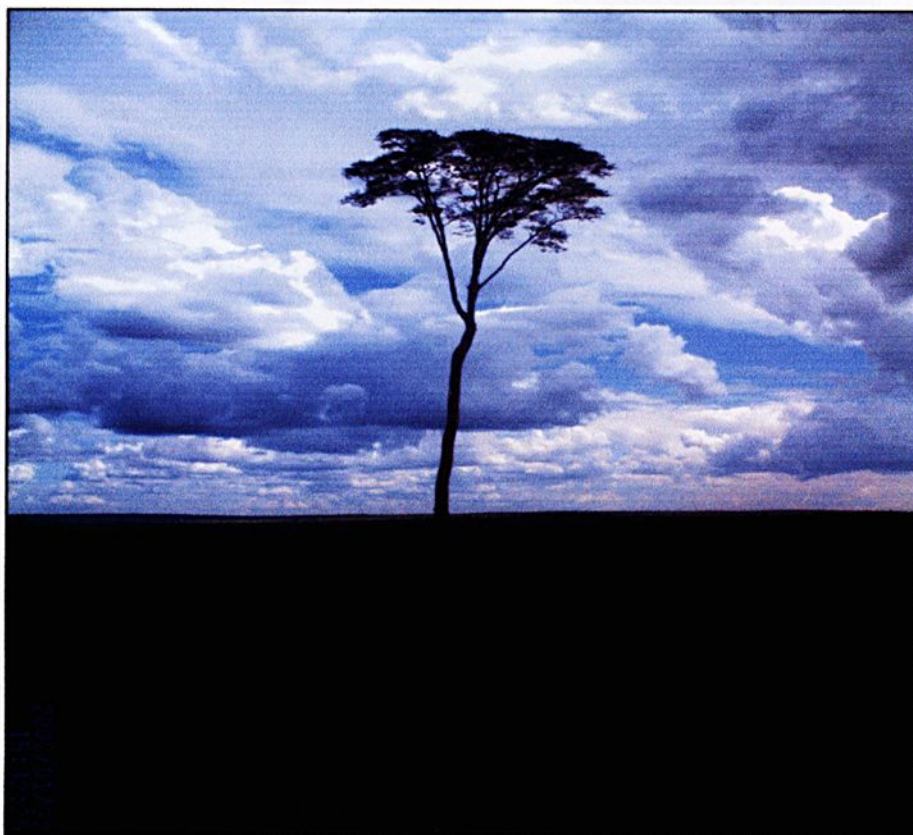


Figura 10: Lembranças do cerrado
(Foto produzida pela autora) 2006

Uma medida que vem sendo tomada por diversos fazendeiros da região, como forma de impedir a ocupação de suas fazendas e também da beira das estradas, por acampamentos de sem terra, tem sido o plantio em larga escala da soja. Mesmo fazendas de gado têm suas áreas de entorno ocupadas pela soja, atualmente responsável pelo desmatamento de grandes áreas de vegetação nativa em todo o Centro-Oeste brasileiro. A foto a seguir (figura 11) mostra a situação de ocupação desmedida da soja que, sob o pretexto dos fazendeiros da região, que significaria a ampliação da área de plantio, escondem uma tentativa para evitar a ocupação próxima às suas terras.



Figura 11: Plantio de soja à beira da estrada
(Foto produzida pela autora) 2005

A posse da terra para quem é da terra: a chegada em Itaquiraí

O município de Itaquiraí, localizado a 400 quilômetros da capital do Estado Campo Grande já era conhecido como uma área de passagem, entre os vários caminhos do Mato Grosso do Sul. Como dissemos anteriormente, a região, denominada pelos governos federal e estadual como área especial para implantação de projetos de reforma agrária, pois permitiria uma reorganização fundiária, possui espaço para a consolidação de assentamentos, garantindo o desenvolvimento familiar e a execução de atividades de caráter especial. Esta região é a

segunda maior área de assentamentos do Estado.¹⁴ Somente na região de Itaquiraí, havia cerca de 500 propriedades que, após o início do processo de reforma agrária no Estado, surgiram outras 2.000 novas propriedades de agricultores familiares.

Apesar de toda a justificativa social e política, existe um outro importante motivo para justificar a demarcação da área, qual seja, o uso e a exploração econômica de áreas mais privilegiadas do Estado, mais centrais, atualmente ocupadas com grandes lavouras, principalmente pelos grandes latifundiários da região. Por esse motivo, os pequenos proprietários e os beneficiários da reforma agrária tiveram como destino uma área mais distante dos grandes centros comerciais, terras mais baratas.

Não se pode afirmar que o atual projeto de reforma agrária venha beneficiando somente moradores da região, pois estudos¹⁵ realizados anteriormente indicam que os assentados provêm de cidades vizinhas e também de outros Estados brasileiros, como Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e da Região Nordeste do país.

De acordo com Oliveira (2001), existem brasiguaios e brasileiros acampados e assentados na região sul do Estado de Mato Grosso do Sul, vindos das mais diversas regiões do Brasil, onde mais de 250 mil brasileiros estão no Paraguai e mais de 40 mil na Bolívia. Parte destes, os brasiguaios já se articularam com o MST e já existem assentamentos produtos desta articulação.

Dentre os entrevistados que fizeram parte deste estudo e que residem no Assentamento Tamakavi, encontram-se famílias oriundas das regiões Nordeste e Sul do país, que já residiam há vários anos no Estado de Mato Grosso do Sul. Muitas já trabalhavam nas fazendas em regiões vizinhas ao município de Itaquiraí e optaram em ingressar nos acampamentos para poder trabalhar na sua própria terra. Cerca de 70% dos entrevistados são filhos de agricultores, mas seus pais também eram empregados de grandes proprietários de terras. O

¹⁴ O município de Sidrolândia, localizado na microrregião de Campo Grande é a maior área em concentração de assentamentos, sendo que atualmente possui 11 Projetos de Assentamento instalados.

sonho de trabalhar na própria terra, guardado durante muitos anos, torna-se mais próximo a partir do momento em que ingressam nos acampamentos.

A cidade, importante via de acesso aos Estados da região sul do país, está estruturada como muitas outras cidades do Mato Grosso do Sul. A estrada corta a cidade, passando pela avenida principal, sugerindo que todas as outras partes foram se desenvolvendo a partir da via principal. O próprio comércio local está situado nessa avenida, pois é uma forma de atrair os moradores, quando estes vêm ao “centro” da cidade e também para que os viajantes que passam pela cidade também tenham acesso aos seus produtos.

A visita à cidade, para os assentados, constitui-se numa oportunidade de fazer tudo o que é necessário, pois, tendo em vista que são 40 quilômetros de distância, as despesas com transporte não podem ser gastas desnecessariamente. Pelo menos uma vez por mês a cidade recebe grande quantidade de agricultores familiares e outros trabalhadores da área rural, que vêm para realizar a compra do mês. Todos os produtos que não são encontrados no campo são adquiridos na cidade. Alguns vêm a pé, outros de carona (com carroças, carros ou motos), veículos próprios ou mesmo de ônibus, o que encarece ainda mais a vinda. Por esse motivo, muitos pais vêm sozinhos, pois trazer os filhos implicaria em uma despesa ainda maior.

Muitos assentados são fregueses dos comerciantes locais: é ali que adquirem roupas, calçados, alimentos, móveis e eletrodomésticos para suas casas. Homens e mulheres do município de Itaquiraí, assim como em outras cidades, mantêm a tradição de “ter conta” em lojas, padarias e armazéns. A manutenção da caderneta, para anotar os produtos vendidos aos fregueses ainda constitui importante mecanismo de crédito, pois muitos assentados, após passar longos anos vivendo em acampamentos, sem emprego ou renda fixa, acabam não conseguindo ter crédito de outras formas. É muito comum encontrarmos ex-acampados que possuem restrição cadastral, durante muito tempo, pois fica difícil regularizar sua situação.

¹⁵ Fabrini (1996), Farias (2001).



Em alguns casos, não possuem ainda todos os documentos¹⁶, ou porque não retiraram junto aos órgãos oficiais ou então porque foram extraviados, em função das constantes mudanças durante o período em que viveram em acampamentos.

No centro da cidade, tudo está relativamente próximo e bem localizado: padarias, açougues, escolas, escritórios, lojas, farmácias. Nas ruas e avenidas paralelas à avenida principal, estão localizadas as escolas e prédios ocupados por órgãos estaduais e municipais, como o próprio IDATERRA, Delegacia, Prefeitura, Banco, Correio etc.

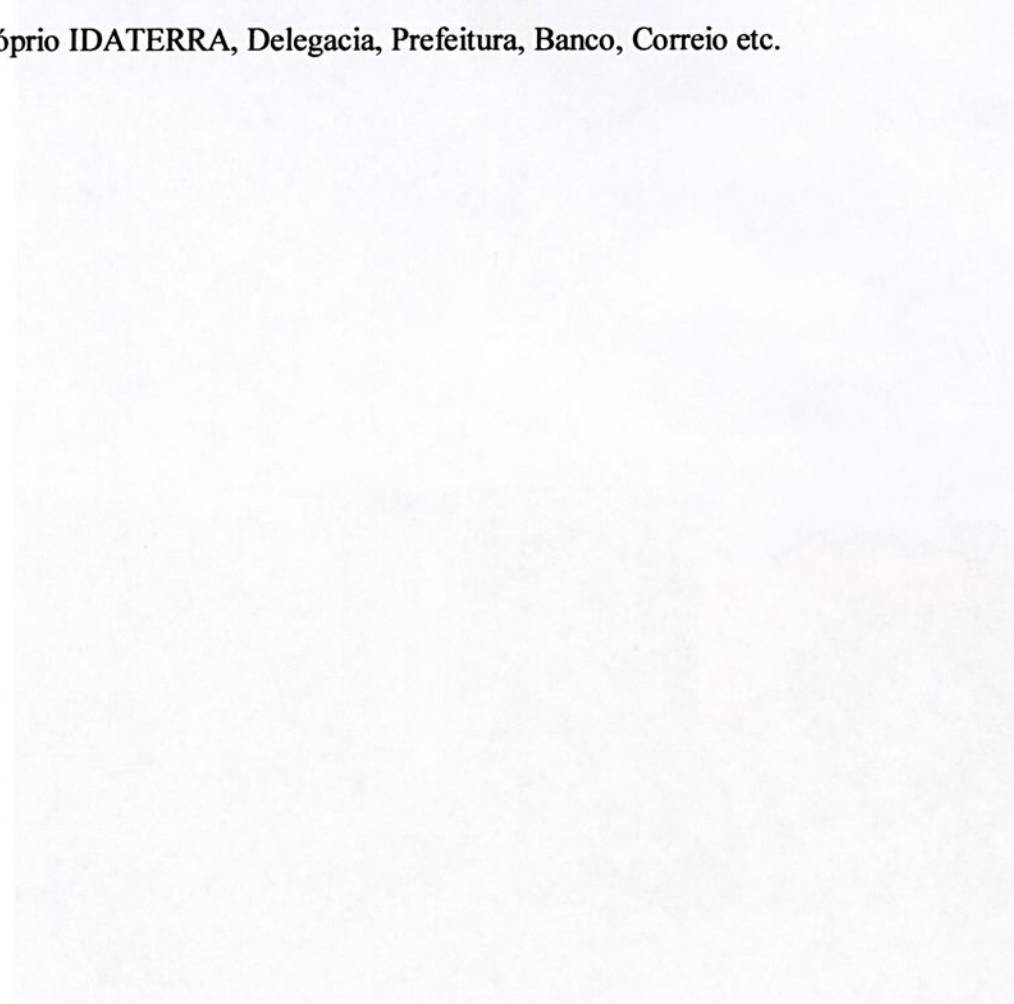


Figura 12: Rua do acampamento Novo Brasil, 1977, localizada no Distrito de Itaipava, município de Descartes.
(Foto produzida pela autora, 2005)

¹⁶ Segundo o IDATERRA, para muitos assentados, conseguir crédito e financiamento junto aos Bancos é extremamente complicado, pois alguns não possuem carteira de trabalho, RG, CPF e certidão de casamento. É comum encontrar crianças nascidas há 10 anos (ou mais) que ainda não têm certidão de nascimento. Outro fator limitante para os pais refere-se ao bloqueio de crédito junto ao SPC e SERASA. Ficam tanto tempo fora do mercado de trabalho que a regularização de sua situação financeira fica em último plano.

O sonho de ter sua própria terra

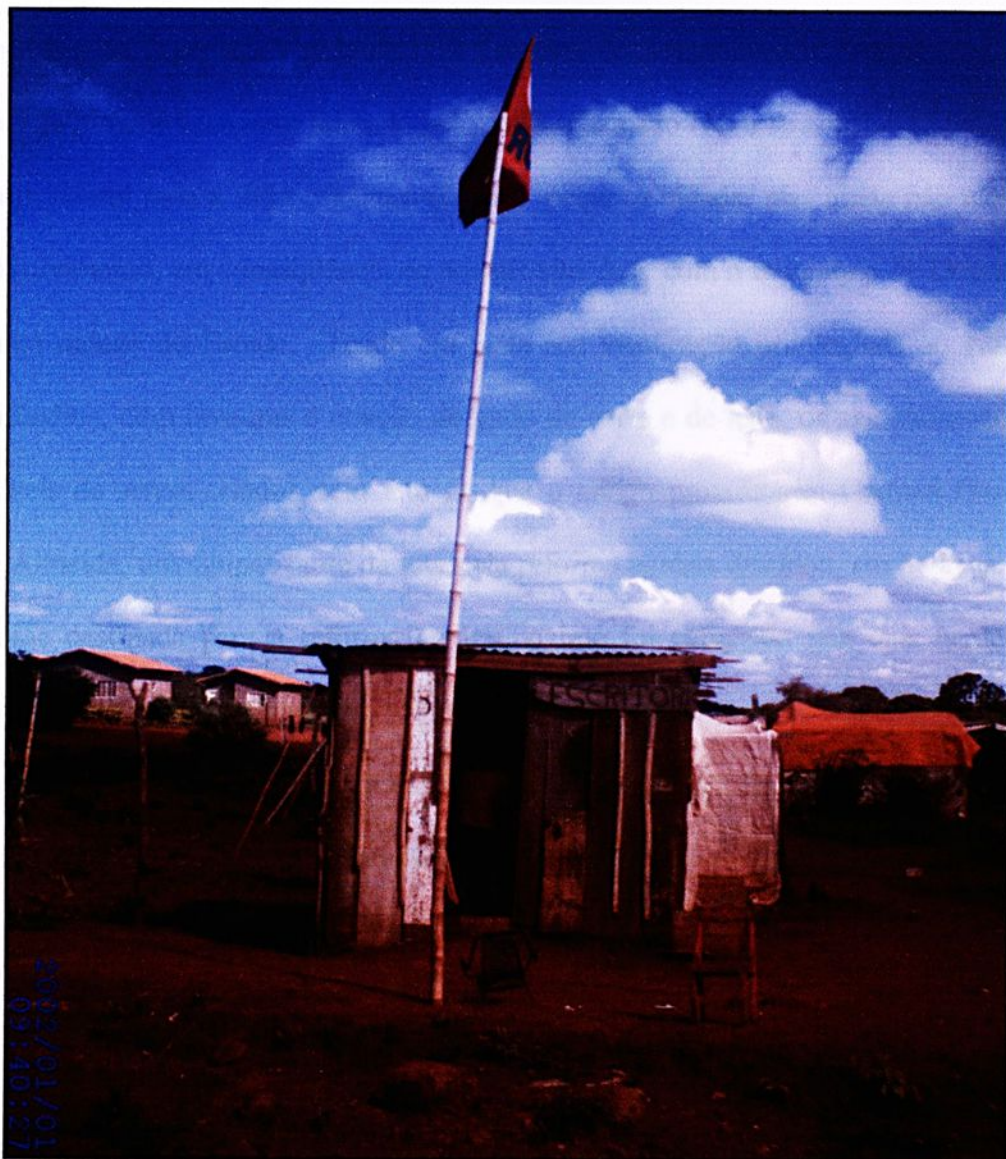


Figura 12: Foto do acampamento Novo Brasil, CUT, localizado no distrito de Itahum, município de Dourados
(Foto produzida pela autora) 2005

O distrito de Itahum, criado em 10 de dezembro de 1953,¹⁷ pertence ao município de Dourados e está localizado há 60 km do município. Atualmente, vem sendo realizada ampla campanha junto aos políticos locais, em movimento pró-independência, que pleiteia sua emancipação e elevação à condição município. Uma área predominantemente agrícola, com comércio em fase de expansão e sede de dois Projetos de Assentamento: Amparo e Lagoa Grande, além de um acampamento liderado pelo MST, chamado Novo Brasil.

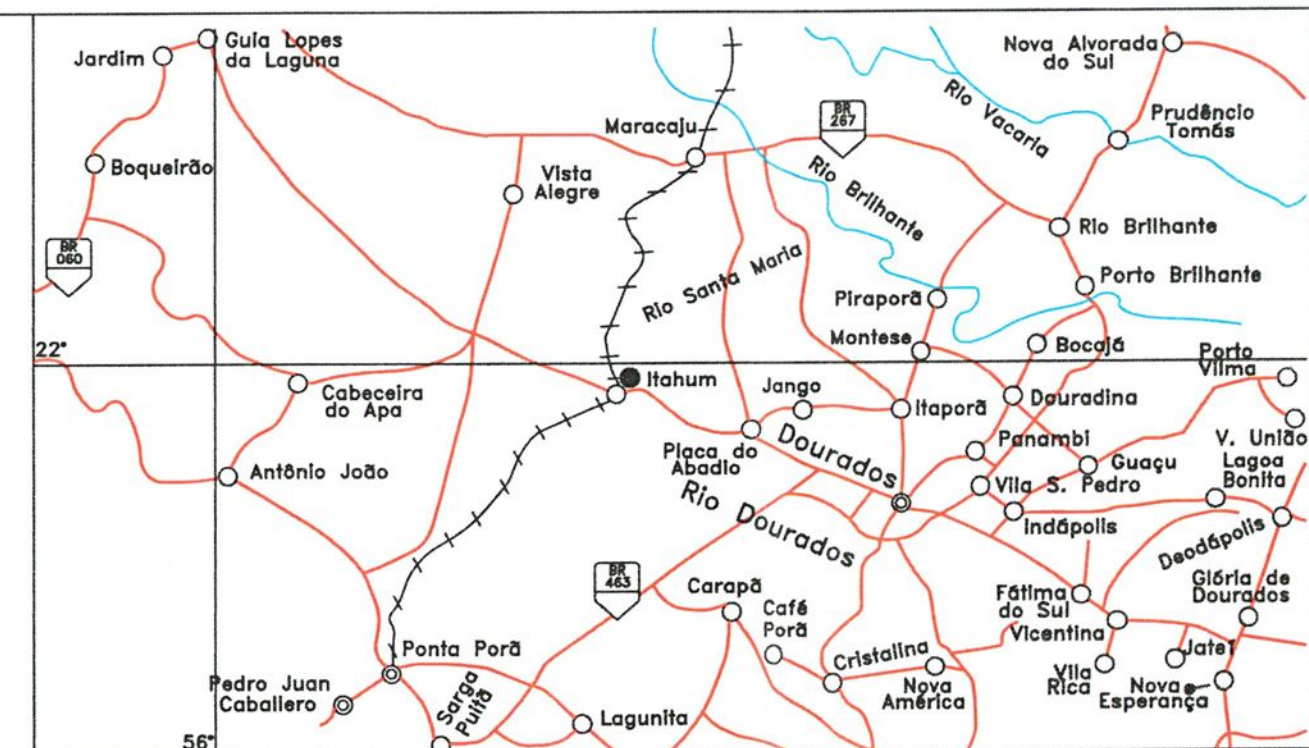
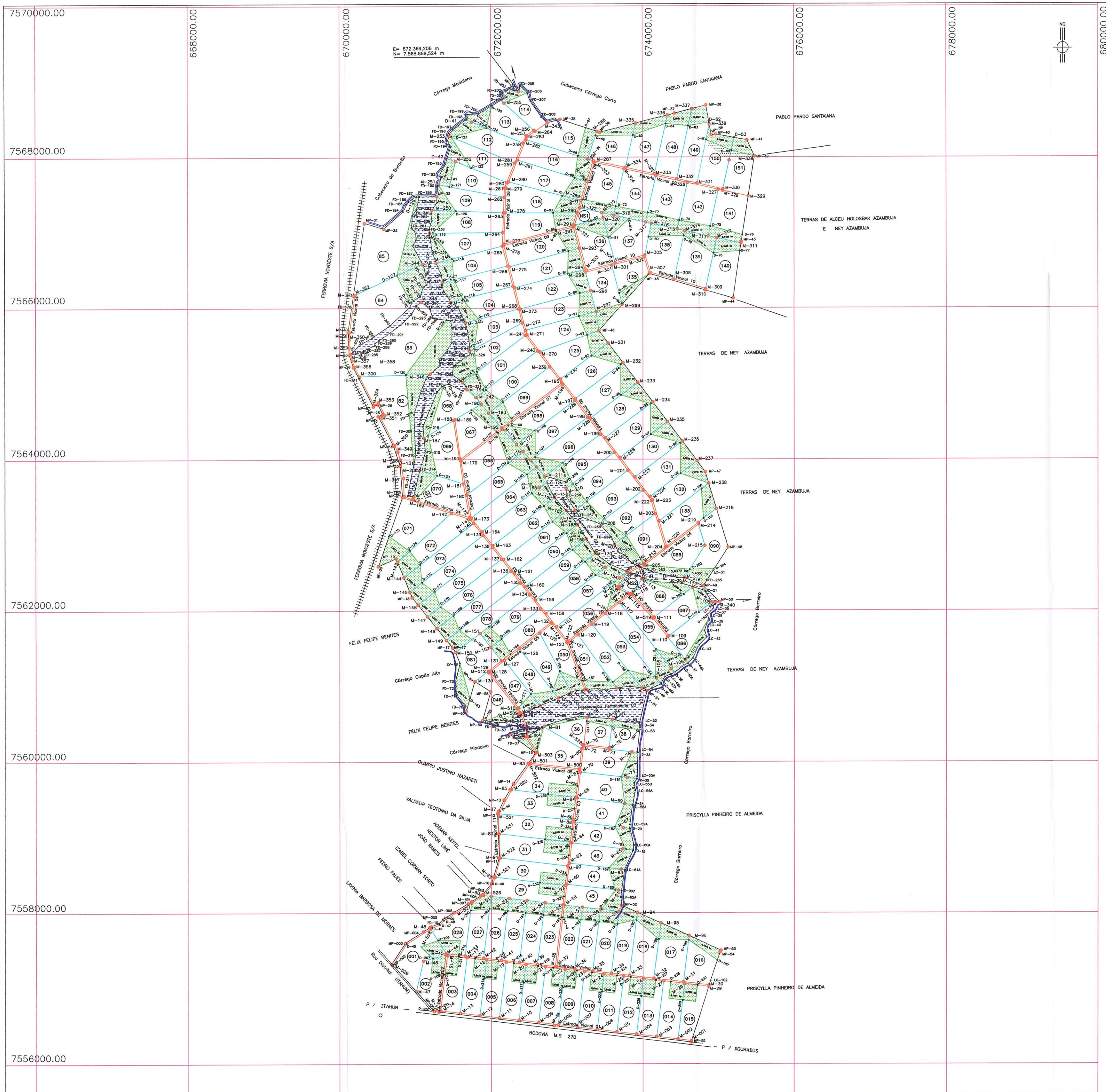
Itahum possui toda a infra-estrutura de uma pequena cidade, mas ainda não está em pleno desenvolvimento, em consequência de sua proximidade com o município de Dourados, segunda maior cidade do Estado. Tendo em vista sua localização privilegiada ao lado de grandes latifúndios, com lavouras e criação de gado de corte e de leite, os assentamentos só foram possíveis de serem criados pelo fato de que o antigo proprietário, Coronel Osvaldo Pinheiro de Almeida, um simpatizante da luta pela reforma agrária destinou, em herança, que esta área fosse destinada para a reforma agrária, o que foi cumprido por seus herdeiros, através da venda da área para o INCRA.

Conforme já informado anteriormente, o Distrito de Itahum foi incluído neste estudo para fins de realizar-se uma comparação, tendo em vista a localização distinta do assentamento Tamakavi e também o processo de ocupação ter sido completamente diferente.

Nosso primeiro contato com os moradores do assentamento Lagoa Grande, deu-se através do Presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Projeto de Assentamento Lagoa Grande – APPPALG (Figura 13). Através dele e dos funcionários do IDATERRA, marcamos um primeiro encontro para conhecermos o assentamento e iniciarmos as entrevistas com as famílias. Fomos encaminhados para o lote 52, de propriedade da família dos assentados Lúcia Cavalcante dos Santos e seu marido, Benoni Pereira dos Santos, que gentilmente nos recebeu e designaram seu filho e um amigo, também morador do assentamento, nos acompanharem nas visitas aos moradores dos lotes. Este contato, já

¹⁷ Gressler e Swensson (1988).





Planta de Situação Escala (1:1.000.000)
Fonte Mapa Rodoviário (MS)

Lot#	Area (ha)	Lot#	Area (ha)
01	24,9186	79	19,0839
02	18,7432	80	19,0279
03	19,2346	81	28,9786
04	19,2363	82	58,5461
05	19,2367	83	75,5159
06	19,2323	84	27,2844
07	19,2384	85	60,9587
08	19,2408	86	20,6913
09	19,2304	87	22,6998
10	19,2271	88	21,4702
11	18,2284	89	28,1859
12	12,2774	90	27,4429
13	19,7482	91	24,4696
14	20,7307	92	24,2245
15	18,9944	93	27,2442
16	22,2062	94	25,6276
17	26,4409	95	24,5388
18	25,6677	96	28,0736
19	20,9544	97	26,8945
20	20,1750	98	26,3250
21	27,7630	99	28,4377
22	19,7588	100	26,8356
23	19,5800	101	26,7365
24	19,5905	102	24,8026
25	19,5905	103	20,5608
26	19,5904	104	23,6868
27	19,3030	105	24,5541
28	20,8900	106	24,0159
29	25,1842	107	27,2770
30	23,7200	108	26,8398
31	28,8725	109	24,4887
32	27,3601	110	24,6497
33	28,4834	111	24,6418
34	27,6937	112	25,3201
35	27,7116	113	23,9758
36	13,2034	114	16,1996
37	12,5422	115	28,1727
38	14,5344	116	27,3177
39	24,9935	117	27,8642
40	25,6460	118	28,3156
41	23,4172	119	28,5556
42	21,9085	120	27,5820
43	20,8833	121	27,6462
44	20,3501	122	27,2949
45	20,5154	123	27,7604
46	18,7402	124	26,2451
47	18,2912	125	27,7336
48	19,9748	126	25,5428
49	22,2217	127	25,5137
50	20,7285	128	25,7361
51	19,8060	129	25,4614
52	23,3984	130	25,9194
53	26,7713	131	25,4160
54	26,6313	132	26,7575
55	25,0387	133	23,3227
56	24,4173	134	23,7524
57	25,1952	135	17,2468
58	25,2095	136	23,0949
59	29,7978	137	28,2056
60	23,3750	138	27,4944
61	24,3835	139	28,0448
62	24,1206	140	25,9228
63	24,3586	141	27,2147
64	25,6814	142	26,7697
65	27,5192	143	26,7486
66	32,6552	144	27,1401
67	23,8845	145	25,0551
68	26,6071	146	23,6515
69	29,4489	147	27,0342
70	27,6307	148	26,8066
71	38,1361	149	26,5489
72	27,2587	150	24,9294
73	23,8102	151	22,5547
74	24,7224	NUCLEO 01	4,8296
75	24,7656	NUCLEO 02	4,7586
76	27,7209	RESERVA LEGAL	8,10117
77	24,6539	PRES PERM. 01	95,5495
78	24,6570	PRES PERM. 02	40,5789
		PRES PERM. 03	40,4275

CONVENÇÕES

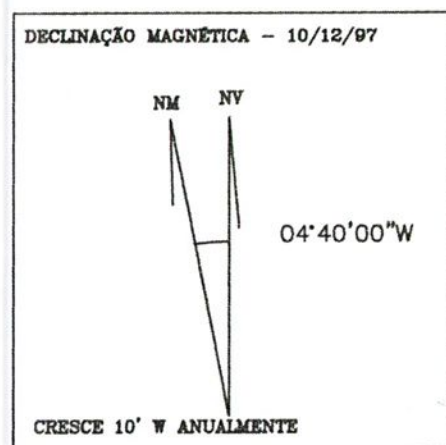
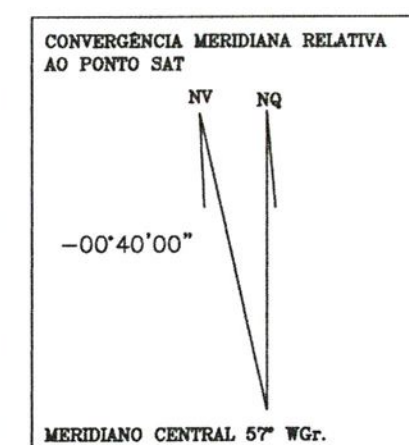
- | | |
|---|----------------------------|
|  | MARCO DE CONCRETO |
|  | ESTAÇÃO E IRRADIAMENTO |
|  | POLÍGONOS TOPOGRÁFICOS |
|  | POLÍGONOS DE APOIO |
| EV-11 | DENOMINAÇÃO DAS POLÍGONAIS |
|  | RESERVA LEGAL |
|  | PRESERVAÇÃO PERMANENTE |
|  | ESTRADA DE FERRO |
|  | ESTRADA VICINAL |
|  | CÓRREGO |
|  | RODOVIA ESTADUAL |
|  | POVOADO |
|  | PONTO GEODÉSICO |

EXECUÇÃO:

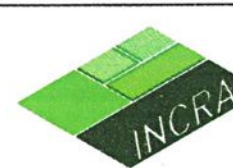


Serviços:
Coordenação: Téc. Agr. Alexandre de O. Bianco - CREA 6694/TD-MT
Levantamento: Eng. Agrônomo Flávio Semidel 6427/D-MS e Francisco Douglas 8187/D-MS
Téc. Leônidas Carvalho 3292/TD-MS e Elen Vilella 2040/TD-GO
Roostre do ponto SAT: INCRA - SR 16
Desenho Final: Eng. Agr. Flávio Semidel de Souza Lima CREA 6427/D-MS- Software Lella 1.0

COORDENADAS UTM SOUTH AMERICAN DATUM - SAD 69
REFERENTES AO MERIDIANO CENTRAL 57° WGr E AO EQUADOR
CARTAS TOPOGRÁFICAS : ITAHUM - SF.21- Z- B - I



COORDENADAS UTM REFERIDAS AO MERIDIANO CENTRAL DE 57° WGr. E AO EQUADOR



GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM MATO GROSSO DO SUL - SR/16
SEÇÃO DE CARTOGRAFIA E RECURSOS NATURAIS - C - 2

	GLEBA : Nova da Lagoa Grande IMÓVEL : P. A. Nova da Lagoa Grande LOTE : Planta Geral de Parcelamento		ÁREA 4.071,4428 ha
	REGISTRO / CÓDIGO		
DATA JANEIRO / 98	A.R.T. 701.134	MUNICÍPIO / UF Dourados/MS	ESCALA 1:25000
DESENHO	RESP. TÉCNICO Agnelito Felix de Andrade CREA: 2.487/O-MT	VISTO Hélio Pereira da Rocha CREA: 2.487/O-MT	CONFERE

descrito na introdução deste trabalho, nos foi de grande ajuda, pelo fato de que as visitas eram previamente marcadas, o que possibilitava que as famílias se organizassem no trabalho do lote, então, nossa visita não atrapalhava o andamento de seus afazeres.

Os assentados já possuem moradias, criadas a partir da liberação de recursos para a construção das casas. Muitos lotes já estavam desmatados, com área de pasto, outros, ainda mantinham parte da vegetação nativa, permitindo que os novos projetos para construção das residências pudessem ser pensados a partir da localização das árvores.



Figura 14: Foto que apresenta a residência de uma das famílias do assentamento Lagoa Grande.
(Foto produzida pela autora) 2005

As famílias, tendo ficado acampadas por pouco tempo, pois somente os maridos é que permaneceram por no máximo 4 meses no acampamento próximo à área do assentamento, não sofreram tanto com as difíceis condições de moradia e vivência.

Muitos homens e mulheres, que tinham casas, emprego, familiares próximos, romperam com tudo para poder ter acesso a um pedaço de terra para suas famílias. Em qualquer condição, romper com tudo aquilo que já é conhecido é difícil, principalmente quando se trata de viver sem saber como, situação muito comum nos acampamentos de sem terra em todo o país. As fotos a seguir (figuras 15 e 16) mostram algumas cenas do cotidiano de quem vive nos acampamentos.



Figura 15: Acampada e seus filhos, lavando a louça
(Foto produzida pela autora) 2005



Figura 16: Acampado lavando roupas
(Foto produzida pela autora) 2005

Muitas mulheres trabalhavam como cozinheiras, em fazendas da região, sem nunca terem sido registradas ou receberem remuneração para desenvolver tal função. Sempre a vaga era oferecida para casal, mas quem recebia pelo trabalho era o homem, de sua atuação como peão ou capataz. As mulheres, apesar de tantos afazeres, não tinham seu trabalho reconhecido, pelo fato de que a fazenda já oferecia moradia e alimentação ao casal. Ainda hoje, existem anúncios em jornais oferecendo este tipo de acordo trabalhista, ou então de casais que se oferecem para trabalhar. Também encontramos pessoas já habituadas a esse tipo de contrato, que se oferecem para trabalhar em sítios e fazendas, conforme ilustra o anúncio retirado de um jornal local.

Classificados Classifi

O PROGRESSO -Dourados, Mato Grosso do Sul, terça-feira, 18 de julho de 2006

PROCURA-SE EMPREGO

CAMPEIRO / FAZENDA 48514
 9612-7851 Norberto

CAMPEIRO / RETIREIRO 51467
 Caseiro. 9643-7074 e
 9913-2970

CASAL SE OFERECE 51311
 Sem filhos, p/ chácaras,
 fazendas. 9941-3827,
 3423-6534 Luiz

Figura 17: Recorte de jornal sobre trabalhadores rurais que oferecem mão-de-obra

Para muitos homens e mulheres, a opção de trabalharem em fazendas como caseiros acaba se tornando uma alternativa contra a escassez de vagas para trabalhar, uma vez que a grande extensão de áreas com pastagens, que emprega pouca mão-de-obra, diminuindo significativamente a quantidade de empregados nas fazendas.

Muitas vezes, quando o casal é contratado, apenas o homem – nesse caso o marido – é registrado, pois sua esposa e filhos recebem moradia e alimentação por conta do empregador. Isso provoca uma situação de abuso e exploração do trabalhador, pois os encargos que ele precisa “pagar” com o trabalho de sua família, em troca de teto e comida, nunca serão suficientes. As mulheres trabalham na propriedade e não são registradas, ficando impedidas de conseguir regularizar sua situação previdenciária, para fins de aposentadoria.

Essa situação de exploração da mão-de-obra feminina em áreas rurais também se deve ao fato de que o serviço doméstico é considerado, por muitos, como algo invisível, uma vez que não é comparado aos serviços comercializados. O caseiro traz consigo a “cozinheira”, sua esposa, que passa a trabalhar na fazenda, sem fazer parte do quadro de funcionários, embora deva seguir todas as normas que os demais trabalhadores da propriedade seguem. Para muitas mulheres, que hoje se encontram vivendo em assentamentos, essa experiência era um trabalho, embora nunca tenham recebido qualquer remuneração para exercer tais atividades.

O (feliz) encontro com as famílias

O acesso ao Assentamento Tamakavi se faz pela rodovia Br 163, em um ponto distante aproximadamente 25 km do município de Itaquiraí, no sentido Itaquiraí a Naviraí. A partir da rodovia, seguem-se 15 km, até serem avistados os primeiros lotes da antiga fazenda Tamakavi. Neste Projeto de Assentamento (Figura 18), criado em 1999, foram assentadas 120 famílias através de sorteio, sendo 12 famílias de antigos funcionários da Fazenda, que foram contemplados com lotes e mais 108 famílias que pertenceram a diversos acampamentos.

Algumas dessas famílias estavam acampadas desde 1993, aguardando a sorte e oportunidade de também receberem um pedaço de terra. As propriedades têm, em média, 19 hectares, totalizando 3.383 hectares. De acordo com o INCRA, as áreas que têm solo mais prejudicado ou possuem nascentes de córregos recebem uma faixa de terra maior, para que a área em termos de solo para produção, seja a mesma para todos os beneficiários.



7.422.000

7.420.000

7.418.000

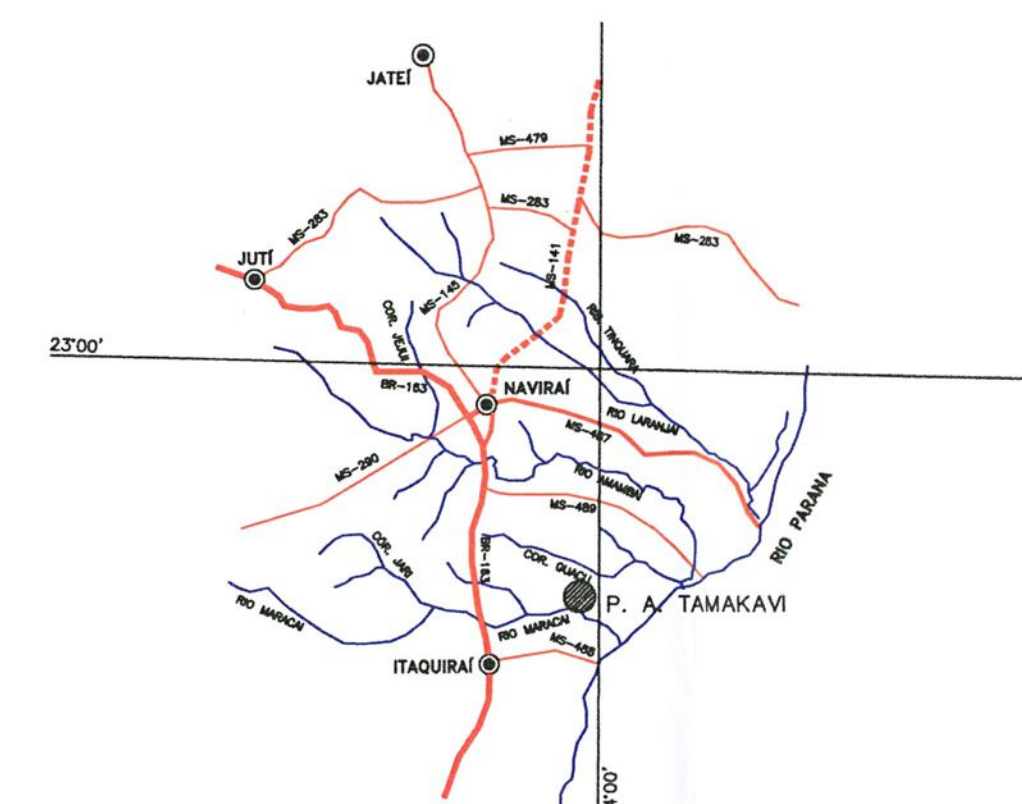
7.416.000

7.414.000

7.412.000



CROQUI DE LOCALIZAÇÃO



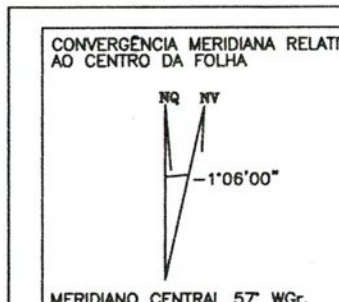
QUADRO DE ÁREA

LOTE	ÁREA (ha)	LOTE	ÁREA (ha)	LOTE	ÁREA (ha)
01	20,3240	45	22,7365	89	24,5215
02	20,9143	46	21,1838	90	24,5243
03	20,3030	47	20,6278	91	23,9429
04	21,1626	48	21,7033	92	25,2818
05	22,7178	49	20,7296	93	24,0046
06	21,0432	50	21,0229	94	23,9386
07	20,9123	51	20,6006	95	24,4665
08	20,8407	52	21,2796	96	24,1087
09	24,1721	53	20,4353	97	24,5771
10	20,9113	54	18,6541	98	30,1078
11	21,3050	55	18,5670	99	24,8185
12	26,4085	56	18,6249	100	25,7137
13	20,9596	57	18,6250	101	25,4365
14	20,9338	58	18,6415	102	25,6875
15	20,4168	59	19,1543	103	25,3224
16	20,9545	60	18,7494	104	25,4683
17	21,0160	61	18,6439	105	24,3936
18	21,0499	62	18,6394	106	25,9916
19	21,0191	63	18,5909	107	24,0746
20	21,0559	64	18,5128	108	25,3345
21	21,0509	65	17,8326	109	25,7527
22	21,0039	66	17,5287	110	25,4498
23	20,8069	67	18,0533	111	26,1015
24	17,7214	68	18,0263	112	24,5460
25	19,9948	69	18,0284	113	24,9962
26	20,0257	70	18,0157	114	24,8361
27	19,9518	71	17,8698	115	25,1734
28	19,9285	72	17,8708	116	25,3272
29	20,9635	73	17,8703	117	26,7255
30	19,9983	74	17,8796	118	24,4809
31	19,9032	75	18,0319	119	23,8878
32	20,0513	76	17,8826	120	26,7530
33	20,0708	77	17,8817	NÚCLEO	6,8234
34	21,2284	78	17,7815	N.S. 01	1,9061
35	20,3964	79	17,7154	N.S. 02	0,5559
36	18,6179	80	22,8473	N.S. 03	2,3612
37	18,5283	81	22,2403	N.S. 04	0,6250
38	18,6260	82	23,4575	N.S. 05	0,8961
39	18,6076	83	23,0408	N.S. 06	0,7368
40	18,6357	84	22,9975	A.P.P. 02	17,2942
41	20,9308	85	23,0044	A.P.P. 03	26,2133
42	21,3363	86	23,0402	A.P.P. 04	11,0998
43	21,7515	87	23,0287	RESERVA	673,2731
44	21,7406	88	23,0037		

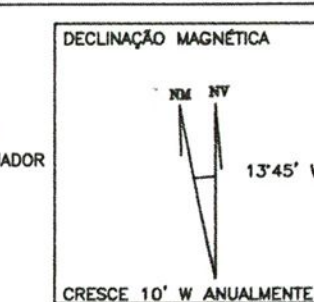
ÁREA DAS PARCELAS	2.587,2476 ha
ÁREA DA RESERVA LEGAL	673,2731 ha
ÁREA DA PRESERVAÇÃO PERMANENTE	58,3808 ha
ÁREA DAS ESTRADAS	50,7410 ha
ÁREA DOS NÚCLEOS	13,9245 ha
ÁREA TOTAL	3.383,5670 ha

CONVENÇÕES

(110)	NÚMERO DA PARCELA RURAL		RESERVA LEGAL
●	MARCO DE CONCRETO		ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
N.S.	NÚCLEO SECUNDÁRIO		ESTRADA VICINAL
A.P.P.	ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE		



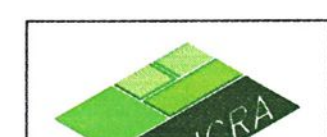
COORDENADAS UTM SOUTH AMERICAN DATUM - SAO 68
REFERENTES AO MERIDIANO CENTRAL 57° W E AO EQUADOR
CARTAS TOPOGRÁFICAS: NAVIRA (SF.21-Z-D-II)



EXECUTANTE



GEODÉSIA ENGENHARIA E AGRIMENSURA S/C LTDA
RUA CLODOALDO H. SOBRINHO 341 - CAMPO GRANDE - MS
(067) 782-3834 / 983-4465



GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM MATO GROSSO DO SUL - SR/16
SEÇÃO DE CARTOGRAFIA E RECURSOS NATURAIS - C - 2

REGISTRO / CÓDIGO	GLEBA : TAMAKAVI IMÓVEL : PROJETO DE ASSENTAMENTO TAMAKAVI PLANTA GERAL DO PARCELAMENTO	ÁREA 3.383,5670 ha PERÍMETRO 28.891,32 m
DATA DEZEMBRO/98	A.R.T. 348.175	MUNICÍPIO / UF ITAQUIRAI-MS
DESENHO	RESP. TÉCNICO ALEXANDRE JOSE DA SILVA Eng. Agrimensor CREA-3033/D-MS	ESCALA 1 : 20.000 CONFERE

As famílias do Tamakavi provêm de diversas regiões do país: algumas do Nordeste, outras da região sul, algumas famílias vieram do Paraguai, em 1997, em busca de terras no Mato Grosso do Sul. Muitos brasileiros migraram para o país vizinho nos anos 80 e retornaram na década seguinte. Muitos não encontraram uma situação diferente daquela já conhecida no Brasil, conforme nos mostra o depoimento do assentado que partiu com sua família para o Paraguai, em 1983, segundo ele por que

[...] tinha fama que lá as terra era mais fácil, tinha muita terra, os paraguaio não gostavam muito da agricultura né, eles trabalhavam mais com outros tipos de coisa, é eles trabalhava mais com a questão de erva, de colhê [...] erva nos mato, essas coisa, e não mexia com a agricultura, e lá era muito fácil, pegava terra até cem ano, então por motivo que eu fui pro Paraguai, mais quando eu cheguei no Paraguai já era, já tinha muita exploração também, até mesmo porque já tinha uma grande porcentagem de brasileiro e outras raças lá no Paraguai e daí a gente começô também já encontrando exploração igual no Brasil, ainda fiquei nove anos lá, que pra mim foi um atraso de vida muito grande, porque os filho não estudaram, porque não conseguiram estudá lá, que é uma língua diferente, inclusive na época que nós chegamo lá, num só ensina o guarani, depois que eles começaram a ensina, também o casteliano, que daí tem mais facilidade da gente conseguí, daí eles aprenderam muito poco e daí através dessas coisa aí também foi ficando explorado e eles também ficaram muito sabido, já cobrava muito caro pelas arrendas né, e a gente ficô sem espaço também pra melhorá a situação né, não tinha mais jeito, não tinha pra onde ir... (Antonio Santos/Assentado – Tamakavi)

Muitas dessas famílias foram trazidas de volta ao Brasil, a partir de 1997, sob a alusão do governo estadual de distribuição de terras destinadas à reforma agrária. Segundo uma dessas famílias, o MST já realizava um trabalho de base no Paraguai, tentando trazer de volta famílias brasileiras, embora não tenha sido encontrado em nenhum documento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra ações específicas sob esta atuação do Movimento no país vizinho.

Apareceu algumas pessoa fazendo trabalho de base lá né, que é convidando as família e dizendo como é que é o MST e tal, e daí por isso a gente veio pra cá, viemo pros acampamentos, já viemo de lá com uma discussão feita pro acampamento, como seria o comportamento dentro dos acampamentos e

tudo. Aí vim, fiquei treze ano acampado, foi muito sofrido, a gente fez algumas ocupação, fizemo nove ocupação até que conseguimo ganhá esses pedaço de terra aqui. (Carlos Souza/Assentado – Tamakavi)

A maioria, cerca de 60% delas são do próprio município e também de cidades vizinhas, como Naviraí, Juti, Eldorado, Iguatemi, Mundo Novo, Japorã, Sete Quedas, Tacuru, Amambai e Coronel Sapucaia, todas, cidades localizadas na região sul do Estado.

Algumas famílias ainda estão residindo na antiga sede da Fazenda, onde funciona a escola, com duas salas de aula, em sistema multisseriado. Nem todas as famílias construíram suas casas, algumas ainda não receberam o dinheiro destinado à habitação. Outras estão construindo suas casas em sistema de mutirão, com os vizinhos. Por esses motivos, ainda é comum encontrar barracos de lona ou feitos com pedaços de papel, madeira, lata e retalhos de telhas e tijolos, o que denota muita criatividade e esforço para driblar as inúmeras dificuldades.

O Assentamento Lagoa Grande, localizado no Distrito de Itahum, distante 60 km do município de Dourados, ocupa uma área equivalente a 4.111,4285 hectares, sendo uma média de 25 hectares para cada lote. A ocupação desse assentamento possui algumas características que o diferem dos outros projetos de assentamento instalados no Estado de Mato Grosso do Sul. Todas as famílias são provenientes do próprio Estado, dos municípios de Bataiporã, Dourados, Rio Brilhante e Naviraí. Também ficaram acampadas por apenas dois meses, aguardando o sorteio dos lotes, que seria realizado pelo INCRA e a demarcação de suas respectivas áreas.

A demanda para criar esse assentamento surgiu, assim como em outros locais do Estado de Mato Grosso do Sul, a partir do momento em que esses homens e mulheres trabalhadores da terra, que atuavam como peões, arrendatários, diaristas e outras atividades voltadas para a área da agricultura, decidiram lutar por uma forma melhor de vida.

Um fator importante é que o próprio órgão procurou reunir, dentro do assentamento, as famílias que provinham da mesma cidade ou que estavam acampadas de modo muito próximo, visando dar continuidade ao processo de integração das famílias à nova realidade. Este fator tem sido mencionado por muitos entrevistados, como algo muito positivo, pois as pessoas já haviam começado a estabelecer alguns laços, que puderam ser ampliados, todos os dias. A fala de um assentado, o Lagoa Grande, demonstra a diferença que esta forma de assentar famílias pode trazer: *“Vô ter que passar o resto da vida com gente que eu não conheço? Assim, posso começar a vida ao lado de gente que eu já tô acostumado, trabalhamos junto, fazemos tudo junto, no meu lote e no dele.”* (Roberto – Assentamento Lagoa Grande)

Quando chegamos às casas, percebemos que ainda há muito por fazer. São cercas e limites a serem definidos, paredes para se levantar, pastos a serem formados, árvores, hortas e lavouras em fase de plantio ou de crescimento. Em alguns lotes, existe apenas a casa. E, mesmo para a casa, ainda falta muito a ser feito. No depoimento da assentada Marilza, ela expressa o desejo de muitos homens e mulheres do assentamento:

É também eu sempre pensava assim, meu Deus: se for pra lá, eu pensava assim, um dia, de ter energia, a gente ter uma água encanada, um conforto a mais, a casinha mais ou menos pra morá né, ter um conforto a mais né, tem um chuveirinho quente, se tem uma aguinha gelada, tudo isso né, depois assisti uma televisão [...] Quando a gente ficô dois ano sem energia foi difícil, tinha dias que dava vontade de sumí daqui assim, sabe, a gente até brigava. Às vezes, eu falava que ia embora daqui, eu falava pra ele [risos]. (Assentamento Lagoa Grande)

Os planos que tinham sido feitos nos períodos de acampamento ainda não começaram a ser realizados, pois muitas famílias ainda estão decidindo o que vão fazer no lote: se vão optar pela lavoura, pela criação de gado de leite, criação de bicho da seda ou outra atividade, sob orientação do IDATERRA, que está elaborando os projetos para solicitar os créditos do PRONAF.

Em ambos os assentamentos, encontramos sempre varais cheios de roupas, tanques com louças ariadas,¹⁸ brilhando, denotando o extremo zelo para com os poucos objetos e utensílios domésticos, incluindo os que restaram do período de acampamento. A mesma assentada, Marilza, revela que muitas pessoas ficam admiradas da organização de sua casa, dizendo-lhe: *“Nossa Marilza, olha, acho que se você morar num barraco de lona sua casa ainda vai ficar arrumadinha, você é tão cuidadosa, tão caprichosa.”*

Muitas vezes, o trabalho feminino é considerado invisível, tem menos prestígio e muitas delas, após um longo período de luta e participação no acampamento, assumem-se como donas do lar. De acordo com Pavan (1993, p. 38), a “[...]desqualificação do trabalho feminino no campo e as tarefas de reprodução, socialmente desvalorizadas, que lhe são atribuídas por tradição, faz com que internalizem essa desvalorização e não se assumam nem mesmo como trabalhadoras.” Quando perguntamos sobre a atual profissão, muitas mulheres assentadas que foram entrevistadas responderam: *“Dona de casa”*. E sobre a profissão anterior: *“Lavoureira”, “Agricultora”*.

As casas vão sofrendo adaptações, como paredes definidas por lençóis, quartos separados por armários, cozinha e banheiro externo, sempre seguindo orientações dos técnicos do IDATERRA quanto à distância entre poços e fossas.¹⁹ Em sua simplicidade, o que não falta é espaço para receber e abrigar visitantes. Nas diversas visitas realizadas ao assentamento, sempre fomos muito bem recebidos, uma hospitalidade incomum, tendo em vista que costumam não desejar a visita de olheiros ou pessoas que vão até lá apenas para fazer perguntas.²⁰

¹⁸ Em várias conversas com as mulheres, o asseio da casa e o cuidado com a roupa e utensílios domésticos são apontados como importantes características de uma boa dona de casa, algo que fica sempre exposto aos visitantes, motivo de elogio e diversos comentários entre amigos e vizinhos.

¹⁹ Segundo informação dos técnicos do IDATERRA, todos os poços do município de Itaquiraí estão contaminados com coliformes fecais, o que obriga o tratamento em todos os poços.

²⁰ As famílias que vivem em acampamentos e assentamentos frequentemente são alvo de empregados de políticos locais, que vão até seus barracos ou casas em busca de dados da família, problemas existentes e principalmente número de eleitores, número do título eleitoral e também da seção em que votam. Muitos desses

Nos lotes em que havia a suspeita da compra de propriedades ou mesmo transferência (em muitos casos irregulares), optamos por não realizar a pesquisa, pois nosso objetivo era trabalhar apenas com as famílias que passaram pelo processo da reforma agrária. Um bolsista do Projeto PACTo ou mesmo os assentados que nos guiaram nos indicavam quais eram essas propriedades e acabávamos nos dirigindo a outros locais, para evitar constrangimentos.

Para a equipe do projeto, os dias no assentamento passavam muito rapidamente, quase sem percebermos. Até hoje acreditamos que o trabalho de campo, por maior que fosse a distância, nunca nos parecia trabalho. Às vezes, parecia que íamos visitar um amigo, que há tempo não víamos, devido ao modo acolhedor com que éramos recebidos. Muita simpatia, muitos risos, muitos sorrisos, muitas histórias e lembranças, algumas boas, outras nem tanto, que chegavam a embargar a voz, de homens e mulheres, durante a entrevista. Vimos muitas lágrimas caírem, algumas de felicidade, outras de tristeza, por lembrarem os tempos difíceis da vida no acampamento.

Algumas famílias se mudam com seus móveis, roupas, objetos pessoais, levando tudo o que possuem e partem, juntamente com seus filhos e alguns animais de estimação. Alguns homens iam sozinhos. Suas esposas e filhos, permaneciam em casas na cidade ou mesmo em fazendas da região, como forma de continuar trabalhando e ‘ajudando’ na sobrevivência de quem ficará acampado.

Em alguns relatos, as mulheres contam que decidiram ir para os acampamentos sozinhas e, os maridos, com medo de deixá-las à mercê da própria sorte, resolvem acompanhá-las. São muitas provações, inclusive, para o relacionamento conjugal. Como nos disse Clarice, do Assentamento Tamakavi, dizendo que ela própria decidiu se mudar para um dos acampamentos à beira da estrada e que o marido, temendo ficar só, principalmente sem

“entrevistadores” só retornam às vésperas das eleições, deixando evidentes suas reais intenções para com as famílias.



ela, resolveu acompanhá-la, após esta ter decidido acerca da participação nos movimentos pela terra: *“Eu disse pra ele: o meu pai vai e eu e as criança vamo. Se ocê quisé me acompanhá, pode vim, mas que eu vou, eu vou. Ocê qui fique aqui sozinho em casa...”*

Gohn afirma que

[...] as péssimas condições de sobrevivência nos acampamentos, os longos períodos de espera, a insegurança, o isolamento, a pobreza nas atividades rotineiras, a ausência de (ou apenas eventual) comunicação com o mundo, a falta de energia elétrica, as precárias condições de saneamento, a labuta para ter o que comer todo dia, tudo isso faz com que os relacionamentos entre as pessoas sejam muito difíceis. (2000, p. 124)

São tantas dificuldades, que nem repetindo a mesma pergunta para todos os entrevistados conseguiríamos enumerar todas elas. Ora frio, ora calor em excesso, falta de assistência médica, de comida, inclusive para as crianças, falta de condições sanitárias, perseguição das lideranças, infiltração de políticos locais, além da própria violência,²¹ sempre que a evacuação de áreas ocupadas era ordenada pela justiça.

Ah, era direto as dificuldades aí, porque nós tinha que, que prendê carreta na estrada, levá a mercadoria pra casa e matá boi dos fazendero [...] por aí, enfrentemo boca pirigosa... A primera vez que a polícia foi lá pra faze o despejo, nós peguemo a polícia, seguremo [risos] a polícia lá até cinco hora da tarde depois, conversando com as autoridade lá de Campo Grande foi liberado a polícia [...] nós tava em duas mil e seiscentas e sessenta e oito família, entre viventes crianças e adurto [...] era grande demais, muita dificuldade pra tratá, eu graças a Deus durante esses dois anos não dexemo morrê uma criança, porque eu só com ervas do mato eu vivia tratando todo mundo, até picada de cobra eu curava [...] graças a Deus ainda dava pra curá ainda, com ervas medicinais. (Leonardo – Assentamento Tamakavi).

Mudança, chuva, falta de lona, de alimentos. A maioria nem tinha condições de ter um agasalho que presta, passava frio, sempre a gente mudava chovia, parecia sorte.

²¹ Maria Aparecida Moraes Silva (2004) descreve o fato ocorrido em 09 de junho de 1986, na cidade de Três Lagoas (MS), conhecido como enterro das Tralhas. Cerca de 200 famílias, apoiadas pelo Bispo da cidade estavam há dois dias acampados na praça da catedral. A ação da polícia, efetivada com muita violência, chegando as espancar homens e mulheres. Todos os barracos foram destruídos e os (poucos) pertences foram recolhidos e levados de caminhão até uma vala enorme, próximo a um córrego, onde foram enterrados, cobertos pela ação de tratores. Durante o massacre, a agricultora América Rodrigues da Silva, desesperada, sentiu-se mal e sofreu um ataque cardíaco, falecendo imediatamente. Segundo a autora, o medo tomou conta das famílias e muitas abandonaram a luta. Apenas 90 famílias resistiram no acampamento até o final. Em homenagem à memória da agricultora, o assentamento recebeu seu nome.

Mudança, chuva, falta de lona, de alimentos. A maioria nem tinha condições de ter um agasalho que presta, passava frio, sempre a gente mudava chovia, parecia sorte. A cada mudança chovia. À noite, no meio do mato, pra dormir, ter que fazer barraco, vento arrebatando barraco, tinha que cuidar das crianças pra não molhar, porque eles tavam dormindo... (Carmen – Assentamento /Tamakavi).

O período em que moram à beira de estradas e nas estradas que dão acesso às fazendas, é muito longo. Às vezes, dura mais de uma década. Existem crianças que nascem nos acampamentos e crescem pensando que casa é somente aquele barraco de lona, que a vida é sempre peregrinação. Suas únicas lembranças são dos acampamentos, da casa em cima do caminhão, das constantes mudanças. São tempos difíceis para toda a família. No período em que estão acampados, há uma maior cooperação entre os acampados, todos estão próximos, vivendo as mesmas situações, sofrendo, passando necessidades, todos se ajudam. Mas essa aproximação, esse contato mais próximo, ele quase que desaparece depois que as famílias vão para o seu lote, pois agora precisam trabalhar e cuidar/administrar sua propriedade.

Quando perguntamos, se tudo o que foi vivido valeu a pena, todos, respondem que sim. E que se fosse preciso enfrentariam tudo novamente, pois não há sacrifício que não mereça ser vivido para poder conquistar novamente seu direito a terra.

As famílias que foram assentadas nos dois assentamentos são trabalhadores rurais, e seus pais e seus avós também o foram, têm tradição na lavoura e na criação de gado e pequenos animais. Nasceram e se criaram na terra. Foram expulsos pelas novas formas de relação capitalista. O grande latifúndio não permitiu que os pequenos proprietários pudessem continuar a trabalhar na terra.

A longa permanência nos acampamentos, já descritos por vários pesquisadores,²² são períodos de muito sofrimento, de muitas lembranças, que pode provocar, em muitos indivíduos, a falta de referência com o mundo que conhecia, que vivia e o ambiente do acampamento, distante de tudo o que já foi vivido. Perdem bens materiais, perdem pessoas

²² Ver Fabrini (1996), Simonetti (1999), Farias (2002), Silva (2004), Menegat (2003).



queridas, perdem momentos com os outros familiares, são privados de coisas comuns do cotidiano, que dispunham nas cidades.

Nos acampamentos, é outra realidade, muito diferente para todos que ali estão. Crianças e adultos se acostumam a conviver com as constantes visitas da polícia, com revistas, com ações de desocupação, com transferências, de um canto a outro, sem parada. Todo esse universo, repleto de dificuldades, mas também de coisas boas, nos leva a acreditar que, apesar de tudo, valeu a pena e, para muitas famílias, continua valendo.

Poucas famílias não têm ligação com a terra. Foram pedreiros, domésticas, cozinheiras de fazendas, comerciantes, vendedores, pessoas que perderam seu emprego e viram nos acampamentos uma possibilidade de futuro, de ter alguma coisa, de ser alguém. Segundo uma funcionária do IDATERRA, recentemente, na implantação de um assentamento no município de Nioaque (MS), um homem de 75 anos de idade recebeu um lote, juntamente com sua família. Em prantos, ele comemorava seu primeiro bem, de toda uma vida: o lote recebido na reforma agrária. Para a assentada Neusa Silva, conquistar a terra foi uma das melhores coisas que puderam acontecer em sua vida. Ela nos conta:

Eu moro em Itaquiraí desde 1954. Todo mundo me conhece. Trabalhei sempre, bastante, eu mais meu marido e nunca tivêmo nada nosso [...] hoje nós temo nosso chão, é aqui no assentamento [...] nossos filho num vão querê mora aqui, os jovem qué dinheiro tudo dia, num gosta de trabalhá na lavora [...] mais é só isso aqui que nós temo pra dá pra eles, de herança [...] todo mundo queria te um sitinho também... (Assentamento Tamakavi)

O período do acampamento, apesar das adversidades, permitiu receber algo muito justo e merecido, como também nos diz o assentado Cláudio Fontes:

Ah, eu acho qui vale a pena né, eu acho que é uma coisa qui, a gente tem qui nunca esquecê [...] que é uma história que a gente tem pra contá [...] três anos acampado, todo dia junto falando nessa abençoada terra né [...] é aquilo que eu falei já hoje, eu quero dexá [...] isso aqui pros meus filho né, e sempre, todo dia eu digo pra eles, óia, isso aqui não é pra sê vendido, esse aqui não, esse aqui é pra nós vive...(Assentamento /tamakavi)

Sempre lembravam as dificuldades que vivenciaram quando ainda eram acampados, sempre trocando de lugar, muitas vezes sendo despejados. Passaram fome, crianças e idosos sofriam, mais que todos, com a falta de remédios, com as difíceis e inimagináveis acomodações para a família passar o dia e dormir. Sob sol escaldante, clima quente, característico do Mato Grosso do Sul, famílias inteiras permaneceram em seus barracos feitos de lona, de restos de sacos de rafia ou de estopa, com pedaços de pano, pedaços de pau, troncos de árvore. Suas “casas” eram montadas com o pouco que havia restado do antigo acampamento, do que foi possível trazer e com aquilo que se encontrava perto da nova moradia.

As constantes mudanças de locais para acamparem, estragavam ou provocavam a perda, quase por completo, das poucas coisas que lhes restavam. Eram móveis já desgastados, pelo tempo, pelas chuvas, por seu uso, já de longa data. Aos poucos, muitas famílias iam perdendo o pouco de objetos pessoais e lembranças de um tempo em que outrora foi bom, que tinham casa, que tinham um lar de verdade. Algumas vezes, o tempo, o vento, as chuvas se encarregavam de destruir e levar embora o pouco de objetos pessoais que ainda restavam.

Para muitas famílias, só restava a lembrança de uma época em que tinham casa, tinham lar, tinham “quase” tudo, pois sempre lhes faltou a terra. O Anexo 1 apresenta uma foto tirada pela família do Senhor Edinho, assentado do P. A. Tamakavi, que ilustra a situação de perda de seus pertences, situação bastante comum e vivenciada pela maioria das famílias que permanecem por longos períodos em acampamentos. Também apresenta fotos recentes de acampamentos de diferentes movimentos sociais, para mostrar que, na realidade, muito ainda precisa ser feito para modificar a vida das pessoas que lutam pela reforma agrária no Brasil.

Em seus relatos, diziam (e ainda podemos ver) que os banheiros dos acampamentos eram improvisados, as panelas cozinhavam aquilo que havia restado, dormiam onde era possível dormir e, as crianças, brincavam com qualquer coisa, pois, a infância era aquele momento, então, qualquer objeto transformava-se em brinquedo. Nos barracos, ao lado da família, um animal de estimação, cachorro e/ou gato e algumas galinhas, que também acompanhavam as andanças e mudanças, e às vezes um cavalo, pra puxar a carroça, pois sua presença poderia contribuir para o transporte e locomoção das pessoas, além de permitir conseguir algum trabalho extra.

Homens e mulheres relembram quantas vezes tiveram que deixar seus barracos e ir trabalhar nas fazendas próximas ao acampamento, como diaristas, pra cortar cana, fazendo serviço braçal, pesado, pra trazer um pouco de dinheiro, pra comprar comida. Muitos afirmam que essa situação de extrema miséria e fome só diminuiu quando o Governo do Estado²³ começou a distribuir cestas básicas nos acampamentos e também para as famílias assentadas, durante o primeiro ano de permanência no lote, como forma de contribuir para que a família pudesse estar mais livre para trabalhar na propriedade.

Para as famílias dos Assentamentos, o sonho tornou-se realidade, ainda que para muitos esse sonho de chegar a terra, voltar para a terra de onde saíram tenha durado tantos anos. Algumas pessoas morrem nos acampamentos, vítimas de problemas de saúde provocados pela falta de medicamentos, pela falta de assistência médica, pelo frio e por outras adversidades que morar no mato, na beira da estrada, sem segurança podem ocorrer. Partem dessa vida sem conseguirem seu pedaço de chão.

²³ Em 1999, com a chegada ao poder de um governo de esquerda, através da eleição de José Orcirio Miranda dos Santos, Zeca do PT, os movimentos sociais, os acampamentos e assentamentos rurais começaram a receber os benefícios de uma política voltada para a agricultura familiar e reforma agrária, (quase!) ausente nas gestões



A realidade dos assentamentos rurais

A chegada aos assentamentos pode ser motivo de grande decepção, para muitas famílias. O contato, a aproximação, a colaboração, sempre presentes nos acampamentos, quase sempre desaparece, depois que as famílias recebem seus lotes. Há tanto a fazer, que muitas famílias acabam trabalhando isoladamente, na tentativa de conseguir derrubar as árvores, limpar o terreno, formar o pasto, dentre outras atividades. Somente os assentados, que moram no grupo coletivo, permanecem próximos, somando a força do trabalho familiar, para juntos conseguirem vencer as dificuldades.

Quando começam a estruturar o lote e conseguem fazê-lo produzir, vencendo barreiras financeiras e estruturais, se deparam com outras dificuldades relacionadas à comercialização de seus produtos. Primeiro porque estão muito distantes de estradas com boas condições de trânsito e, portanto, com maior dificuldade em destinar seus produtos ao mercado consumidor. Em segundo, as legislações sanitárias impedem a comercialização de produtos *in natura*, o que exige do produtor o beneficiamento da sua produção, atendendo aos parâmetros legais. Como atender as exigências legais, sem ter os próprios documentos? Os recursos recebidos pelo INCRA, mal foram suficientes para a instalação de infra-estrutura para moradia das famílias. Começar a vida no assentamento torna-se algo muito mais difícil, até, que a vida nos acampamentos, pois antes eles estavam próximos às cidades, arrumavam emprego nas fazendas da região (quando precisavam de dinheiro) e também recebiam doações de alimentos, pelos órgãos estaduais.

Segundo Abramovay (1992, p. 316), a vida nos assentamentos estabelece “[...] o desencantamento do mundo, a realidade da sociedade capitalista, onde você tem mercado, dinheiro, desigualdade, despersonalização das relações econômicas e assim por diante.”

anteriores, pelos partidos de direita e centro-direita. Esse assunto será discutido com maior profundidade no capítulo 1.

Se trabalham nas fazendas vizinhas, não têm como trabalhar no próprio lote. Se vão trabalhar na cidade, as despesas com transporte acabam sendo muito superiores à renda que irão receber, então, acabam resistindo no lote, apesar das inúmeras dificuldades que enfrentam. A distância entre o assentamento e o município é muito grande, por esse motivo, muitos homens e mulheres, quando necessitam arranjar um trabalho fora do seu lote, para ampliar a remuneração da família, buscando ampliar seu provento, optam em trabalhar nas fazendas próximas ao seu lote.

Muitos homens e mulheres vão abrindo mão de alguns valores, vão cada vez mais tendo condições de vida inferior, porque, precisam de dinheiro para a alimentação da família, manter os filhos na escola e, para comprar insumos para produção. A aquisição de insumos como sementes é o que poderá garantir o alimento da família e da criação, pois terão condições de plantar para o sustento de todos.

Quando iniciam os preparativos para o plantio ou mesmo para a criação de animais, deparam-se, com outra dificuldade: a assistência técnica. O Projeto de Assentamento Tamakavi teve, durante 3 anos, a presença constante de um Engenheiro Agrônomo, pago pelo MST, que atuava em todos os assentamentos da região, atendendo famílias filiadas ao MST. Seu trabalho consistia em auxiliar os pequenos agricultores, realizar cursos, palestras e atividades com as mulheres,²⁴ como o preparo de receitas e misturas alternativas, tanto para a família como para os animais, através da utilização de legumes, grãos e verduras.

Para o IDATERRA e o próprio INCRA, atender todas as famílias assentadas é uma tarefa extremamente difícil. De um lado, os órgãos de extensão rural, em números insuficientes de funcionários para atender os agricultores, tanto dos assentamentos quanto das

²⁴ Apesar do grande número de mulheres e crianças que atuam no plantio, juntamente com os homens, os cursos sobre alimentação eram destinados somente a elas. O MST incentiva a participação das mulheres e talvez seja um dos movimentos sociais que mais estimule a participação feminina; mesmo assim, as lideranças do assentamento ainda vêem a mulher no espaço doméstico, no espaço da casa.

outras propriedades.²⁵ De outro lado, o INCRA, que mesmo através do setor de Empreendedorismo Social, não conseguem atender a demanda. São cerca de 3 funcionários para atender toda a região sul do Estado.

De qualquer modo, acampados ou assentados, as famílias sempre enfrentam dificuldades muito grandes, mas resistem, como forma de continuar lutando pela terra só que agora lutam pela permanência na terra conseguida com muitos sacrifícios. Em função dessas dificuldades, as crianças e os jovens vêem na cidade um lugar de conforto, de tranquilidade, sem tensões, com maior acesso a bens e serviços. Por esse motivo, o sonho de muitos desses jovens é deixar o assentamento para mudarem para a cidade, morar, estudar, e trabalhar fora do assentamento, pois as cidades acenam com possibilidades que os assentamentos não dispõem.

São festas, lojas, bailes, circo, escolas. Para quem reside no assentamento, parece que tudo na cidade é melhor. Para desvendar esse mito, de que a cidade é melhor, muitas famílias se unem, na tentativa de realizar diversas opções de lazer, apesar de não disporem de quase nenhum recurso, pois a luta para conseguir a terra foi tão grande que não podem imaginar seus filhos abrindo mão de tudo isso para viverem na cidade. Quase todas as famílias incentivam seus filhos a trabalhar no lote, aprender a amar a terra, para poder dar valor a ela, como forma de tentar contrapor os desejos dos jovens de abandonar os assentamentos.

Domingo, sábado e feriados só diferem dos outros dias da semana porque os filhos não vão à escola. Os afazeres sempre existem, acordam muito cedo, todos trabalham, por isso, o apelo que as cidades oferecem é muito grande, fazendo disso uma preocupação constante das famílias.

Por outro lado, se fosse realizado algum estudo com moradores das cidades, talvez se identificasse um grande número de pessoas que desejariam morar no campo, conseguir uma terra, fazê-la produzir e dela tirar o sustento das famílias. Já conhecem o dia-a-dia das cidades

²⁵ Somente no município de Itaquiraí, existem mais de 1.700 famílias assentadas no município.



e almejam uma forma de poder realizar este sonho, presente no imaginário de muitas famílias: ter um pedaço de chão e nele fazer um pomar, uma horta e criar pequenos animais.

O campo continua sendo um sonho para muitos agricultores. Quem já realizou o desejo de ter uma terra, agora luta para ter uma terra produtiva, pensa em ter condições de conseguir uma produção significativa, conseguir distribuir seus produtos, gerar renda e incrementar a produção. O modo de plantio familiar²⁶ poderia vir a ser implantado com a utilização de máquinas e até mais funcionários. São desejos de quem ainda está no acampamento e também de quem já saiu dele e continua a enfrentar dificuldades.

Como exposto anteriormente, a vida de dificuldades, de incertezas, marcada por muitas lutas: pra comer, pra viver, pra sobreviver, seria vivida quantas vezes fossem necessárias, pois, para os assentados, o sonho de poder ter uma terra e viver nela, vale todos os sacrifícios e dificuldades enfrentadas.

Mulheres, seus filhos e seus maridos, que vivem nos assentamentos, acordam todos os dias e passam todo o dia, envolvidos em seus diversos afazeres, atividades essas que são separadas, de acordo com o sexo de quem a executa. Como diz Rua e ABramovay, “[...] pais e filhos nas atividades agropecuárias, e as mães e filhas nas lides domésticas” (2000, p.156). Chamam de rotina o que cada um faz: tirar o leite, cuidar da criação, trabalhar na lavoura, limpar a casa, lavar roupa, fazer comida, ir à escola, dirigir o trator, passar veneno na lavoura.

Mulheres e homens atribuem valores inferiores aos trabalhos realizados pelas mulheres e muitas vezes, embora realizem as mesmas atividades que os homens, seu trabalho é considerado ajuda e não o lugar de quem “[...] compartilha as responsabilidades” (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p.162). Mas, em todas essas atividades, encontramos pequenas brechas, resistências, diferentes formas de luta pela vida e principalmente na construção da representação das relações de gênero.

²⁶ Utilização de mão de obra apenas familiar na produção.



Seja no casamento ou no patriarcado²⁷, mulheres, homens, filhos e filhas estão, a todo instante, rompendo com paradigmas, com modos de vida pré-determinados, a quem lhes caberia apenas cumprir. É sobre essas diferentes formas de resistência que trata esta dissertação: o cotidiano, que parece pronto, sobre realidades já dadas, já construídas, que se revelam como formas diversas de resistência ao cumprimento de papéis sociais já definidos. O processo da pesquisa exigiu uma grande quantidade de entrevistas, que foram realizadas com todas as famílias, sendo que homens e mulheres responderam às questões individualmente.

Conhecer o dia-a-dia dessas famílias foi nossa principal busca, pois somente através desse contato poderíamos adentrar o universo dos assentamentos rurais, desvendando as relações de gênero e sua construção.

²⁷ Relações familiares hierarquizadas, entre seres com poderes desiguais, onde o pai exerce poder e autoridade sobre os filhos e filhas.

3. RELAÇÕES DE GÊNERO NO COTIDIANO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

A categoria gênero no estudo dos assentamentos rurais

Se entendermos cultura enquanto um conjunto de práticas, representações e instituições criadas pelo homem e que dão sentido e organização ao mundo social, tal como propõe Chartier (1990), vemos que as relações culturais são múltiplas, dinâmicas e complexas. As práticas e representações culturais não coincidem, necessariamente, com as diferenças sócio-econômicas presentes em uma dada sociedade. Ou seja, a recepção de práticas e representações culturais não é um processo passivo, pois é possível, a partir dos mesmos elementos, a elaboração de representações e práticas culturais diferenciadas.

O estudo das relações de gênero passa definitivamente por esse processo de construção, onde as relações entre homens e mulheres não está posta, dada, como se não houvesse nenhuma forma de alteração por parte dos sujeitos. Para Scott “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos [...] uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (1995, p. 106). São sujeitos concretos, que mantêm suas diferenças e singularidades e que, ao mesmo tempo, estão vivendo no mesmo espaço-tempo que outros indivíduos, mantendo suas particularidades, diferenciando-se dos demais que com ele convivem.

Segundo Possas (2004, p. 265), podemos entender a categoria gênero como “[...] uma categoria de análise histórica de natureza relacional, a fim de se entender a construção dos perfis e dos comportamentos masculino e feminino, em função do outro e construídos social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados [...]”. Assim, ao discutirmos as relações de gênero no contexto da agricultura familiar, passamos a discutir

mais uma categoria de análise dentro dos estudos sobre os assentamentos e reforma agrária, somando aos inúmeros trabalhos¹ já realizados em diferentes regiões e assentamentos do país.

Cada assentamento é único, singular e, portanto, cada vez que esse processo vivenciado por homens e mulheres nos é apresentado, podemos analisar, de vários modos, como algo visto como “natural” pelos sujeitos protagonistas desses momentos, simplesmente se apresenta de modo completamente diferente, em cada contexto em que nos debruçamos a ver e conhecer.

Embora a aparência dos barracos de lona seja muito parecida e as casas obedeçam a um padrão pré-definido pelo INCRA, à primeira vista podem parecer idênticos, mas são repletos de diferenças. Os acampamentos e assentamentos possuem suas especificidades, suas particularidades, construídos pelas pessoas que lá estão, que trazem partes de onde viveram, trazem lembranças, modos de ser, de agir, o que os transforma em indivíduos singulares, únicos, presentes e existentes somente naquele espaço, naquele momento, naquele tempo.

A própria idéia de casa, de lar é transportada do ambiente em que residiam para os barracos de lona. Na divisão por grupos, a tentativa de preservar laços de amizade, vivência anterior e proximidade da região de origem - critérios significativamente influenciados pelas opiniões da mulher - pode ser encarada como uma forma de resistência, aliada à rejeição do modelo associativista proposto ou imposto pelo Estado. Excluídas, em sua grande maioria, da elaboração do projeto produtivo, as mulheres encontram espaço na manutenção das redes de sociabilidade. (PAVAN, 2000, p.1).

Embora os espaços dos acampamentos sejam coletivos, divide-se com outras famílias, dentro dos barracos a organização interna assemelha-se ao de uma casa. A distribuição dos móveis, objetos pessoais e demais utensílios é transportada e arrumada como de uma casa aos

¹ SILVA, C. (2004); FARIAS (2002); MENEGAT (1998); NÚÑEZ (2003); CARNEIRO (2001); BRUMER (2004, 2002); PAVAN (1998).



moldes tradicionais. Improviso e criatividade são indispensáveis para as famílias que residem nos barracos de lona à beira das estradas.

Muito já foi dito aqui sobre a realidade da reforma agrária no Brasil. Violência, fome, medo, frio, são muitos fatores que fazem com que estar acampado seja algo muito temeroso para algumas pessoas. Apesar das adversidades, as dificuldades tornam-se um impulso para progredir na terra conquistada, conforme o relato do assentado Sílvio Antunes e Áurea Campos:

[...] fiquei treze anos acampado, foi muito sofrido, a gente fez algumas ocupação, fizemo nove, nove ocupação até que conseguimo ganhá esses pedaço de terra aqui, então não foi muito fácil não. A gente passô muita necessidade, muitas horas faltava alimento né, apesar de quanto o governo diz aí todo dia que tá mandando o alimento e tudo, mais teve muitas veis que faltou mesmo, era coisa que aconteceu com a gente. Muitas vezes a gente tinha umas norma dentro do acampamento, que cada dez dias a gente libera uma família pra saí pra trabalhá, pra arrumá um recurso pra comprá alguma coisa, por exemplo, um medicamento, que muitas vezes não tinha, um café, um açúcar, que nessas cestas que eles mandava antigamente não tinha isso, hoje já tem mais não tinha, e então quando faltava tudo aí nós abria um barraco daquele o pessoal que tava fora trabalhando, nós abria os barraco dele, fazia reunião e abria os barraco pra vê se realmente ainda tinha algum alimento lá pra passá pelo menos pras criança né, então foi assim uma vida muito sofrida, né, e a gente conseguiu chegar em cima da terra, foi muito difícil, ficamo três anos debaixo da lona e tamo aí hoje aí tentando produzi [...] (Assentamento Tamakavi).

Nóis sofremo muito mesmo [...] passamo fome, medo, frio, polícia querendo batê na gente [...] se precisá, eu e meus filho ia fazê tudo di novo... (Áurea Campos, Assentamento Tamakavi).

É comum acontecerem divórcios e separações, ainda que temporárias, quando um dos cônjuges resolve integrar um dos movimentos sociais na luta pela reforma agrária e parte para algum acampamento. Algumas esposas recusam a possibilidade de acampar, juntamente com seus filhos e seus maridos. Também existem situações em que os homens é que não querem acompanhar suas esposas até o acampamento, temendo perder o emprego que têm na cidade e também por não acreditarem que poderão vir a serem beneficiados. *“Fui eu que falei, vamo tenta pega uma terra.[...] A terra aqui é muito fraca pra lavoura[...]*” (Maria de Lourdes Mendes (Assentamento Tamakavi).

Em alguns momentos, os homens residem nos acampamentos e as mulheres arrumam empregos na cidade, para garantir melhores condições de vida, principalmente a alimentação da família enquanto estão acampados.

Ao propor a realização de um estudo para compreender de que forma os papéis do homem e da mulher vêm sendo construídos no contexto e no cotidiano da agricultura familiar, escolhemos as entrevistas por acreditar que elas nos permitiriam reunir muitas informações que ainda não foram registradas pela história oficial. São relatos, memórias, lembranças, informações marcadas pelo corpo e pela mente. Alguns fatos e passagens estão registrados em função de vivências marcantes e importantes, como o nascimento dos filhos, o dia da chegada ao acampamento, que pode ter sido sob forte sol ou mesmo sob chuva. As datas que registram ordens de desocupação de áreas ou mesmo realização de atos importantes na luta pela terra, também são registradas, por dia, mês e ano. Quando perguntamos para alguns assentados sobre a data de nascimento, alguns precisavam recorrer aos documentos, por não se lembrarem da data com a mesma exatidão com que se recordam das datas importantes ligadas à reforma agrária, que assumem, para os movimentos e para as famílias, importantes marcos históricos na luta pela terra.

Dessa forma, a natureza e o tempo exercem forte influência, principalmente sobre as mulheres, que recordam datas com precisão, sem precisar realizar nenhuma consulta. As datas foram confirmadas por outros assentados. A assentada Alice Oliveira nos informou: *“Nóis se mudou pra cá em 10 de maio de 1993, viêmo de Naviraí e [...] tivêmo que desocupa aquela área perto de Itaquiraí em 3 de julho [...] fazia tanto sol, e nóis andamo bastante, tivêmo que carregá um caminhão com as coisa que tudo nóis trouxe de casa...”* (Assentamento Tamakavi)

Os estudos de Scott (1995) e da proposição da utilização do termo “gênero” para referenciar homens e mulheres, indicando construções culturais, referem-se às identidades subjetivas de ambos. Os estudos sobre as representações de gênero nos assentamentos rurais, vistos a partir dessa perspectiva, contribuem de modo significativo para o entendimento desse processo de construção, pois permitem analisar não somente a relação entre os sexos, do ponto de vista apenas biológico, mas principalmente porque passam a destacar os aspectos sociais da relação entre homens e mulheres, principalmente, no tocante às relações de poder. Pode-se questionar: as relações de poder já não estão definidas dentro dos assentamentos?

Para Matos (2000), os estudos históricos se abrem para essa perspectiva, recuperam a historicidade entre os sexos, e mostram que existem vários femininos e masculinos, destacam a diferença dentro da diferença. Os estudos que enfatizam a categoria gênero têm permitido que sejam lançados muitos olhares para uma mesma realidade e, principalmente, que a própria história seja revista, no sentido de identificar e situar o papel das mulheres ao longo de um registro feito a partir da ótica de homens, sobre homens e acontecimentos. Torna-se cada vez mais importante situar o espaço das mulheres, e isso não pode ser feito desvinculando-as de suas relações com os homens. Nos assentamentos rurais, apesar de “parecer” que existe uma relação já definida, posta e aceita por homens e mulheres, a observação e os relatos nos apontam para uma outra situação, completamente diferente.

Acostumamo-nos a uma história masculina dos fatos, a conhecer batalhas e situações cotidianas com heróis, soldados, personagens masculinos e outros tantos homens desconhecidos. Em geral, o olhar dos indivíduos já está acostumado a buscar a atuação masculina nas diferentes esferas. Gradativamente, vamos forçando nosso olhar, tentando ver o que sempre esteve a nossa frente, só que não víamos, dada a ênfase a um espaço dos homens.

Começar a ver as mulheres, em diferentes esferas, que sempre estiveram expostas, mas não eram vistas, é um exercício que começa a ser desenvolvido por diversos estudiosos, que nos brindam com a apresentação dessa equivocada naturalização do espaço feminino. Vislumbrar conhecer todos os fatos históricos, a partir de uma ótica feminina, implicaria em reescrever nossa História, cheia de percalços, de obstáculos, de conquistas, de perdas e de vitórias, talvez até não a mesma que permanece em nossos registros.

As relações entre os sexos, entre os gêneros masculino e feminino, associados a outras relações sociais revelam experiências de dominação e de subordinação de homens e mulheres. De acordo com Matos “[...] a categoria gênero procura destacar que a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino definem-se um em função do outro, uma vez que se constituíram social, cultural e historicamente em um tempo, espaço e cultura determinados.” (2000, p. 16) Para a autora, há uma insuficiência de corpos teóricos para explicar a persistência da desigualdade entre homens e mulheres, o que justifica ainda mais a necessidade de mais estudos que discutam essas questões.

O trabalho realizado por Possas (2001) faz parte desse seleto grupo que busca desvendar a atuação das mulheres, em espaços tipicamente masculinos. As mulheres sempre estiveram na ferrovia, no cotidiano das estradas de ferro, mas somente a realização de uma pesquisa pôde dar visibilidade a tantas mulheres que por ali passaram. Elas faziam parte dos registros, dos arquivos de pessoal, mas ganharam voz, revelaram-se e mostraram a imagem da Ferrovia após tantos anos. E nesse recontar, nessa trajetória, os homens estavam ali, em suas falas, em suas lembranças, assim como elas sempre estiveram nos trilhos da ferrovia, apesar da história que nos foi passada não apresentar nenhum capítulo sobre elas.

O espaço dos assentamentos, onde as tarefas são divididas entre homens e mulheres, entre filhos e filhas, entre mais novos e mais velhos nos permite verificar que ambos os sexos

estão travando batalhas - ainda que silenciosas - sobre seus papéis sociais no contexto familiar, que nesse caso, envolve também o espaço de produção, por ser o lócus da agricultura familiar.

De acordo com Soyet (1997), não há como termos uma compreensão sobre homens e mulheres separando-os, pois ambos estão totalmente inter-relacionados. Nesse sentido, falar de mulheres implica em falar de homens, apresentar a relação existente entre ambos, contextualizá-los, mostrar os sujeitos que são na realidade. Os estudos sobre a agricultura familiar, no tocante às famílias, ainda que para discutir formas de ocupação, atuação, produção ou gestão, passam pelo núcleo familiar, pois discutem a situação de lotes cujo trabalho vem das mãos de homens, mulheres e crianças.

Não pretendemos criticar trabalhos realizados sobre outras óticas, apenas destacar que o trabalho braçal na propriedade é, quase em sua totalidade, feito pela família, então, buscamos apontar quem é essa família e que papel ela exerce no lote. Falar de reforma agrária, de agricultura familiar implica em falar de quem faz parte da família.

Farias (2002), ao realizar um estudo sobre a transição de acampados para assentados, no Assentamento Sul Bonito, em Itaquiraí, Mato Grosso do Sul, apresentou como as famílias reagem frente a essa nova realidade e também buscou evidenciar a participação feminina em diferentes esferas. Uma cena muito comum, mostrada pela autora, diz respeito à divisão e execução das tarefas, onde os espaços de homens e mulheres seguem uma divisão, apesar de ambos poderem transpô-la a qualquer instante. As mulheres atuam em diferentes esferas, inclusive junto às lideranças do Movimento, mas com relação à tomada de decisões, seu papel ainda é definido por outros.

Durante a etapa de acampamento, o papel exercido pelas mulheres tem sido fundamental. Além do trabalho reprodutivo, de sustento e apoio à mobilização, constata-se que são elas que, muitas vezes, tomam a frente da luta, seja como parte da estratégia de enfrentamento aos seus opositores, seja em defesa e proteção dos seus companheiros. Contudo, embora sejam companheiras de luta, as mulheres permanecem num segundo plano. (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 286).

O papel ativo que as mulheres desempenham nos acampamentos é, muitas vezes, substituído por um papel de submissão dentro da propriedade. A liderança dentro dos Movimentos Sociais ou mesmo das Associações de Moradores dos Assentamentos passam a ser assumidas e desenvolvidas, em sua grande maioria pelos homens, pois parte das mulheres se voltam para as atividades dentro do lote, mais especificamente no espaço da casa, cumprindo tarefas designadas por outrem. No interior dos assentamentos, homens e mulheres dão continuidade a uma definição de papéis sociais que, apesar de mostrarem-se conflituosos, ainda são seguidos e mantidos. Sobre essa mudança de comportamento, Pavan afirma que:

[...] relações desiguais entre os gêneros entram em contradição com a experiência anterior de divisão de tarefas no acampamento. A experiência democrática, onde todos eram consultados sobre todos os passos das negociações e sobre a vida cotidiana no acampamento, vai dando lugar a uma organização patriarcal, que supõe direitos e deveres desiguais segundo o gênero (2000, p. 39).

São muitas mulheres que participam, mesmo nos assentamentos, de reuniões das lideranças, da associação, de assembléias dos moradores, de reuniões que discutem solicitações e benfeitorias para o assentamento, até mesmo junto aos órgãos locais responsáveis pela implementação de ações e projetos nos assentamentos, mas muitas vezes as atividades domésticas restringem a participação feminina nesses processos. E isso ocorre a partir do momento que se mudam para o lote com a família. Apesar do barraco no acampamento ser sua casa, ainda que temporariamente, a luta ainda não estava terminada e precisava da participação de todos. A partir do lote, os homens passam a assumir os processos decisórios com mais intensidade.

O estudo realizado por Silva (2004), em um assentamento na região Oeste de Santa Catarina, sobre as relações de gênero no MST, nos apresenta os conflitos vividos por esses sujeitos e revela que qualquer tentativa de construção de uma nova mentalidade, passa por um processo de revisão, de questionamentos, que vai muito além das normas prescritas pelo Movimento. São homens e mulheres num processo contínuo de revisão de seus papéis, que são vividos cotidianamente. Situações muito semelhantes foram descritas e vivenciadas nos dois assentamentos, o que nos leva a acreditar que a formação política vivenciada pelas famílias que ingressaram em algum movimento social reflete esses processos de organização e reflexão sobre a política, economia, cidadania.

No Assentamento Lagoa Grande, onde as famílias não vivenciaram esse processo de participar de um movimento social de luta pela terra, não viveram em acampamentos, não participaram da luta, da formação política, não se percebe com tanta clareza, nas mulheres, a relação com a terra, não do modo que mulheres acampadas têm, pois os processos de luta ficaram tão marcados que elas dificilmente conseguirão se opor aos sentimentos de luta e conquista da terra desejada.

Pavan (1998), ao estudar as mulheres que atuam na reforma agrária, as Marias Sem-Terra, afirmou que nem todos os integrantes do MST têm o mesmo tipo de pensamento, com relação à questão de gênero, apesar da influente formação política proposta pelo Movimento. Os papéis sociais, sempre repensados, são modificados a partir das vivências e experiências que adquirem, dependendo da formação política adquirida dentro do movimento.

Sobre essa questão, não somente o MST, mas todos os movimentos sociais ligados à reforma agrária e agricultura familiar sentiram a necessidade premente de incorporar, em suas bandeiras de luta, a equidade de gênero e a criação de mais espaços para serem ocupados pelas mulheres, justamente por entenderem que as mulheres fazem parte desse processo,

muitas são beneficiárias da reforma agrária e que o sustento das famílias depende muito do trabalho feminino.

O universo feminino no sertão sempre nos fora negado, mas Falci (1997) nos revela as mulheres que ali viveram, seus feitos, seus desejos, as diferentes formas de dominação e resistência, mostrando que o papel desempenhado pelas mulheres independe da classe a que pertence. Quando apresentou as mulheres do sertão, destacou as estatísticas veiculadas até hoje sobre a abordagem do sertanejo e o êxodo dos homens, números que naturalizam uma história dos homens. Nos assentamentos rurais, temos muitas mulheres sozinhas, viúvas, separadas, solteiras, algumas inclusive que são responsáveis pela sobrevivência de pais idosos. Mas as estatísticas não parecem estar dispostas a dar visibilidade a essas mulheres.

Os próprios órgãos oficiais não publicam os dados da reforma agrária separados por gênero, o que torna muito difícil chegarmos a real dimensão sobre as atividades que as mulheres desempenham. Dados do IBGE, no que se referem ao sexo do chefe da família, apresentam apenas dados sobre área urbana, sendo que a zona rural permanece sob um aparente anonimato, levando a uma suposição de que esses espaços sejam ocupados por homens. Segundo Silva (2004), não há como o INCRA apresentar efetivamente os dados sobre a participação feminina na reforma agrária. Por exemplo: quantas mulheres detêm o título da propriedade? Quantas mulheres estão inscritas e foram beneficiadas?

As situações e histórias descritas pelos diversos autores são sempre muito parecidas com aquelas vivenciadas em outros assentamentos, revelando que em diferentes instâncias, em diversos locais, independentes de qual movimento social está atuando junto ao assentamento, existe esse processo de pensar, repensar, construir e desconstruir regras e valores. A relação existente entre homens e mulheres está sempre sendo pensada e repensada, à medida que novas situações vão sendo propostas e vivenciadas, nos barracos e nos lotes.

Coisas de homem, coisas de mulher: rompendo barreiras

A forma como acontece a participação de homens e mulheres, nas mais diversas questões que envolvem a família, agir e tomar decisões reflete, muitas vezes, o grau de autonomia desses sujeitos em relação ao outro. Ainda é muito comum vermos mulheres muito participativas enquanto residem no acampamento, mas que acabam diminuindo sua atuação quando a família muda-se para o lote. É como se as esferas de decisão dentro da propriedade tivessem um assento, um lugar pré-determinado, e não é oferecido para mulheres. Vê-se que a naturalização do papel subalterno das mulheres começa a ser levado a efeito.

Há registros de que somente quando o marido vem a falecer é que a esposa torna-se a responsável pelo lote, apesar de trabalhar tanto quanto o marido chegando, às vezes, de ter um papel muito mais ativo na propriedade. Mulheres viúvas ou separadas são “amparadas” pelo pai, pelos irmãos ou mesmo pelo cunhado, para que possam continuar no lote. Esses espaços são preenchidos pelos homens da família, apesar de não estar definido a impossibilidade delas realizarem essas atividades sozinhas.

Em geral, as mulheres “seguem” seus maridos nas atividades que estes desenvolvem. Se os homens optam por trabalhar em fazendas da região, como capatazes, caseiros, por exemplo, elas acabam atendendo às exigências para a contratação do marido, uma vez que se costuma pedir casal para trabalhar em chácaras e fazendas. Ela também vai trabalhar na propriedade, como faxineira, cozinheira, mas somente ele receberá o salário e será contratado. O trabalho feminino ficará como uma troca pela moradia e pela alimentação de todos os dias. Segundo Brumer (2002, p. 3), o trabalho feito pelas mulheres é freqüentemente considerado “[...] invisível, sendo geralmente declarado como ‘ajuda’ às tarefas executadas pelos homens

e, com frequência, restrito às atividades domésticas, mesmo que essas incluam atividades vinculadas à produção.”

Esta relação de trabalho unilateral, onde somente a mulher exerce sua função, e o empregador se omite da sua contribuição, tem dificultado o acesso das mulheres à aposentadoria, que ainda precisam ser reconhecidas como trabalhadoras rurais. Muitas mulheres ainda afirmam desenvolver atividades domésticas, quando na verdade são trabalhadoras rurais, sem reconhecimento, nem mesmo por parte delas próprias.

As mulheres estão associadas ao trabalho doméstico, aos afazeres dentro da casa, no cuidado das crianças, da horta, do pomar, da criação e também subsidiando o trabalho de seus maridos e filhos, antecipando a preparação das atividades que estes irão desenvolver. Mas só realizam tais atividades quando estas são realizadas no espaço do quintal, restrito às mulheres.

Para a assentada Silvana Antunes, do Assentamento Lagoa Grande, a criação de galinhas e o próprio cuidado da casa fica sob sua responsabilidade, mas a horta, como não está localizada no pátio, mas sim no meio do lote, fica como encargo dos filhos homens e do marido, uma vez que ela e as filhas não trabalham sozinhas na roça: *“Os meus dois menino é qui cuida da horta, porque fica lá na roça, é longe, eu tenho que cuida da casa, fazê comida, fica muito longe pra ir até a horta...”* As mulheres não costumam irem sozinhas para a roça, somente na companhia de filhos ou marido, não acompanham estranhos, nem mesmo de vizinhos. O trabalho é familiar, mas suas atividades na roça são designadas pelos maridos e estes não as “liberam” para trabalhar em local perigoso.

[...] ao expressar suas representações sobre o masculino e o feminino, os assentados (as) imputam às mulheres atributos de fragilidade e submissão e, aos homens, de força e de superioridade. [...] É mantida a visão de mundo em que homens e mulheres aparecem em uma estrutura de dominação/subordinação, reproduzida pela transmissão dos modelos de gênero ao longo das gerações, tendo as mulheres um papel fundamental na sua perpetuação (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 285).

Percebe-se que as mulheres conseguem realizar muitas conquistas, invertem papéis, rompem paradigmas, mas nem todas essas conquistas são capazes de fazê-las questionar as arraigadas tradições nas relações de gênero presentes em seu cotidiano. Por que isso acontece?

Bourdieu (1995) nos mostra uma divisão de papéis sociais, no âmbito do espaço rural, com as tarefas que homens e mulheres comumente desempenham. Percebe-se claramente que é quase a descrição de uma rotina vivida nos assentamentos da reforma agrária e também nas pequenas propriedades de agricultores familiares, onde os homens dão à direção e o sentido do que pode e deve ser feito pelas mulheres e pelos filhos, onde a divisão sexual do trabalho se impõe, através dos esquemas constitutivos do *habitus*, reforçando a construção social das relações de parentesco e de casamento. As tarefas designadas aos filhos são aplicadas às mulheres e o trabalho delas é visto como uma extensão de seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa superposto a outras atividades.

O cotidiano dos assentamentos nos revela, em pequenos instantes, em curtas impressões, falas carregadas de sentido que existe sim uma oposição ao que parece ser natural. Os papéis sociais de homens e mulheres vão sendo pensados, vividos e questionados. Muitas vezes, um simples olhar, a ausência de fala ou mesmo um novo modo de fazer atividades comuns revelam que existe resistência aos papéis socialmente definidos. Possas (2001, p. 237) nos coloca que “[...] é possível perceber as práticas sociais fora do circunscrito pelo poder, da racionalidade das regras, e normas tornadas leis, que tendem à universalidade, afastando a possibilidade de ver e ouvir as especificidades dos sujeitos.” A todo instante vemos que as práticas sociais, sob aparente enraizamento, mostram-se cada vez mais presentes em uma linha tênue que separa a subordinação e a autonomia, na relação entre homens e mulheres.

A assentada Sílvia Rodrigues nos disse: *“Se ele precisa sair daqui, eu faço de tudo: mexo com agrotóxico, com as vaca, sei prantá, sei colhê milho, feijão, tudo sozinha, sem ele manda. Ele acha que eu só sei cuida de galinha, de pranta e da casa...”* (Assentamento Tamakavi). Em contraponto, o assentado Luiz Gaspar relatou: *“Eu num sei faze comida boa e gostosa igual às mulhé faze, mas de fome eu não morro [...] eu fazia, mas depois que nós fomo mora junto, que nós casamo (risos!)², nunca mais preciso di eu fazê...”* O fato de não serem casados legalmente foi o que despertou o riso, pois o marido complementou: *“A gente não semo casado, assim, na igreja e tudo, mas pra mim somo casado, do mesmo jeito.”* As tarefas, apesar de separadas como atividades historicamente femininas e masculinas, podem ser consideradas barreiras facilmente transponíveis, uma vez que ambos percebem que não há a necessidade de que somente as mulheres façam esta ou determinada função, valendo o mesmo para os homens.

É muito difícil meu esposo fazê alguma coisa dentro de casa. Até hoje não precisou. Ele vai pra horta, traz uma verdura pra uma salada, me ajuda, corta uma carne. É tudo os dois junto[...]. Se tive muita roupa suja, ele esfrega, torce, me ajuda. Precisou? Um ajuda o outro. Onde tive o marido, tá eu, ajudando. Sé é pesado, se ta brabo, ta eu lá, junto, trabalhando... (Danuza, Assentamento Tamakavi).

Vaitsman (1989) afirma que a diferença biológica entre homens e mulheres se transformou numa diferença cultural e social, o que sugere a legitimação da opressão da mulher. Acreditamos que não somente o gênero, mas muitas outras categorias de análise trazem em seu bojo a presença e constituição de diferentes formas de dominação ou hierarquia, de uma sobre as outras, como as etnias, a religião, a classe social. Trata-se de uma falsa naturalização, que acompanha um processo histórico, que faz com que os indivíduos

² O trabalho de Farias (2002) discute a importância do casamento para as mulheres do assentamento, que para as mulheres implica uma situação de estabilidade e segurança.

aprendam já desde bem cedo como essas diferenças foram constituídas e porque merecem ser levadas adiante, perpetuadas, muitas vezes sem nenhuma leitura crítica.

Quem determina que o sexo masculino, ou seja, que os homens sejam mais resistentes às doenças, ou mesmo, que não sofram efeitos do uso de pesticidas e defensivos agrícolas? Por que as mulheres não “podem” lidar com tais produtos? O direcionamento das atividades que as mulheres desenvolvem na produção, geralmente dado pelos homens, acaba por interferir nos espaços ocupados pelas mulheres dentro do lote. Decidir o que e quando será plantado, muitas vezes discutido pela família, obedece uma decisão do chefe da família, da mesma forma que o trabalho leve ou pesado é decidido por ele.

No tocante às questões de gênero, para as mulheres essa suposta naturalidade das relações entre homens e mulheres é muito mais complicada pois, se de um lado existe a figura de um marido, onde ela se submete/aceita uma relação de dominação e subordinação, é porque sempre conviveu com esse modelo, através das relações de patriarcado.

O patriarcado naturaliza, desde bem cedo, tanto a submissão feminina quanto a dominação masculina, o papel decisório nas mãos do pai e dos irmãos, que é transferida e concedida ao marido, por ocasião do casamento. Carneiro (2001) apresenta os novos direitos das mulheres, conquistados com a Constituição Federal de 1988, que ampliou os direitos das mulheres, legitimou a igualdade, inclusive garantindo às mulheres o direito ao título de domínio e concessão de terras. A autora chama a atenção para o fato de que, apesar de estar previsto na legislação, não há como garantir o quanto as práticas culturais intervêm nos processos de decisão.

As mulheres têm um papel muito importante na aquisição do lote, pois é dada preferência às famílias (CARNEIRO, 2001). Então, como pode a mulher ser tão importante

para conseguir efetuar o cadastro, poder candidatar-se à reforma agrária com sua presença e, ao conseguirem a terra, transpô-la para outra instância de decisão na propriedade?

A mulher, ao assumir a responsabilidade pela casa, pelos filhos e também pelo quintal, desenvolve atividades tidas como femininas, espaços onde os homens, em geral, insistem em não (querer) dominar. O espaço dentro, tal como descrito por Woortmann e Woortmann (1997), compreende o galinheiro, a manutenção do pátio, inclui pequenas atividades na lavoura, mas principalmente atividades como limpar a casa, preparar as refeições, lavar e passar roupas e cuidar dos filhos.

Esse trabalho, considerado leve, invisível e de menor prestígio, ainda que extremamente necessário para a manutenção de todos os membros da família, não tem seu valor reconhecido, não é tido como trabalho ou rotina até mesmo pelas próprias mulheres. Muitas delas, o fazem desde pequenas. Durante as entrevistas, muitas mulheres tiveram dificuldade em relatar sua rotina de trabalho: *“Ah, eu acordo, cuido da casa e faço comida...”* (Ana Cecília Mota, Assentamento lagoa Grande).

Aos homens cabe a responsabilidade pela lavoura, pelos animais, as decisões sobre investimento, gestão do lote, contratação de mão-de-obra externa (quando é possível!), decidir qual será a área de atuação da propriedade e também dirigir máquinas pesadas, aplicar venenos, tarefas que costumam ser conferidas aos homens, todas são facilmente “visíveis”, interferem nos lucros que a propriedade poderá trazer são frutos do trabalho dos homens. Os filhos e as mulheres vão ajudar, desempenhando o que os homens vão decidir que ambos tenham condições para realizar.

Se fosse preciso realizar uma inversão de papéis, as mulheres não hesitariam em tentar realizar as atividades consideradas masculinas, muito embora os homens tenham uma resistência histórica a cuidar da casa. É comum ouvirmos relatos de mulheres que dizem que

não puderam estudar, nem ter uma profissão, pois foram preparadas para casar. Tal preparação consistia em aprender a lavar, cozinhar, costurar e cuidar dos filhos, atividades já enraizadas na educação de pais e avós. Tais fatos nos causam certa resignação, pois vivemos em uma época em que os papéis sociais estão há muito tempo alterados, discute-se a igualdade e a participação feminina, mas ainda é muito comum serem preparadas para o casamento, para cuidar da casa.

Nos assentamentos rurais, onde grande parte da mão-de-obra é familiar, e as mulheres desempenham um importante papel na manutenção da propriedade e na renda da produção, muitas vezes é o trabalho feminino que mantém a casa, seja através de pequenos serviços domésticos que ela oferece ou através dos lucros advindos da horta, do pomar e da criação de pequenos animais. Se os homens dedicam-se à lavoura, dependendo de períodos longos para plantio e colheita, as mulheres investem tempo e energia em atividades mais rentáveis em curto prazo, que poderão contribuir de modo importante para o sustento e sobrevivência de sua família.

Sendo assim, ainda que possamos incluir a discussão de vários estudos, a participação feminina ganha destaque, tendo em vista a importância do papel e da atuação das mulheres na aquisição e na manutenção das propriedades rurais. Apesar de estarmos discutindo as relações de gênero na agricultura familiar, acredita-se que se transferirmos o foco da análise para outros contextos, que não a reforma agrária, encontraríamos também elementos importantes que poderiam contribuir para a análise de como as relações de gênero são percebidas e construídas pelos sujeitos, na relação que ambos mantêm entre si, mesmo em outras profissões e outros espaços.

Isso mostra que não somente as práticas cotidianas no interior dos acampamentos e assentamentos estão permeadas pela resistência das mulheres, mas também que há um

movimento contínuo de construção e desconstrução de papéis socialmente e previamente definidos, independente do local onde as relações ocorrem.

Assentadas e assentados ou donas de casa e agricultores?

Sendo as famílias do Projeto de Assentamento Lagoa Grande, todas provenientes do próprio Estado de Mato Grosso do Sul e também não precisarem ficar mais que três meses acampados, muitos homens que enfrentaram o curto, porém difícil período de acampamento sozinhos, tendo em vista a proximidade de serem beneficiados com um lote, tiveram que organizarem-se sozinhos nesse espaço, sem suas esposas. Seria essa a única diferença entre as famílias?

Esta situação nos reforça o fato de que, ainda que vivam sob a lona, as famílias tentam buscar, a todo instante, uma identidade, uma referência. Essa proximidade amplia os laços de amizade, propicia compadrios, trocam afilhados e, em alguns casos, surgem matrimônios, onde os filhos acabam se casando com os filhos dos amigos. Em algumas famílias entrevistadas, seus filhos hoje estão vivendo em outros acampamentos ou então já foram assentados, com suas famílias, em diferentes regiões do Estado.

O período difícil dos acampamentos impõe uma certa aproximação, como forma de garantir a sobrevivência dos grupos. É muito comum existir o cooperativismo, mas quando são criados laços de simpatia, amizade, surge a possibilidade de reforçar a representação de casa, de moradia, através das relações de compadrio e vizinhança.

Todos os assentados trazem consigo o que restou de suas antigas casas. São roupas, fotos, quadros, enfeites, poucos móveis e muitas lembranças. Algumas delas, precisam ser

reavivadas pela memória, lembradas através dos momentos de se contar “causos”. Parte da identidade dos sujeitos se reforça nesses momentos, tornando memórias e lembranças mais vivas e mais difíceis de serem esquecidas.

As lembranças – algumas dolorosas, outras nem tanto – fazem parte da vida dos indivíduos e, quando são assentados, são as memórias dos tempos difíceis de acampamento que se tornam mais vivas e mais difíceis de serem esquecidas, dado o tempo recente em que ocorreram e também o fato de serem comparadas com a situação que hoje vivem.

Com relação aos assentados do P. A. Lagoa Grande, as famílias deixaram suas casas na cidade ou mesmo em fazendas para se mudarem direto para o assentamento. Foram agrupadas pela região em que moravam, tendo em vista que muitos já se conheciam. Não passaram pelo longo e sofrido período de acampamento. Seus móveis ainda existem, não foram destruídos pelo tempo. O mesmo com suas lembranças, seus utensílios e objetos pessoais. As lembranças referem-se ao tempo em que sonhavam com a terra e com tudo aquilo que continuam a sonhar.

O Lagoa Grande, por estar mais próximo da beira da estrada, permite que os agricultores possam escoar com mais facilidade a sua produção, além de permitir o fácil acesso à cidade de Dourados, principal centro comercial da região, distante 65 km do assentamento.

O Tamakavi, em Itaquiraí, fica longe da beira da estrada, com estradas em péssimas condições, dificultando qualquer tipo de ação que os assentados desejem tomar para comercializar seus produtos. Se já enfrentam dificuldades para produzir, imagina-se as barreiras que não encontram para poder destinar seus produtos.

Durante a realização da pesquisa, conhecemos diversos sujeitos, homens e mulheres concretos, com suas histórias de vida, com seus desejos e anseios. A timidez frente ao

gravador, o medo de falar errado, o receio de não saber falar as coisas do modo correto, ou seja, como realmente aconteceram, são alguns dos motivos para reagirem frente ao gravador.

Como já foi relatado em diversos estudos, quando o gravador era desligado, a prosa fluía como nunca. Sentiam-se mais a vontade para conversar, extrapolavam, conversávamos sobre muitas coisas. Era como se o gravador os aprisionasse a uma verdade que precisava ser dita ali. A partir do momento em que era desligado, existiam muitas conversas, muitos causos, que não podiam ficar registrados no gravador.

Bosi nos conta sobre a memória e a forma como esses relatos surgem, dizendo que “[...]as mais vivas recordações afloravam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências.” (1979, p. 3). Muitas famílias reagiam diferentemente frente à utilização dos recursos durante a entrevista. Algumas faziam questão de falar e riam quando ouviam suas vozes processadas pelo gravador, outras, timidamente respondiam, conversando muitas horas mais depois que desligávamos o gravador.

As entrevistas foram feitas com os casais, separadamente, para poder dar maior liberdade de expressão aos entrevistados, pois muitas mulheres ficaram tímidas e inibidas, deixando de se manifestar e permitindo que os maridos assumissem a responsabilidade pelos fatos expostos. Quando conversávamos sozinhas com elas, percebíamos o volume de informações sobre o desenvolvimento do lote que estas mulheres possuíam, mas que omitiam dos seus maridos, como se falar para as outras pessoas, para os estranhos sobre as atividades que desenvolvem em seus lotes, fosse “coisa de homem”.

Para as mulheres, restava falar da casa, dos filhos, dos problemas que enfrentam com a saúde, a distância dos postos de saúde, as dificuldades que elas, donas de casa enfrentam. As mulheres agricultoras não se manifestavam na frente de seus maridos: “*Eu já trabalhei muito*

na lida, mas depois que entrei no lote, agora só doméstico. Mas mexo com porco, galinha.[...] Já fui empregada, há muito tempo, em fazenda" (Sonia Faustino, Assentamento Lagoa Grande)

As relações de gênero, presentes em todos os momentos, refletem a forma como homens e mulheres vêem seus papéis sociais e também o do outro. No tocante ao seu papel social, sempre que se discute as relações de gênero, vemos que ambos ainda estão em constante processo de mudança, de definição, redefinição e aceitação de novas oportunidades, de novos papéis a serem incorporados. Perguntamos ao assentado Walter Santana, sobre a profissão de sua esposa, ele respondeu: "*Do lar.*" Mas ela interferiu: "*Aqui eu faço de tudo [...] tenho tanta profissão ...*" [risos](Analia Santana, Assentamento Lagoa Grande).

Van der Schaaf (2003), ao estudar os processos emancipatórios do Movimento de mulheres agricultoras no sul do Brasil, mostrou como a participação nos processos decisórios e políticos contribuem para a formulação e incorporação de conceitos como cidadania, política, igualdade, justiça. Se pensarmos nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul, encontraremos uma pequena participação feminina, que reflete o que se encontra em outras regiões do país. As atribuições dadas às mulheres acabam por dificultar seu acesso às questões sociais e, principalmente, comprometem seu desempenho nessas atividades, à medida que acabam ficando responsáveis por muitos encargos no espaço doméstico.

Segundo Rua e Abramovay, "As mulheres precisam assumir amplamente os seus direitos, obter toda a sua documentação pessoal, ocupar o seu espaço produtivo e ser cadastradas como beneficiárias dos projetos de assentamentos rurais em termos de igualdade com os homens" (2000, p.284). Isso significa que, no cotidiano dos assentamentos rurais, as mulheres precisam lutar para receber igualdade de tratamento, o que implica não ficarem restritas aos cursos de crochê e bordado, por mais necessários que sejam, mas também que as capacitações e cursos técnicos voltados para a gestão do lote, sejam também oferecidos para

elas. Não podemos dizer que as mulheres não buscam tais cursos, mas quando os mesmos são oferecidos, quase nunca são oferecidas vagas para mulheres.

O próprio INCRA e os órgãos de extensão rural preocupam-se em oferecer cursos como: pintura em tecido, tapeçaria, artesanato com jornal, pães e bolos, tapeçaria, dentre outros. As mulheres fazem uso doméstico e comercial dessas atividades, pois preparam produtos e subprodutos para venda e os utilizam em casa, com e para a família. No entanto, ficam excluídas dos cursos voltados para a produção, seja animal ou vegetal, não tendo direito de receber a orientação técnica. O que aprendem é com os filhos e maridos, através da observação diária e constante da realização de tais atividades. Muito do trabalho realizado pelas mulheres, “[...] como, por exemplo, roçar e semear, passa a ser mecanizado, ela perde o espaço de trabalho, não porque não goste de “mexer com máquinas”, mas sim porque o treinamento e a informação para o seu uso são dirigidas ao homem, chefe da família.” (LECHAT, 1996, p. 94).

A participação feminina nos processos decisórios também é cada vez menor, apesar da grande participação de mulheres e crianças na produção. Segundo Brumer, a posição feminina subordinada ao homem é evidenciada pelos seguintes fatores:

[...] as tarefas executadas no âmbito da esfera produtiva (produção destinada à comercialização) só são contabilizadas como parte de um esforço coletivo, na maioria das vezes aparecendo apenas como 'ajuda'; seu trabalho na esfera produtiva permanece praticamente invisível, tendo em vista que é praticado no interior do estabelecimento, sendo os homens praticamente os únicos responsáveis pelos contatos com o exterior (contato com extensionistas, bancos, sindicato, cooperativa, firmas vendedoras de insumos e compradores); elas não detêm o conhecimento tecnológico necessário para administrar o estabelecimento agropecuário; elas não administram os recursos originados com a venda da produção. (2004, p.9)

Sendo assim, somente um maior envolvimento das mulheres nas questões administrativas dos lotes é que poderia elevar o seu grau de participação nos processos decisórios. Sabemos que apesar da evidente participação feminina, as mulheres têm ainda

muita dificuldade para romper com os traços culturais, que estão arraigados na tradição de sua família e também na família de seu marido, tornando sua emancipação extremamente difícil, pois não bastaria apenas ser mais atuante, seria preciso romper com essa tradição.

Para Chartier, o essencial é “[...]identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como “natural”, portanto biológica, a divisão social, e portanto histórica, dos papéis e das funções.” (1995, p. 42). As relações entre os sexos, entre os gêneros masculino e feminino, associados a outras relações sociais revelam experiências de dominação e de subordinação de homens e mulheres. “A visível acomodação das mulheres nos assentamentos, entretanto, pode esconder formas de resistência, nem sempre entendidas como tal.” (PAVAN, 2000, p. 41) Acreditar que as mulheres estejam acomodadas e condicionadas a esta relação de dominação, seria subestimar a capacidade de homens e mulheres de criar e recriar seu próprio espaço e dirigir suas vidas. Apesar de as relações de trabalho apontarem uma aparente sujeição à dominação, o cotidiano dos assentamentos rurais revela diferentes formas para romper e se desvencilhar de práticas culturalmente arraigadas em uma rígida educação que essas mulheres receberam de seus pais.

Ouvindo no silêncio...

As relações de gênero, embora desiguais, não são imutáveis para os homens e as mulheres. É preciso perceber os sinais, os levantes das mulheres, ainda que pareçam invisíveis aos olhos dos outros. É no silêncio, entre seus afazeres, em seu dia-a-dia, em seu cotidiano, que as mulheres mostram à força que têm para inverter essa relação de dominação masculina. Se não puderam ter diferentes modos de agir enquanto residiam com seus pais, a vida conjugal lhes permite romper com muitos desses atos de violência simbólica

(BOURDIEU, 1995). O *habitus*, aparentemente incorporado, modifica as mulheres, elas já educam seus filhos e filhas dentro de uma nova concepção de relações familiares e seus maridos, gradativamente, também já estão incorporando novos conceitos, ainda que sem ter clareza dessa nova forma de constituição das diferenças de gênero.

Entre uma decisão familiar e outra, numa compra, na hora de decidir sobre o plantio, sobre a direção que deve ser dada à produção do lote, as mulheres ousam se mostrar, expressar suas opiniões e, quase sutilmente, levam seus maridos e filhos a incorporar seus pontos de vista, de uma forma quase imperceptível, que muitos maridos chegam a pensar que eles é que decidiram assim.

O cuidado com a família, aparentemente uma tarefa naturalmente feminina, não é incorporado tão facilmente como um dom, um destino para a mulher. Também faz parte das escolhas que uma mulher faz, quando decide por este ou aquele modo de vida. Muitas delas têm problemas de saúde, alguns provocados pelo tempo, outros, pela exposição a péssimas condições de trabalho e que hoje as obrigam a estar constantemente em médicos e fazendo uso de medicamentos.

Mesmo com alguns problemas e até limitações, isso não as impede de continuar desempenhando suas atividades, dentro e fora da casa, como se não houvesse uma distinção. Para as mulheres, tudo faz parte do lote, é uma conquista sua e de todos de sua família, por isso, se dedicam a trabalhar tanto, ainda que os membros de sua família não dêem o devido valor às tarefas domésticas que realizem, nem à sua 'ajuda' na lavoura.

As mulheres do assentamento Lagoa Grande têm seus espaços mais definidos e já incorporaram, desde o casamento, seu papel. Muitas situações já permitiram que esses papéis sociais fossem construídos, desconstruídos e reconstruídos mas, às vezes, nem elas percebem

em que momento isso aconteceu. São feministas, sem saber que são, o que podemos chamar de um feminismo informal.

Para as assentadas do Assentamento Tamakavi, as bandeiras de luta continuam, só que agora são outras conquistas que elas buscam. Querem mais espaço, mais reconhecimento, são produtivas, mas não são tidas como tal. No cotidiano, homens e mulheres constroem e desconstroem seus papéis sociais, em relações conjugais, nos espaços de intimidade, de trabalho, na roça, entre uma fala e outra. Evitam enfrentamentos, pois sabem que, muitas vezes, isso poderá atingir seu casamento, então, buscam outras formas de quebrar estigmas. Quando desligávamos o gravador, para uma conversa mais íntima, mostravam o quanto entendem sobre plantio, cuidados com os animais, investimentos, a melhor forma de aplicar o crédito rural. Mas tudo isso, longe dos maridos. Perto deles, muitas mulheres se calaram. E foi esse silêncio que nos levou a perceber que queriam se expressar, mas não ali, não perto deles.

Esse trabalho, que no início parecia haver uma aparente tranquilidade, uma realidade imutável, mostrou-nos um universo rico, cheio de espaços de intimidade, cumplicidade, que as mulheres do assentamento dividiram conosco, com todos da equipe. Algumas alunas evangélicas entrevistaram mulheres da mesma religião e elas também se abriram. Sentiram-se íntimas, próximas, unidas pela mesma fé. Trocaram confidências, em alguns momentos, mas tivemos que desligar o gravador para ouvi-las.

Fomos ao assentamento para conhecer a realidade do trabalho de homens e mulheres que sempre nos intrigou. Vimos muito sobre trabalho e sua divisão, mas principalmente, vimos homens e mulheres que lutam, a todo instante, por melhores condições de vida. Vimos mulheres com garra, força, luta e elas nos ensinaram muito, mais do que poderiam imaginar. Elas nos transformaram, provocaram grandes mudanças, o que nos levou a perceber, nas

entrelinhas do seu cotidiano, de suas falas, as práticas de resistência, a luta das mulheres nasce a cada dia, se renova, ganha força a cada amanhecer.

É agora?

Para muitas pessoas, a reforma agrária está concentrada após o cortejo e distribuição das lotes. Algumas famílias nascem, também, este sonho por muito tempo e acreditam que a vida será melhor e mais fácil depois que receberem suas terras. Mas a realidade da vida nos assentamentos começa a surgir e, nela não se vê apenas encanto.

Se a vida nos assentamentos era difícil e o sonho da terra contribuiu para dar forças para muitas famílias, a chegada aos assentamentos apresenta-se, de início, com muitas mais dificuldades. Algumas são diferentes daquelas já enfrentadas anteriormente, mas agora as preocupações são outras. Muitos movimentos sociais negociam com o governo estadual de Mato Grosso do Sul a possibilidade de continuar recebendo cestas básicas por até um ano após a entrada no lote, pelo fato de que as terras disponibilizadas para reforma agrária eram ocupadas por grandes extensões de pastos, o que exige muito tempo de trabalho e preparo da roça.

Tudo esse trabalho é feito manualmente, pois nenhuma família possui maquinário para preparar a terra para o plantio, este serviço é feito manualmente, com enxada, exigindo muito tempo da família. Nesta etapa, a família toda "trabalha", não importando a idade dos filhos que estão contribuindo para arcarar o pasto, revirar a terra e deixá-la pronta e tempo de deixar o plantio de milho, feijão, mandioca e outros grãos, que contribuem de modo importante para obter alguma renda após alguns meses e também garantir o sustento da família.

Algumas famílias se associam e trabalham juntas, onde dividem as etapas de trabalho e não vão de uma para outra, o que permite agilizar esta etapa e poder iniciar a colheita.

4. A TERRA CONQUISTADA

E agora?

Para muitas pessoas, a reforma agrária está concretizada após o sorteio e distribuição dos lotes. Algumas famílias mantêm, também, este sonho por muito tempo e acreditam que a vida será melhor e mais fácil depois que receberem suas terras. Mas a realidade da vida nos assentamentos começa a surgir e, nela não se vê apenas encantos.

Se a vida nos acampamentos era difícil e o sonho da terra contribuía para dar forças para muitas famílias, a chegada aos assentamentos apresenta-se, de início, com muito mais dificuldades. Algumas são diferentes daquelas já enfrentadas anteriormente, mas agora as preocupações são outras. Muitos movimentos sociais negociam com o governo estadual de Mato Grosso do Sul a possibilidade de continuar recebendo cestas básicas por até um ano após a entrada no lote, pelo fato de que as terras disponibilizadas para reforma agrária eram ocupadas por grandes extensões de pastos, o que exige muito tempo de trabalho e preparo da mesma.

Todo esse trabalho é feito manualmente, pois nenhuma família possui maquinário para preparar a terra para o plantio, este serviço é feito manualmente, com enxada, exigindo muito tempo da família. Nesta etapa, a família toda “trabalha”, não importando o sexo dos filhos que estão contribuindo para arrancar o pasto, revirar a terra e deixa-la pronta a tempo de iniciar o plantio de milho, feijão, mandioca e outros grãos, que contribuirão de modo imperativo para obter alguma renda após alguns meses e também garantir o sustento da família.

Algumas famílias se associam e trabalham juntas, onde dividem as etapas, de modo a ter mais mão-de-obra numa área, o que permite agilizar esta etapa e poder iniciá-la em outra

propriedade vizinha. Este plantio inicial, ao lado da limpeza do terreno onde será construída a futura casa e a horta é igualmente importante, pois seu estabelecimento permitirá possível demarcar os espaços que deverão ser ocupados por homens e mulheres, filhos e filhas. Enquanto terra com mato e pastagens, os espaços que futuramente serão divididos de acordo com o sexo de quem irá ocupá-lo ainda está neutro, permitindo que o marido, a esposa e seus filhos ocupem juntos toda esta área. Mesmo durante esse processo de limpeza, o que cada um executa já começa a ser definido pelo pai/marido, ele já começa a definir o que cada um irá fazer, como nos relata a assentada Cleonice Ferreira: *“Nóis começo a abri isso tudo e ele (o marido) foi dizendo: ‘Fulano faz isso, a menina faz aquilo’ Ele já começou a dar ordem pra tudo nós aqui [...] Antes ele não era assim não!”* Este relato nos apresenta como a divisão de tarefas, antes não determinada totalmente no acampamento, começa a tomar corpo, causando estranheza até mesmo para as pessoas da família.

Se os homens já possuíam experiência como campeiros e lavoureiros em outras propriedades, a trazem para seu lote. Sendo a primeira vez que suas famílias começam a trabalhar juntamente com eles na propriedade, seria natural que o princípio da organização e democracia vivenciado nos acampamentos se repetisse nos lotes, mas não é o que acontece na realidade. Os encargos e decisões de chefe de família começam a transparecer e ganhar corpo assim que assumem a propriedade. Enquanto desbravam o mato, ainda é o trabalho da família, embora já exista esse direcionamento.

A partir do momento em que os espaços são definidos - ergue-se a casa, as mulheres constroem a horta, os espaços do galinheiro, chiqueiro para criação de porcos são criados e as primeiras culturas começam a ser plantadas – implanta-se a divisão sexual do trabalho familiar, onde os homens vão determinar onde seus filhos homens vão trabalhar, ajudando-o e onde as esposas e filhas vão desempenhar seus encargos femininos, quando e como poderão ajudar os homens na propriedade.

Os herdeiros da reforma agrária

Para os assentados filhos de agricultores, sempre existiu uma tradição familiar de homens e mulheres trabalharem na agricultura. Muitos ajudaram seus pais na lavoura, desde muito pequenos. Em nenhuma das famílias entrevistadas, encontramos relatos dos homens se referirem às suas irmãs como trabalhadoras, e sim, apenas *como “De vez em quando, quando dava, elas ajudava a gente na lavoura...”* (Nelson Pereira – Assentamento Tamakavi).

As filhas trabalhavam com as mães nas tarefas domésticas e também iam para a escola. Nos dois assentamentos, predomina o fato de que as filhas mulheres vão à escola, essa preferência é dada para elas, pois muitos meninos e rapazes ainda em idade escolar ficam no lote, não vão à cidade para estudar. No Assentamento Lagoa Grande, os estudantes vão de ônibus escolar até o centro do Distrito, distante 6 a 10 km do assentamento, pois não existe nenhuma escola no local. No Assentamento Tamakavi, a partir da 4ª série do Ensino Fundamental, os alunos precisam ir com o ônibus escolar até o município de Itaquiraí. Saem de suas casas às 05:00 horas da manhã e retornam após as 13:00 horas.

Para muitas famílias, o fato dos filhos acordarem cedo e voltarem tarde da escola, têm ainda as tarefas para fazer, é motivo suficiente para incentivar o estudo para as mulheres, uma vez que o trabalho “pesado” da propriedade tem que ser feito pelos homens. Sobre a escolaridade, as meninas estão muito mais adiantadas do que os meninos. Mas a escolaridade delas não é utilizada para obter um emprego, fora do assentamento. Muitas continuam restritas ao espaço da casa, “ajudando” as mães e não vão buscar uma outra fonte de renda para complementar a renda da família. Ainda assim, segundo Stropasolas (2004), muitas

dessas filhas não almejam se casar com agricultores também, temendo reproduzir sua condição social de mulher agricultora, não querem dar continuidade ao modelo vivido.

A divisão das tarefas para filhos homens e mulheres obedecem também a uma divisão interna sobre o que cada um dos membros pode fazer, em função da idade e do tamanho de cada um. Assim, filhas mulheres gradativamente vão assumindo tarefas domésticas, conforme vão crescendo, liberando suas mães de alguns encargos. O mesmo acontece com os filhos homens que, ainda meninos, vão assumindo mais responsabilidades, começando a cumprir atividades que antes eram das mães. Algumas tarefas como cuidar do chiqueiro, por exemplo, que antes era executada pela mulher, passa a ser transferida para o filho. Gradativamente, eles vão acompanhando os pais e homens mais velhos que trabalham na propriedade, seja um tio, um avô e vão igualmente trabalhar na roça.

Para os filhos homens, ficar no assentamento todos os dias, sem estudar ou desempenhar outras atividades, tem sido um motivo para desejar ir à cidade, arrumar um emprego e não se fixar no assentamento. A dificuldade em encontrar uma namorada no assentamento também é apontada pelos pais como um motivo que incentiva seus filhos a partirem. O assentado Luiz Coutinho revela: *“Ele nunca quis saber de estudá, não quer saber das moças daqui, diz que na cidade tem um monte de festa, de bailão (risos) [...] eu e a patroa não podemos prendê os filho. Eles num qué vê que o futuro deles tá aqui, mas a gente tenta mostrar todo dia...”* (Assentamento Lagoa Grande)

O lote, depois que a família é beneficiada, passa a fazer parte do patrimônio de toda a família. Em 95% dos entrevistados, é o único bem material que possuem. Essa terra será a herança da família. Para os pais, as filhas deverão sair casadas do lote e os filhos homens, de preferência, devem se casar e continuar no lote, para ajudar os pais. Para as famílias que já casaram suas filhas, fica a sensação de dever cumprido, como nos disse a assentada Eliete

Tese. 1.925

Cavalcante, do Assentamento Tamakavi: *“Eu já casei minhas duas filha, tô tranqüila, já tenho até dois netos.”*

Quanto aos filhos homens, confirma-se o desejo de que permaneçam no lote: *“Meu filho mais minha nora e as crianças vinheram mora com a gente e ela não tem tempo de mi ajuda, porque as criança toma muito tempo, a caçulinha deles é doente, já fez duas operação...”* (Suzana Fagundes – Assentamento Tamakavi). A partida do filho e seu posterior retorno ao lote são vistos com bons olhos para os pais, pois significa que poderão permanecer na terra, trabalhando no que será dele e dos irmãos, como herança.

Dentre as famílias entrevistadas nos dois assentamentos, durante todo o período de realização da pesquisa, ocorreram duas mortes de beneficiários. Num dos casos o sogro do assentado falecido é que veio trabalhar no lote de sua filha, que tinha apenas um filho pequeno. Em outra situação, o filho adolescente de 13 anos estava assumindo, junto com a mãe, a responsabilidade de cuidar da família.

Ninguém se sentiu à vontade para falar como poderia ser a ocupação da terra após a morte dos pais, mas o desejo de que os filhos dêem continuidade foi expresso em muitas entrevistas:

Nóis gostaria muito que nossos filho continuasse no lote, pois é a única coisa que nós tem pra deixa pra eles...(Antonio Marcelino – Assentamento Lagoa Grande)

Eu queria que eles num brigasse, num precisasse vende tudo isso, porque dá dó, nós lutamo tanto e depois os filho brigá e só qué dinheiro. (Ivone Antônio – Assentamento Tamakavi)

O meu sonho é vê meus neto tudo aqui, crescendo, brincando aqui, comendo fruta no pomar, o lote produzindo, vendendo bastante... (Ricardo Teles - Assentamento Lagoa Grande)

Meu vô era agricultor, meu pai e minha mãe também, eu e minha mulhé e eu quero que meus filho seja também... (Onofre da Silva – Assentamento Tamakavi)

A cidade, principalmente nas áreas centrais ainda oferecem muito fascínio, tendo em vista o apelo comercial das lojas e as oportunidades de lazer, que não existem nos assentamentos. As poucas festas que ocorrem são muito concorridas, as datas são aguardadas o ano todo, pois são raros momentos de lazer. Existem muitas igrejas dentro dos assentamentos, de diferentes vertentes, o que possibilita também a oportunidade de que os jovens considerem algumas dessas atividades como lazer.

Em vários assentamentos, a carência de espaços para descontração, pra fugir da rotina de trabalho é apontada como um problema que incentiva os jovens a buscarem outra alternativa, fora do assentamento. Se fossem criados espaços comunitários dentro, ou mesmo próximo dessas áreas, seria possível incentivar a permanência desses jovens, principalmente dos filhos homens, pois as mulheres, por ocasião do casamento, optam por seguir seus maridos, indo morar em outro acampamento ou então residir em fazendas da região. Ao mesmo tempo, se os espaços de produção fossem ampliados, poderiam interferir, diretamente, na fixação e permanência dos filhos na propriedade rural (DE GRANDI, 2003).

Seja pela mudança de local de trabalho, ou mesmo pelo desejo de também conquistar a própria terra, muitos filhos homens acabam retornando aos acampamentos na idade adulta, muitos já com família formada. A tradição familiar de ser da terra acaba ficando um pouco esquecida, e o lote conquistado assume outro valor para os jovens. Carneiro (2001), ao estudar as diferentes formas de sucessão na terra, em distritos de Nova Friburgo identificou que

[...] as atividades não-agrícolas exercem maior atração sobre os jovens, que não se sentem mais no compromisso moral de seguirem a atividade dos seus pais. Assim, a sucessão deixa de ser um problema, porque a terra não é mais valorizada como um bem associado à memória da família e à identidade social de agricultor. Em transformação, essa identidade sofre uma desvalorização crescente, decorrente muito mais do baixo rendimento que promove do que da formulação de imagens negativas associadas à atividade de agricultor (2001, p. 39).

Assim, se para os pais voltar a terra significa retornar às origens, buscam recompor uma história de vida conhecida, para os filhos a terra assume outras dimensões, que só são percebidas pelos seus próprios filhos na idade adulta. De acordo com Brumer (2004), as estatísticas oficiais sobre a agricultura familiar consideram a esposa e os filhos como membros não remunerados, mas tampouco os homens são remunerados. Para muitos filhos, há o desejo de ser reembolsado pelo período que trabalharam na terra, mas só terão esse direito através de uma herança, na partilha dos bens. O desejo de ter um bem seu, de receber uma remuneração por seu trabalho, árduo e diário, revela-se como um motivo que incentiva os mais jovens a buscarem um trabalho fora do assentamento. Para a família, enquanto os filhos são pequenos, é possível convencê-los e mantê-los com mais facilidade no lote.

Em entrevista realizada no Assentamento Lagoa Grande, o filho de Cláudia Lins, de 8 anos nos disse: *“Eu nunca que vou querer sair daqui, eu ajudo meu pai e minha mãe todo dia, aqui eu tenho de tudo, quero continuar aqui no Lagoa...”* (Cristiano). A mãe, em seguida comenta: *“Ele diz isso agora, quero vê quando tive uns 18 anos, aí é outra história...”* Esta fala nos mostra que os pais têm consciência de que os mais novos e mais velhos têm a intenção de continuar no lote, trabalhando, desejam morrer e serem enterrados no assentamento, mas já de antemão se preparam para o dia em que seus filhos vão querer partir, para tentar outras oportunidades na vida, como nos disse a assentada Helena Branco: *“A vida no assentamento não é pra gente novo não, eles não agüenta isso...”*, referindo-se às dificuldades para produzir no lote sem o auxílio da mecanização.

De acordo com Salcides e Alves Filho (2004), o parentesco é uma forma de ordenar a vida econômica, é ele quem justifica, muitas vezes, a masculinização no campo. Segundo os autores, qualquer mudança sobre a herança e sucessão deverá ser, inicialmente, legitimada culturalmente e socialmente pelos próprios beneficiários, partindo do princípio de que a ordem moral tem preferência sobre a ordem econômica. Isso significa que a divisão de

tarefas e mesmo a gestão/manutenção do lote, se discutida e revista no interior das famílias, repensando-se os papéis sociais e as atribuições de cada membro, poderá permitir uma reorganização familiar e, conseqüentemente, a adoção de estratégias que permitam que mulheres, filhos e filhas tenham um papel mais decisivo no seio da família, atuando diretamente nas questões de ordem econômica.

Trabalho e ajuda: o que não se diz às claras sobre a divisão sexual do trabalho

O “trabalho” do homem refere-se ao campo, à produção propriamente dita, enquanto que o espaço feminino está centrado no trabalho dentro de casa, ou então, no cultivo da horta. A própria concepção de trabalho é outra, de acordo com o sexo de quem executa a atividade, ou ainda, de acordo com a posição que ocupa na hierarquia familiar. As mulheres aceitam suas funções e têm dificuldades, elas próprias, em perceber seu “trabalho” como trabalho. Apesar de já existir uma incorporação do sentido da “ajuda”, e ficar cada vez mais difícil romper com este modelo, à medida que elas nasceram e foram criadas num esquema de dominação masculina e subordinação feminina, suas participações são efetivas e indispensáveis no ganho e no sustento da propriedade e da família.

De acordo com Paulilo, a categoria “trabalho”,

seja ele remunerado ou não, sempre se mostrou relevante para o pensamento feminista. Considerar como trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas. Quanto ao trabalho remunerado, ele foi considerado fundamental pois, em uma sociedade onde quase tudo se compra, o acesso da mulher a alguma forma de renda própria deveria torná-la mais independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade mais ampla. (2001, p.1).

Ainda que oficialmente, para entrevistadores e pesquisadores como nós, tenha sido dito que quem é o responsável pelo lote é o homem, o provedor, que seja ele quem dê a direção dos processos de trabalho na produção, elas fazem de tudo. Muitas mulheres já não se autodenominam como agricultoras, apenas como donas de casa, como nos disse a assentada Elenice Ribeiro, do Assentamento Tamakavi: *“Eu faço serviço de casa, tudo que tem aqui, sou eu que faço e as minhas duas filhas me ajuda.”* Perguntamos: em quais profissões a senhora já trabalhou? *“No corte de cana e na lavoura...”*

Muitos nem se manifestam em favor da família, que “trabalha” com ele no lote. Para os homens e para as mulheres, os filhos “ajudam”, as mães “ajudavam” seus pais ou “trabalhavam” em casa. Na sequência, as esposas “ajudam” seus maridos, apesar do crescente grau de participação das mulheres na gestão e administração do lote. Para a assentada Cássia Castilho, sobre sua profissão atual: *“Agora? Do lar. Mas já fui da lavoura. [...]”* Sobre o marido: *“Ele planta, mexe com a horta [...] tudo que mexe com a horta. Eu ajudo ele.”* Quando questionada sobre a sua rotina, respondeu: *“A mesma que a dele.”*

Homens, mulheres e crianças desenvolvem um papel muito ativo dentro da estrutura de produção familiar e a herança cultural, a forma como os papéis sociais foram construídos, tanto para subordinação e dominação masculina também obedecem ao mesmo padrão de construção.

As relações de poder entre homens e mulheres, embora recorrentes, serão sempre carregadas de sentidos próprios de cada sociedade e de seu tempo. Além disso, temos de pensar que essas relações não se caracterizam como via de “mão única”, tanto porque o movimento se exerce nas duas direções entre os gêneros, quanto porque ele é atravessado por outras disputas, provenientes de outros “campos de força” que não ao gênero.(SCOTT, 1995, p. 121).

Se de um lado há um sujeito “dominador”, que manda, que determina, que rege a atuação e o desempenho de atividades de toda uma família, de outro lado existe uma mulher que não aceita simplesmente esta dominação, apesar de sempre ter vivido em ambientes em que tinham mulheres subordinadas às autoridades paternas e matrimoniais. Com a chegada dos filhos, esta herança cultural se propaga, fazendo com que os mais novos também considerem normal este tipo de relação entre os cônjuges e demais membros da família.

Existem espaços de resistência entre as mulheres: elas encontram brechas, assumem responsabilidades fora do espaço doméstico, diversificam suas atividades, enquanto muitos homens continuam restritos ao espaço da lavoura. A administração/direção do lote pode ser responsabilidade do homem, mas, por tratar-se da agricultura familiar, esta administração é dividida com toda a família. Para Hunt, “[...] as relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam; elas próprias são campos de prática cultural e produção cultural [...]” (2001, p. 09). Filhos, esposa e, em alguns casos, pessoas agregadas, que estejam de passagem pela propriedade também são responsáveis pelas atividades, ainda que autodenominem seu trabalho como uma forma de “ajuda”.

Ao entrevistar a assentada Alice Faustino, perguntou-se qual era a profissão de seus pais. Eis a resposta: “*A profissão dos meus pais é lavoura[...] só meu pai que trabalhava..*” (Assentamento Tamakavi). Para o seu marido, Valentim Eleotério, sobre a profissão de seus pais e sobre quem trabalha na propriedade, ele responde:

Meus pai era lavorista tamém, tratava rocinha dele, só, num trabalhava diarista, nem nada, só mexia só com a rocinha dele, mandioca, as coisinhas dentro de casa...eu trabaio quase todo os dia [...] Eu tenho um fio que me ajuda, mas muito pouco, mas o servicinho dele. Uma horta, uma hora tá trabaiano de carpinteiro, uma hora ta trabaiano de pedreiro. Sempre faz, pouco pega na enxada... A velha já não pode mais me ajudá [...](Assentamento Tamakavi).

O trabalho do filho, para o pai, é entendido como ajuda, e o fato da esposa estar doente significa que ela não pode mais “ajudar”. O que se vê, no cotidiano do assentamento, é homens e mulheres trabalhando na propriedade, juntamente com seus filhos, mas isso não pode ser visto como trabalho, é sempre uma “ajuda”. Para Woortmann & Woortmann, o

[...] processo de trabalho no espaço do que será o roçado replica, pois, os espaços sociais do homem e da mulher: o que o homem faz está referido ao espaço da produção e das relações externas; o que a mulher faz está referido ao espaço da casa e do consumo. O que o homem faz tem um uso alternativo: tanto pode ser insumo interno para a produção, como pode tornar-se mercadoria. O que a mulher faz tem apenas valor de uso no âmbito doméstico. (1997, p. 60)

Raramente os sitiantes ou mesmo assentados definem o trabalho da mulher como “trabalho”. Dentre os entrevistados, apenas um mencionou o fato de que a mulher e o filho “trabalham” com ele na propriedade. *“Trabaio eu, o Junio e a Vânia. O Junio, quando chega da aula, trabaia bastante...”* (Carlos Nogueira/Assentamento Tamakavi).

Até mesmo afirmou que a mãe “trabalhava”, mas era uma concepção de “trabalho” diferente da que define para sua esposa e filho.

A minha mãe também, sempre trabaioi, trabaioi até, que eu alembre, até 1992... ela trabaia sempre na casa, né, porque nós era bastante gente, era 12 irmão e meu pai criava mais dois neto ainda [...] Quando nós juntava todo mundo assim era um time de futebol e sobrava gente., então ela tinha muito serviço na casa. Ela era uma pessoa bem desgastada, ela faleceu com 57 anos e uma pessoa que morreu trabaioi, ô loco [...] ela não ajudava meu pai na lavoura [...]

Para Meyer (apud WOORTMANN; WOORTMANN, 1997), nem todos os homens assumem o trabalho dos filhos, pois isso pode caracterizar uma situação de precariedade na qual ele não tem possibilidade de contratar trabalhador de fora. Quando foi perguntado se ele conta com a “ajuda” de outras pessoas, o mesmo assentado diz: *“Não, num pode assim contá*

que tem ninguém [...] às vezes tem alguma pessoa que ajuda, tipo assim, um serviço que eu num sei fazer, ou a Vânia num sabe fazer ele ganha, ele recebe, num é assim aquela parceria [...]”.

Mesmo que ele não saiba a função, ainda assim alguém poderá ajudá-los:

O homem define a direção porque o pai de família é socialmente concebido como o possuidor do conhecimento necessário para realizar a produção. Esse conhecimento é condição própria da posição de pai de família, que repousa não somente na posse da terra – ele é também *dono* –, mas igualmente no saber que a torna terra de trabalho. Outros homens adultos – e freqüentemente também mulheres – conhecem perfeitamente todas as etapas do processo produtivo, seja na lavoura, seja no criatório de gado. Mas o pai de família é como que o “dono” do saber, componente da hierarquia familiar. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 38)

O “trabalho” do homem refere-se ao campo, à produção propriamente dita, enquanto que o espaço feminino está centrado no trabalho dentro de casa, ou então, no cultivo da horta. A própria concepção de trabalho é outra, de acordo com o sexo de quem executa a atividade, ou ainda, de acordo com a posição que ocupa na hierarquia familiar.

[...] na relação consumo alimentar-trabalho não se leva em consideração o total da jornada efetivamente realizada, mas apenas o que é socialmente trabalho – vale dizer, ideologicamente – definido como *trabalho*: as atividades do roçado e com o gado. Subtraem-se, portanto, do total da jornada, as horas empregadas na cozinha e mesmo no quintal (onde a mulher cultiva, como vimos, os temperos e algumas verduras) e as demais atividades domésticas que liberam a força de trabalho masculina, inclusive tarefas definidas como pesadas pelas mulheres, como rachar lenha. A tarefa de transformar o produto do roçado em comida não é computada, visto que não está incluída na categoria *trabalho*. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 52)

Apesar do caráter de agricultores familiares, de funções desempenhadas, às vezes, sem distinção sexual, “[...] as relações entre o masculino e o feminino só se tornam reconhecíveis, em toda a sua extensão, quando associadas aos muitos outros sistemas de poder e

subordinação [...]” (COSTA, 2003, p. 196). Numa outra entrevista, o assentado Aidil Silva fala sobre o “trabalho” na propriedade, no tocante a uma inversão de papéis, onde ele analisa as condições dele “trabalhar” na casa. *“Só na roça, né [...] mexê cum panela num é comigo, não [...]carpo, roço, tudo quanto é servicinho que aparece eu faço [...]”* (Assentamento Lagoa Grande).

Sobre a ‘ajuda’ de alguém ele diz: *“A mulhé e os minino ajuda...”* Para este assentado, o trabalho da casa está centrado no ato de cozinhar e ele assume não ter afinidades com a questão alimentar, no que se refere ao trabalho de preparar o alimento. Para a esposa, o “trabalho” dela na lavoura é uma “ajuda”.

Eu ajudo um pouco [...] não é direto, é difícil né, tem as crianças...pra fica levando pra roça.Quanto eu posso eu ajudo a colhe a mamona, a carpi [...] Eu tenho que de manhã eu tenho que lavá a roupa, né, faze almoço, pras criança i pra escola. Quando sai dois pra escola, aí uma hora da tarde chega a outra, né, que também estuda em Itaquiraí. Na parte da manhã eu fico sozinha com o serviço de casa. Porque a minina estuda, né, num dá nem conta do serviço dela... (Luiza da Silva/Assentamento Lago Grande).

No tocante à inversão de papéis, sobre o que cada um poderia desempenhar na propriedade, ela acrescenta: *“Se depende dele, pra cozinha um arroiz, eu morro de fome!”* (risos). E ela complementa:

A única coisa que se eu acho que se eu for fazê eu num consigo é roçá [...] roçá num é pra mim não [...] eu imagino que não. Em casa eu acho que tudo dá pra fazê, né. Não tem nada [...] Acho que é normal um homem passá roupa, varrê terrero, varrê casa, eu acho que um homem que dá valor pra mulher, que quer ajuda, ele faz. Num acho estranho não. (Luiza da Silva/Assentamento Lago Grande).

Em outra entrevista, desta vez com a Presidente da Associação dos Produtores do Assentamento Tamakavi, o caráter de “ajuda” também se faz presente, inclusive na atuação do filho na propriedade: “O meu filho ajuda nós[...].” (Maria das Graças Garcia/Assentamento Tamakavi). A definição dos papéis parece ser diferente, mas, à medida que vemos toda a sua fala, percebemos que ela também cumpre papéis determinados historicamente, apesar de ser a responsável pelo incremento da produção de cerca de 70% das famílias assentadas. É ela quem administra e orienta os produtores em questões bancárias, como crédito rural, legalização de documentos junto ao INCRA e demais atividades relativas à gestão dos lotes. Ela nos diz:

Aqui na casa eu trabalho e lá fora eu ajudo ele a carpi, a colhe, de tudo. Só não tiro leite. Buscá vaca, bezerro fechado, tudo é eu, eu ajudo. Saio também pra fazer curso, né... gosto também de participar dos curso, to participando do curso de pintura, vê se eu pego diploma no final do ano [...]tem também o curso de cesta, tô aguniada pra mim vê come que é, né, porque a gente que é mulher[...]e tem o serviço da casa. (Maria das Graças Garcia/Assentamento Tamakavi).

Pareceu-nos um tanto instigante conhecer as atividades desempenhadas por ela e que no próprio entendimento dela, constituíam apenas uma “ajuda”. Optou-se, então, em pedir uma rotina detalhada de suas atividades. Eis a descrição:

Eu acordo às quatro e meia da manhã, eu faço café, né, primeiro eu vou lava o rosto, escova os dente, aí volto, faço o meu cafezinho, aí arrumo os balde de leite pra eles, né, os paninho pra eles carrega pra limpa as teta das vaca, né, que a gente é acostumado a fazê isso, né aí eles tomam café e já vai pra mangueira [...] e eu já vou de manhã cedo arrancá mandioca, que eu tenho uma carriola, inclusive tá lá, cum mandioca macetada [...] eu pego a minha carriola, vô lá, arranco a mandioca, encho a carriola de mandioca, venho pro pilão e soco, soco, soco três quatro baldão de mandioca daquele e ponho em cada lugar da entrada da casa, do fundo da casa e num cercado, que eu tô com umas galinha no cercado ali. Aí cabo ali, vô cascá milho, casco uma carriola de milho, aí dibulho naquele dibulhador ali, depois pego uma vasilha, um baldão, trituro né, faço o xerém das galinha né, as quierinha que eles falam né, jogo lá que eu tenho um cercado, onde meus franguinho, só come os franguinho, não as galinha, aí jogo lá, trato lá e venho pra dentro de casa. Aí eles já vinheram, vô ferver o leite, faço uma merendinha pra eles, eles tomá café, aí eles

vão cuidá da mamona, eles vão trabalhá na mamona. Aí vô agué a minha horta. Agoó a minha horta ta [...] venho pra casa. Aí dexo a minha nora aqui e vô pra roça trabalhá com eles. Aí só venho na hora do almoço. Aí é o segmento né. Tem dia que tem ropa pra lavá aí eu lavo ropa depois do almoço. Dia que num tem, eu continuo ajudando eles na roça. É mamona, é milho, o que tiver. Eu carpo também, eu faço colheita junto com eles[...]

As mulheres aceitam suas funções e têm dificuldades, elas próprias, sem perceber seu “trabalho” como trabalho. Já houve uma incorporação do sentido da “ajuda” e fica cada vez mais difícil romper com este modelo, à medida que elas nasceram e foram criadas num esquema de dominação masculina e subordinação feminina.

A participação social pode ser efetiva, contribuir no ganho e no sustento da propriedade e da família pode ser uma grande tarefa para ela, mas o responsável pelo lote é o homem, o provedor, quem dá a direção dos processos de trabalho na produção. Muitos nem se manifestam em favor da família, que “trabalha” com ele no lote. Para os homens e para as mulheres, os filhos “ajudam”, as mães “ajudavam” seus pais ou “trabalhavam” em casa. Na seqüência, as esposas “ajudam” seus maridos, apesar do crescente grau de participação das mulheres na gestão e administração do lote.

Apesar de que nem todos os agricultores assentados têm tradição na agricultura, estes reproduzem modelos de relações homem/mulher estabelecidas no campo, provavelmente a partir de uma herança cultural. A relação de subordinação e dominação na vida do casal é algo já conhecido, provavelmente vivenciado a partir da mais tenra idade, enquanto filhas e irmãs. As mulheres não reproduzem simplesmente o comportamento de suas mães, não se sentem à vontade nessa relação de dominação masculina e subordinação feminina, onde não podem assumir seus direitos e deveres como trabalhadora rural, assim como os homens o fazem.

Um fator que nos pareceu importante e diferencial neste trabalho diz respeito ao enfoque, voltado tanto para o papel do homem e da mulher. Não tivemos a pretensão de discutir, como em tantos outros trabalhos, apenas o papel da mulher, mas sim o papel dos dois e a forma como estes se configuram em padrões em nossa sociedade, tão arraigados que se torna muito difícil para homens e mulheres romperem e conduzirem suas vidas de outra forma.

Trabalho leve X trabalho pesado

O trabalho de homens e mulheres tem uma dimensão extremamente importante na agricultura familiar. Em primeiro lugar porque a manutenção da propriedade depende única e exclusivamente dessa mão-de-obra; em segundo lugar, porque os espaços da produção são também os espaços da reprodução social, principalmente de comportamentos voltados à dominação e subordinação se entrelaçam.

Sendo o chefe da família quem determina as tarefas dos membros da família no espaço da roça, no espaço da casa, as tarefas domésticas são conduzidas e determinadas pelas mulheres. Ficando sob seus encargos cuidar da casa, dos filhos, do marido e da alimentação, as mulheres também ocupam seus postos e os homens têm dificuldade em penetrar nesse universo. Quando eles vão à cozinha, também não tem sua atuação reconhecida como um trabalho. Isso acontece não somente porque vão esporadicamente, para fazer um café, preparar uma refeição, mas também porque até para os homens esse espaço é feminino. Para as mulheres, os homens raramente “ajudam” no serviço doméstico.

As mulheres cresceram, muitas delas, sendo ensinadas e preparadas para assumir essas atividades. Por isso é tão difícil, até para elas mesmas, enxergarem suas atividades como um

trabalho. É um cuidado, um zelo para com a casa, a família. Cozinhar, lavar roupas, cuidar da casa implica em garantir a manutenção de todos os membros da família. É uma rotina tão arraigada, que já faz parte delas, embora muitas prefeririam estarem livres para realizarem outras atividades. Sendo rotina, aos olhos delas, dos demais membros da família e para a própria sociedade, não tem valor comercial do mesmo modo que outras atividades econômicas têm. Sendo assim, é muito comum não ter visibilidade, embora quando esta rotina não é exercida no âmbito familiar, todos se dão conta do que não foi feito: cobranças de que faltou alimento, roupas ou mesmo do que falta fazer na casa, na horta etc.

Quando as mulheres terminam de cumprir suas atividades na casa, no espaço da horta, do quintal, ficam “livres” para “ajudar” seus filhos e seus maridos nas atividades da roça. Após uma longa jornada de trabalho, elas dedicam de 4 a 6 horas em atividades na lavoura, cumprindo as atividades que foram designadas para ela, em função de sua capacidade, do que é permitido, do que seu marido permite que ela faça, que ela ‘ajude’.

Quando se computam as horas trabalhadas por homens e mulheres, freqüentemente encontramos dupla e tripla jornada de trabalho para as mulheres, pois além de ter que trabalhar em casa, as mulheres trabalham na lavoura e retornam para o ambiente do quintal, para serem responsáveis pela janta e organização da casa ao final do dia. A maioria das mulheres entrevistada no Assentamento Tamakavi trabalha de 14 a 16 horas por dia. No caso do Assentamento Lago Grande, as mulheres trabalham muito mais no serviço da casa, sendo responsáveis por tudo, mas geralmente cuidam da horta, do quintal, do galinheiro. Nem todas as mulheres fazem o serviço na lavoura, juntamente com seus maridos, o que não impede de afirmarmos que elas também cumprem uma dupla jornada de trabalho.

Vemos que, em outras propriedades rurais, de agricultura familiar, mas que não fazem parte de assentamentos da reforma agrária, as mulheres também trabalham e se ocupam, todos os dias, do trabalho no espaço da casa, do quintal, desempenham muitas atividades

semelhantes. Muitas delas também têm dupla jornada de trabalho, cuidam de tudo aquilo que fica próximo ao seu espaço doméstico. E esta semelhança é a que mais se aproxima das mulheres do Assentamento Lagoa Grande. A situação vivenciada nos sítios em que os maridos trabalharam é transferida para a vida no assentamento. A relação que estas mulheres têm com a terra é diferente daquelas mulheres que permaneceram tantos anos em acampamentos, pois é como se tivessem sido contempladas com uma propriedade, como nos disse a assentada Marilda Campos, do Assentamento Lagoa Grande: *“Nóis tivemos a sorte de ganha essa terra, então, vamo tenta trabalha aqui e vê se a gente consegue melhorar de vida...”*

Neste momento, para os homens, é como se elas fossem responsáveis por cumprir atividades mais leves, mais fáceis, menos prejudiciais à sua segurança e saúde. Entra em cena a questão: o que é trabalho leve para a mulher?

O preparo dos equipamentos e limpeza dos materiais necessários para ordenhar a vaca, por exemplo, que consiste em lavar, esterilizar, por exemplo, fica como uma atividade feminina. O preparo do café da manhã, organização da casa, cuidar dos filhos, do almoço, das galinhas, dos porcos, varrer o terreiro, são atividades atribuídas às mulheres. Na seqüência, cuidar das roupas, mantê-las limpas, passadas, organizadas também. Na lavoura, capinar, ‘ajudar a fazer cercas’, semear, colher, também são atividades entendidas como leves, cabendo então às mulheres realiza-las. Brumer e Freire (1983/1984, p. 318), ao estudar a situação previdenciária de agricultoras no sul do Brasil também identificou essa divisão, que se encontra internalizada por muitos homens e mulheres, mas que difere, por ser uma distinção e determinação construída culturalmente, podendo variar em diversas regiões do país.

[...] na divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. À mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve.

Mas os encargos domésticos também exigem atividades pesadas, que não são contabilizadas pela família. As próprias mulheres também não conseguem, muitas vezes, enxergar seu trabalho doméstico, pelo fato de ser cansativo, repetitivo, não visível, pois precisam repeti-lo no dia seguinte e nos próximos também. Brumer (2004) reforça a questão do poder que elas exercem dentro desse espaço, pois são elas que determinam o que será adquirido para o sustento da família, quais as reais necessidades de roupas, objetos e outros utensílios que a “casa” precisa.

Já apresentamos aqui uma breve discussão sobre os cursos que os órgãos de extensão rural oferecem para as mulheres nos assentamentos. O produto desses cursos, trabalhos manuais, fabricação de queijos, pães, cucas, muitas vezes são comercializados, ainda que em valores bem menores do que a renda obtida com a venda do leite, do algodão, da mandioca. Mas essa renda entra como complementar a renda que a família obtém no lote e acaba provendo uma série de despesas que possuem.

O trabalho dos homens, como já foi dito, está mais voltado à questão produtiva do lote e, por sua vez, tende a ser mais valorizado e reconhecido pela visibilidade, pela quantidade que se extrai dele. Ao final de uma colheita, os lucros (quase!) sempre são muito maiores do que aquele que as mulheres obtiveram.

Com relação aos filhos, a situação é a mesma. Os filhos homens também se identificam e desempenham esse trabalho ‘pesado’ com seus pais. As filhas mulheres se igualam às mães, até porque ficam muito mais restritas que as mães ao espaço doméstico,

quase sempre as substituem para que as mães fiquem livres para ajudar o pai, principal provedor.

Essa distinção entre o trabalho de homens e mulheres é culturalmente incorporada, apesar de que entre agricultores com tradição em agricultura familiar, com trabalho familiar na produção a situação se modifica um pouco, pois ambos trabalham na propriedade, mas Brumer (2004) salienta que essa distinção entre trabalho leve e pesado ainda persiste. O trabalho comparativo de Woortmann (1995), realizado entre Rio Grande do Sul e Sergipe mostra que essa organização do trabalho familiar envolve também a reprodução de relações econômicas e simbólicas. Para os nordestinos, a ajuda da família caracteriza uma fraqueza do homem em prover o sustento de sua família.

No cotidiano da agricultura familiar, algumas atividades são melhores desempenhadas por mulheres, principalmente quando é necessário colocar em prática uma série de habilidades, ao mesmo tempo. No Assentamento Tamakavi, por exemplo, algumas famílias comercializam mamona e vendem para uma empresa na cidade de Araçatuba – SP, por R\$ 1,00 (hum real) o quilo. A colheita é uma atividade desenvolvida pelos homens. A separação do que foi retirado da planta e o preparo para embalar e comercializar é feito pelas mulheres da propriedade.

No Assentamento Lagoa Grande também foi encontrada uma situação semelhante. Existe uma fábrica de doce de leite e canudos para os restaurantes da cidade de Dourados e também vendem parte da produção, recheados com o mesmo doce, para bares e padarias da região. Como diversas etapas já estão mecanizadas, o marido e os filhos operam o maquinário, despejam o leite, lidam com os fardos de açúcar e entregam a mercadoria, depois de pronta e embaladas. Todo o processo manual da elaboração dos canudos, até serem embalados, é feito pela esposa e pelas suas filhas.

Para Brumer (2004), as mulheres e suas filhas acabam realizando algumas atividades que exigem delicadeza, repetição, organização, que os homens consideram menos importantes e também frágeis, deixando-as para as mulheres realizarem. A comercialização de produtos, prepará-los para a venda, são atribuídas a elas. A parte pesada, de plantio, preparação, manutenção, colheita e separação são atividades desenvolvidas pelos homens, precisa ser forte para executá-las.

Não somente a comercialização, mas todo o sustento da família, a manutenção de suas necessidades, seja através de atividades econômicas, ainda que indiretamente acabam por dividir os encargos de acordo com o sexo de quem as executa. A visibilidade do trabalho feminino necessita ser expresso, ou seja, as próprias trabalhadoras devem incorporar o valor ao trabalho que executam, pois ele é fundamental para todos que ali residem e dele dependem. Apesar de estar culturalmente enraizado como condição feminina, as mulheres precisam romper com essa tradição de naturalização do que elas devem fazer e sempre fizeram, sem reconhecimento, pois assim vão permitir que os homens e elas próprias possam enxergar também o valor deste trabalho, igualmente importante e necessário, não cabendo ser diferenciado de acordo com o lucro que dele se arrecada.

Há uma atividade desenvolvida nos assentamentos que freqüentemente divide os encargos entre os homens e mulheres, pois ela necessita de produtos que ficam no espaço da roça e também da casa, que é manter o fogão de lenha. Utilizado tanto para preparar a alimentação, como também para acelerar o processo de limpeza das roupas e panos utilizados no serviço de homens e mulheres - pois muitas roupas são fervidas - o fogão a lenha necessita da força masculina para alimentá-lo com a lenha, trazida da área da roça, colocar e retirar alguns tachos do fogo. Quando estão muito pesados, são os homens que fazem estas atividades. Eles ou elas alimentam o fogão, ambos dividem esse encargo de colocar e retirar os tachos, pois quando são panelas menores, do dia-a-dia, são elas que fazem esta função.

A relação das mulheres com os homens, sejam da família ou não, no espaço do acampamento, é uma relação de igualdade, de participação, de luta. Todos estão envolvidos nos movimentos sociais, dividem as tarefas, se envolvem nas diversas esferas da questão agrária. Se precisam ir em reuniões, falar com autoridades ligados aos órgãos oficiais, freqüentemente vemos mulheres nestas ações. Após a chegada no assentamento, estes espaços diminuem. Os encargos com as tarefas domésticas acabam por restringir a atuação das mulheres ao âmbito da casa. A maioria delas já não conseguem liberação de sua rotina pra participar de reuniões com o INCRA, IDATERRA, bancos etc. Estas atividades são, na maioria das vezes, desempenhadas pelos homens, embora elas façam parte dos sindicatos, ainda que não ocupem cargos de liderança.

É muito comum, nos assentamentos, encontrarmos mulheres que estão sindicalizadas, mas que não ocupam os principais cargos de chefia. Se os movimentos sociais privilegiam pessoas que tem uma tendência natural a agirem como chefes, maior versatilidade e aptidão para falar em público, por exemplo, esses espaços não são destinados às mulheres. No Assentamento Tamakavi, após a administração dos produtores do assentamento ter sido ocupado por um homem, que acabou negligenciando os interesses coletivos em função de interesses pessoais, o mesmo foi destituído. Por esse motivo – o desapontamento com um dos líderes – uma mulher foi indicada para ocupar o cargo e está à frente do sindicato há quase um ano. Essas esferas de chefia e liderança somente são destinadas às mulheres quando estas não deram bons resultados nas mãos dos homens, como se valesse a pena tentar a liderança com uma mulher, já que com o homem não deu certo. É como se elas fossem a última opção.

O número de homens e mulheres sindicalizados é praticamente o mesmo mas, ainda assim, elas não conseguem se impor para reivindicar liderança e maior participação, por exemplo. Sobre esta participação, Paulilo (2004) diz que, apesar do número de mulheres



sindicalizadas ter aumentado na última década, de terem o status de produtoras rurais, essa sindicalização não provocou, na mesma ordem, a politização.

A participação nas assembléias e reuniões envolve também uma questão muito importante que é a subordinação ao marido. As mulheres não vão se opor, enfrentar as decisões dos maridos frente aos outros, em espaços públicos. O fazem, muitas vezes, mas no âmbito familiar, em casa, sem que os outros saibam e percebam que ela diverge das idéias do marido, o que seria uma afronta perante as outras pessoas do assentamento.

A aparente dominação masculina, muitas vezes, é só aparência. As mulheres, inicialmente voltadas para as questões mais abrangentes dos Sem-Terra, agora 'parecem' se ocupar somente das lidas domésticas. No cotidiano, vemos mulheres que usam diferentes estratégias para romper este estigma, mas elas o fazem de outras formas. Essa não participação em esferas públicas é uma forma de violência simbólica, como afirma Bourdieu (1995).

Não foi expresso, nas entrevistas realizadas, a ocorrência de violência física contra as mulheres. Soubemos de um caso de abuso sexual infantil, de um pai, viúvo, contra a própria filha, de 12 anos, que era portadora da Síndrome de Down, que já havia sido encaminhado ao INCRA, que por sua vez, já havia tomado as devidas providências junto ao Conselho Tutelar, para retirar a criança do lote e desta situação extrema de violência. Este caso causava extrema indignação em todas as mulheres, mas nunca foi relatado por nenhum homem durante as entrevistas. A assentada Marilza Dias nos contou:

Olha, ali naquele lote, não vai lá não [...] o pai, que não tem mulhé, fica fazendo as coisa com a filha que é doente da cabeça [...] ninguém queria faz nada, o pessoal tava com medo, porque ele bebe, mas a gente [as mulheres] chamou o pessoal do INCRA e contamo tudo [...] é um absurdo, mas eles tiraro a menina daqui coitada

[...] Sem mãe, o que que ela podia fazê? [...] Os home ficaram tudo quieto, com medo do outro fazê alguma coisa...

Este relato, é semelhante a muitos outros que ousaram romper este silêncio para nos contar um grave problema que as famílias conviviam e que, após não agüentarem mais esta situação de abuso, contra uma criança, as mulheres rompem o silêncio, sem medo das conseqüências. Esta coragem, esta força das mulheres é também vista em muitas outras situações, como nas reivindicações por melhorias nos assentamentos.

Em ambos os assentamentos, as mulheres se mobilizam pra pedir um posto de saúde, para solicitar dentista – um problema que necessita de urgência em ser atendido pelas autoridades locais – enfermeiro de plantão, solicitação de transporte e até mesmo a criação de igreja e a vinda constante de um padre para os assentamentos. As maiores necessidades das famílias assentadas, no que depende dos órgãos públicos, são solicitadas pelas mulheres, o que mostra a força da mobilização que elas têm. Mas estas ações são feitas por elas, entre elas, os homens não participam desses processos, em que elas tomam a frente.

A religiosidade é muito importante para as famílias. Algumas igrejas já foram construídas, outras ainda não, mas nada impede que os assentados religiosos se reúnam. No Projeto de Assentamento Lagoa Grande, os assentados improvisaram um altar ao ar livre e ali, domingo sim, domingo não, fazem a missa, com um padre que vem da Igreja Católica localizada no jardim Flórida, localizado num bairro de Dourados.

Para contemplar outros fiéis que moram distante deste altar, todo mês ele muda de local, para que as outras famílias também possam participar das missas. Outras igrejas, como a Congregação Cristã do Brasil, Assembléia de Deus, Igreja da Brasa Viva e Evangelho

Quadrangular do Brasil já possuem prédio próprio nos Assentamentos, e foram construídas através de mutirão, entre os assentados.

Dentre as famílias dos assentamentos Lagoa Grande e Tamakavi, nem todos têm seus documentos pessoais. Nas famílias do Tamakavi, que permaneceram acampadas, muitos homens e mulheres estão agora retirando seus documentos e regularizando seus créditos para poder obter os financiamentos do PRONAF e outros créditos rurais. As mulheres, que não têm o lote em seu nome, ainda não se mobilizaram para regularizar sua situação. Atualmente, com a possibilidade de participarem de uma linha de crédito específica para mulheres, acreditamos que elas vão buscar reverter esse quadro. As mulheres do Assentamento Lagoa Grande, que já trabalharam em fazendas ou mesmo acompanhavam os maridos quando estes eram funcionários de outras propriedades, já possuem seus documentos e já estão se organizando para receber as linhas de crédito.

Em todos os lotes por onde andamos, encontramos homens que já haviam sido aposentados, mas não mulheres. A extensão da aposentaria para as mulheres trabalhadoras rurais, exigiu que elas fossem reconhecidas como trabalhadoras rurais, o que foi extremamente difícil pelo fato de que seu trabalho constantemente visto como ajuda, ser considerado invisível. Serem reconhecidas como trabalhadoras rurais foi uma grande conquista, mas que exige que seus nomes sejam incluídos nos talões de comercialização de produtos, um valor simbólico que torna visível o reconhecimento e valorização de seu trabalho, representando uma conquista, que antes não tinham (VAN DER SCHAAF, 2003).

Algumas famílias ainda não conseguiram adentrar ao mercado, por dificuldades de produção, portanto, essas mulheres terão muito mais dificuldade para conquistarem seu benefício.

Os homens não recusaram essa incorporação do nome das mulheres, segundo Brumer (2002) porque não os afetou diretamente, mas principalmente porque a possibilidade de receber uma aposentadoria, na prática, significa que eles – a família – terão a oportunidade de receber mais uma renda complementar, que eles também poderão fazer uso. O acesso ao crédito provém de uma linha especial para elas, mas elas são incentivadas a abrir a conta no banco conjuntamente com os maridos.

Para as mulheres assentadas, serem consideradas agricultoras ou trabalhadoras rurais é uma grande conquista, permite reconhecimento de sua condição, poderão ter um pouco mais de liberdade, principalmente para poder investir seu dinheiro, poderão decidir o que e como será comprado, ainda que destinem sua renda para o próprio lote e suas famílias sejam as maiores beneficiárias.

Outro valor simbólico do acesso das mulheres à previdência social rural como beneficiárias diretas é a percepção de que foram partícipes das conquistas, o que aumenta a consciência sobre seus direitos. No entanto é preciso dizer que nem as mobilizações das quais têm participado, nem a conquista de direitos sociais, nem o aumento da percepção de 'direitos' de um modo geral, leva essas mulheres a questionar as relações de gênero no cotidiano de suas relações pessoais (BRUMER, 2002, p. 16).

Assim como acontece com outros aposentados no Brasil, o benefício acaba sendo utilizado para comprar remédios e também para ajudar na criação dos netos, pois os filhos têm muita dificuldade para manter a prole, o que obriga os avós a despenderem parte do seu limitado recurso nesse tipo de gasto.

Para muitas mulheres que hoje são assentadas e agricultoras, estar nessa condição não foi simplesmente desejo próprio, mas a vida as levou a isso. Filhas de agricultores, peões de

fazenda e lavoureiros, elas se casaram com homens que, na maioria das vezes, tinham a mesma profissão que seus pais, se conheceram nesse espaço. Gostam da vida no campo, mas, se pudessem, estariam ocupando outros espaços, como nos conta a assentada Tânia Soares, do Assentamento Tamakavi:

Eu gostaria de fazê assim, ai, sei lá, eu tinha vontade de sê contadora assim (risos) [...] contabilidade assim, eu tenho muita vontade, saí de casa sabe, escrevê bastante, atendê telefone (risos), tudo isso (risos), mexê com dinheiro assim né, gostoso né, mais pra isso né tem que estudá, tem uma responsabilidade né, tê ordem, é o sonho da gente né (risos), sonhá não paga nada... (risos)

Este é um dos relatos que mais nos impressionaram, pois deseja coisas simples e que podem passar despercebidas para muitas pessoas, que atendem telefone, mexem com dinheiro, lidam com o público durante todo o dia, mas não percebem o quão interessante suas profissões são, aos olhos de outras pessoas, como Tânia. Sua simplicidade e humildade nos chamaram muita a atenção, principalmente porque ela está circunscrita ao espaço doméstico, seu marido a obriga a cuidar do galinheiro, coisas que ela alega não ter afinidade, por não ter tido nenhuma profissão, diz ela, apenas ter trabalhado como babá:

É eu ajudo assim, pra falá a verdade não sô assim bem de ficá atrais das galinha o dia intero não (risos) [...] é ele (o marido) que só fala (risos), as vezes ele puxa e fala assim, *Tânia sê tem que cuidá mais das galinha, sê tem que saí de dentro de casa, sê tem que fazê ninho de galinha, sê tem que procurá ovo né*, e eu já sô meio desligadona assim sabe pra (risos), falta de costume eu acho né (risos).

Sua casa é impecável, com painéis de alumínio que brilham. Entendemos que este zelo, este cuidado excessivo com a casa esteja diretamente relacionado às relações de poder dela, entre outras mulheres. Elas competem entre si, em pequenos espaços, nas esferas de

poder que possuem. Ali, se mostram melhores e mais poderosas que outras, nas pequenas brechas do poder, sendo então consideradas trabalhadeiras demais. Ela tem dois filhos pequenos, a residência da família ainda está em fase de conclusão e também foi eleita “Miss”, considerada por todos, homens e mulheres como a mulher mais bonita do Assentamento Tamakavi. Para ela, no seu íntimo, acreditamos que seja um grande prêmio, embora ela não tenha se referido a isso nas entrevistas, porque o marido não gosta – talvez até a proíba - que ela comente com ninguém, temeroso, talvez, de que possa despertar outros olhares para ela.

Nas relações familiares, encontramos as relações conjugais, aliadas às questões de trabalho, todas interligadas, sendo impossível separá-las. Tais relações são desiguais e denotam, a todo instante, as diferenças e desigualdades de gênero. As relações de trabalho expressam diferenças de gênero, como a divisão de tarefas, a subordinação e a dominação, ao mesmo tempo em que um determina a condução das atividades do outro. Onde está escrito: mulheres devem fazer isso ou somente aquilo? Aqui os homens não podem atuar? Quem dividiu as tarefas no lote, de modo que ninguém possa transpor essas barreiras?

Para os homens, acostumados a conduzir o trabalho na propriedade, reconhecer que os espaços da propriedade familiar são de todos é quase como perder um espaço, que desde cedo aprendeu que seria seu. Invadir os espaços femininos, também não lhes parece coisa de homem, pois aprenderam que a roça e a lavoura, são espaços masculinos e a cozinha pertence às mulheres.

As relações desiguais podem se reproduzir dentro de um modelo mais democrático de propriedade e uma das razões é o fato de que as relações afetivas que permeiam as relações familiares, de vizinhança e de comunidade, geralmente se constituem em instrumento para abafar os confrontos. É difícil manter a afetividade em relações desiguais e onde o companheiro tem autoridade de patrão, além de chefe da família (PAVAN, 1998, p. 138).

A divisão do trabalho, se não fosse tão fortemente delimitada, permitiria o reconhecimento do trabalho feminino e sua conseqüente valorização. Ambos, homens e mulheres poderiam rever esses princípios que regem suas vidas, transpor as barreiras e implantar uma nova forma de atuar no espaço do lote, mais participativa, mais democrática, mais própria do seu modo de viver.

As mulheres aprenderam a lutar de um outro jeito, mais ligado ao cotidiano, com menos embates, sem confrontos, enfrentamentos, não sendo competitivas com os homens, mas foram ensinadas a ser assim, assim como os homens aprenderam a ser do jeito que são, a tratar a família como seus pais e seus avôs trataram suas famílias também. O problema é considerar que o jeito do homem é que está certo, diz Van der Schaaf (2003).

Salvaro (2004) defende que os espaços devem ser transpostos, não são muros proibidos de que homens e mulheres possam alternar entre esses ambientes dentro da agricultura familiar. Para a autora, é impossível pensarmos a jornada de trabalho de homens e mulheres sem considerar os afazeres domésticos, que tanto ocupam as mulheres e as impedem, muitas vezes, de se dedicar tanto quanto os homens na roça.

Qualquer estudo que venha a contemplar o trabalho familiar na agricultura familiar, deve discutir tais questões, pois elas incidem em todos os espaços, de participação e até mesmo de ausência das mulheres em outras esferas. Ter filhos pequenos para cuidar, ter muitos filhos, não receber o trabalho dos outros membros da família no trabalho do quintal, no cuidado da horta também as impede de poderem ficar livres para atuar nas outras esferas socialmente valorizadas e exercidas pelos homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar nos assentamentos rurais do Estado de Mato Grosso do Sul não difere muito da realidade encontrada por outros pesquisadores. As questões de gênero, que abrigam e envolvem uma grande diversidade de homens e mulheres, expressa essa pluralidade encontrada neste estudo comparativo.

Não se tratam de ambientes estáticos, prontos e acabados. São sempre processos em construção, aonde as falas de homens e mulheres vêm carregadas de sentido, de pontos de vista, de opiniões, que às vezes passam despercebidos aos ouvidos desavisados. Existem muitas questões que preocupam homens e mulheres, mas a principal bandeira de luta se mantém viva, todos os dias. Luta-se para plantar, para trabalhar, para comer, para viver, para ter direitos e também deveres, como todos os outros.

A partir do ano 2000, os assentamentos criados no Brasil têm emitido os títulos em nome do casal, com igualdade de direitos, o que têm gerado maior segurança e estabilidade para as mulheres, pois, existem casos em que os maridos negociavam as benfeitorias realizadas no lote e o vendiam, sem autorização da esposa. No Projeto de Assentamento Lagoa Grande, fomos informados de que duas famílias o venderam e retornaram para a cidade. Em ambos os casos, as esposas foram contrárias à decisão de seus cônjuges, mas nada puderam fazer para impedi-los. Se esses contratos de assentamentos já tivessem sido feitos em nome do casal, talvez isso não tivesse acontecido. As mulheres não abrem mão do teto que abriga seus filhos, é por elas próprias e por eles que elas lutam.

Nos dois Assentamentos estudados, as famílias dividem a posse e são responsáveis pelas benfeitorias feitas no lote, mas, de acordo com a ficha cadastral disponível no INCRA, com dados separados por número do lote e data de criação do assentamento, somente o nome

dos maridos é que constam na relação de beneficiários. O nome de esposas e filhos constam apenas nas fichas individuais dos beneficiários, como se não fossem trabalhadoras dessas terras também.

Acreditamos que as novas mudanças no sistema de cadastro das famílias e também a instalação e abertura de novas linhas de crédito voltadas para as mulheres representam a oportunidade de que as mudanças também cheguem até a administração do lote, podendo alterar a divisão de tarefas e, principalmente, permitir que as mulheres tenham um papel mais decisivo no desenvolvimento e manutenção da propriedade. Hoje, na prática, sabemos que para muitas famílias a linha de crédito para as mulheres é percebida apenas como mais uma forma de obter crédito rural, não necessariamente significa uma mudança de postura frente ao papel atribuído às mulheres nos assentamentos. Tanto para as mulheres que viveram em acampamentos, quanto para as mulheres que vieram de sítios e fazendas. Elas são agricultoras, trabalham como agricultoras e merecem ser reconhecidas como tal.

As mudanças são construídas cotidianamente, nas relações matrimoniais, na intimidade, no espaço doméstico, na roça, na educação dos filhos, nas reivindicações, nas conquistas que buscam e não deixam de lutar. Homens e mulheres percebem seus papéis, dão continuidade aos modelos impostos pela educação que receberam. Agem como se não fosse possível transpor tais barreiras. Muitas atividades que hoje são divididas sexualmente precisam ser revistas, pois isso permitirá maior reconhecimento do trabalho feminino e, principalmente, permitirá que os filhos já passem a vivenciar um novo modelo de relações de gênero, onde os homens e as mulheres atuam juntos, construindo seus espaços, buscando a equidade de gênero.

Conhecemos muitos homens e muitas mulheres. Eles nos transformaram, nos mostraram que os seus papéis sociais e os de outros não estão concretizados, não são simplesmente modelos copiados de uma tradição familiar. Mesmo dentro dos movimentos

sociais, a questão de gênero muitas vezes é incorporada como um discurso, mas não é levada adiante como realmente deveria ser, uma conquista de homens e mulheres, que implica uma mudança de mentalidade, construir novas relações, a todo instante, e não somente ser discursada como uma meta a ser atingida.

Um caminho possível para a igualdade seria reconhecer o trabalho feminino e sua conseqüente valorização. Ainda que sejam traços de uma rígida e tradicional educação, desde pequenos, esses princípios regem suas vidas. Dessa forma, fica muito difícil implantar uma nova mentalidade de produção e participação no espaço do lote.

Pensar no espaço das relações de gênero, na agricultura familiar, somente enquanto o *lôcus* de subordinação feminina e dominação masculina seria minimizar os sujeitos que ali vivem. Homens e mulheres estão, a todo instante, revendo seus papéis e o do outro, num processo dinâmico de repensar as práticas sociais e culturais.

Os papéis sociais dessas mulheres e homens são redefinidos. Se eles são machistas, elas agem como feministas, embora muitos não saibam o que isso significa. No cotidiano, homens e mulheres constroem e desconstroem seus papéis sociais, em diferentes relações conjugais, nos espaços de intimidade, de trabalho, na roça, entre uma fala e outra. Evitam enfrentamentos, pois sabem que, muitas vezes, isso poderá atingir seu casamento, então, buscam outras formas de quebrar estigmas.

Esse trabalho mostrou-nos um universo repleto de novas informações, conhecemos o novo. Fomos ao assentamento para conhecer a realidade do trabalho de homens e mulheres. Vimos homens e mulheres que lutam, a todo instante, por melhores condições de vida. Vimos mulheres com garra, força, luta e elas nos ensinaram muito, mais do que poderiam imaginar. Elas nos transformaram, provocaram grandes mudanças, o que nos levou a perceber, nas entrelinhas do seu cotidiano, de suas falas, as práticas de resistência, a luta das mulheres nasce a cada dia, se renova, ganha força a cada amanhecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. O mundo desencantado dos assentamentos. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo et al. **Assentamentos rurais: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: EdUNESP, 1994. p.313-320.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; FERRANTE, V. L. S. B. No reino da modernização: o que os números do Censo da reforma agrária (não) revelam. In: SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D. N. C.; ROSA, S. L. C. (Orgs.). **Os assentamentos da reforma agrária no Brasil**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 171-204.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez.1995, p. 133-184.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade – lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. A. Queiroz, 1979.
- BRASIL. Senado Federal. Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm>. Data do acesso: 30/01/2006.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Rev. Estud. Fem.**, jan./abr. 2004, vol.12, no.1, p.205-227.
- _____. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, jan./jun. 2002, no.7, p.50-81
- _____.; FREIRE, Nádia Maria Schuch. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano XI/XI, p. 305-322, 1983/1984.

- CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Rev. Estud. Fem.**, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. **Cadernos Pagú**, Campinas, n.4, 1995.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**. Disponível em: <http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1263&eid=6>. Data do acesso: 14/03/2006.
- COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. **São Paulo Perspec.**, out./dez. 2001, vol.15, no.4, p.105-118.
- COSTA, Suely Gomes. Gênero e História. IN: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel (orgs.). **Ensino da História**. Conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003, p.188-208.
- DE GRANDI, Alessandra Bueno. Relações de gênero em famílias agricultoras em Santa Catarina. In: PAULILO, Maria Ignex Silveira; SCHIMIDT, Wilson (Orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis, SC: UFSC, 2003. p.39-70.
- FABRINI, João Edmilson. **A posse da terra e o sem-terra no sul de Mato Grosso do Sul – o caso Itaquirai**. 1995. 186 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP. Presidente Prudente, 1995.
- FALCI, Miridan Knox. Mulheres no sertão nordestino. IN: PRIORE, Mari Del. **Historia das Mulheres no Brasil**. São Paulo: contexto, 1997. p.241-277.
- FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra**. 2002. 409 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002.



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Etnias indígenas**. Disponível em:

<<http://www.funai.gov.br/funai.htm>>. Data do acesso: 29/01/2006.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**: destaque especial ao município de Dourados. Estado: L.A. Gressler, 1988.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (O homem e a História).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Revista do Censo**.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>>. Data do acesso: 31/01/2006.

MATO GROSSO DO SUL. Instituto de Planejamento de Mato Grosso do Sul. **MS 2020**. Campo Grande, MS: IPLAN, 2003.

_____. Secretaria de Estado de Finanças . Orçamento e Planejamento. **Diagnóstico Sócio-Econômico de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande (MS): SEF; 1996.

LECHAT, Noelle Marie Paule. "Relações de gênero em assentamentos do MST (RS): a participação da mulher na produção e reprodução em unidades familiares e coletivas". In: PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca Rodrigues; ALMEIDA, Joaquim Anécio (Orgs.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1996. p. 93-116.

_____. **A questão de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**: estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul. 1993. 247f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. (v. 1).

MATOS, Maria Izilda S. de. **Cotidiano e Cultura**. História, Cidade e Trabalho. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

_____. **Por uma história da mulher**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MENEGAT, Alzira Salete. **No coração do pantanal**: assentados na lama e areia. As contradições entre os projetos do Estado e dos Assentados no Assentamentos Taquaral. 2003. 274 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

MOREIRA, José Roberto. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 20, abril 2003, p.113-141.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estud. av.** Sept./Dec. 2001, vol.15, no.43 p.185-206.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015&lng=en&nrm=iso>. Data do acesso: 10/03/2006.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Rev. Estud. Fem.**, jan./abr. 2004, vol.12, no.1, p.229-252.

_____. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Cadernos de Pesquisa**, nº 21, Junho 2000.

PAVAN, Dulcinéia. O caminho feminino para a reforma agrária. **Revista Estudos NERA**, ano 3, jul./2000. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/d.geo/nera.Revista/Arq-3/Dulcin%20E9ia.exe>>. Data do acesso: 31/01/2006.

_____. **As Marias Sem-Terras - Trajetória e Experiências de vida de Mulheres Assentadas em Promissão - SP - 1985/1997**. Dissertação. Programa de História, PUC-SP, 1998.

POSSAS, Lídia Maria Vianna. **Mulheres, trens e trilhos: modernidade no sertão paulista.** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____. Vozes Femininas na Correspondência de Plínio Salgado. In: GOMES, Ângela Castro. **Escrita de Si, Escrita da História.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro de informação viva.** São Paulo: T.A. A. Queiroz, 1991.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de Luta ou “coordenadoras de painéis”?** Brasília: Unesco, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth J. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SALCIDES, Arlete; ALVES FILHO, Eloy. As deserdadas na reforma agrária brasileira. In: CARVALHO, Marie Jane S.; ROCHA, Cristianne Maria F. (Orgs.). **Produzindo Gênero.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2004. p.208-217.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. **Rev. Estud. Fem.**, jan./abr. 2004, vol.12, no.1, p.321-330. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100017&lng=pt&nrm=iso>. Data do acesso: 08/05/2005.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira.** 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez.1995, 71-99.

SILVA, Cristiani Bereta da. Relações de gênero e subjetividades no devir MST. **Rev. Estud. Fem.**, jan./abr. 2004, vol.12, no.1, p.269-287.

_____. Homens e mulheres em movimento: relações de gênero e subjetividades no devir do MST. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória.** São Paulo: UNESP, 2004. (Coleção Paradidáticos; SériePoder).



SIMONETTI, Miriam Claudia Lourenção. **A longa caminhada: a (re) construção do território camponês em Promissão.** Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas. 1999, 267 f.

SOYET, Raquel. **Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas.** In: SAMARA, Em de Mesquita; MATOS, Maria Izilda; SOLER, Maria Angélica. São Paulo: EDUC, 1997. p.53-82.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Rev. Estud. Fem.**, jan./abr. 2004, vol.12, no.1, p.253-267. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100013&lng=pt&nrm=iso>. Data do acesso: 08/05/2005.

VAITSMAN, Jeni. Biologia e História (ou, Por que a igualdade é possível). IN: LABRA, Maria Eliana. **Mulher, saúde e sociedade no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1989. p.25-38.

VAN DER SCHAAF, Alie. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, 2003, no.10, p.412-442.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1997.

_____. **Herdeiros, parentes e compadres.** São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: Edunb, 1995.



Foto: E. S. S. - A longa caminhada do M. S. no campo - Campo Grande, MS, 1997
(Foto do autor, acervo do E. S. S.)

Apêndice 1:

Fotos marcadas pela vida nos acampamentos, expostas ao tempo e ao relento



Foto 1: almoço durante manifestação do MST na capital – Campo Grande, MS, 1997
(Foto do acervo particular de E.S.)



Foto 2: manifestação do MST na capital – Campo Grande, MS, 1997

(Foto do acervo particular de E.S.)

Apêndice 2:

Manifestação de assentados contra o baixo preço do leite



Foto 3: faixa dos movimentos sociais e sindicato dos assentados durante a manifestação contra o baixo preço do litro de leite – Fevereiro/2006

Foto produzida pela autora



Foto 4: faixa dos movimentos sociais e sindicato dos assentados durante a manifestação contra o baixo preço do litro de leite – Fevereiro/2006

(Foto produzida pela autora)

Apêndice 3: *Resumo de questões*

* Nome completo

Fotos das famílias dos Assentamentos

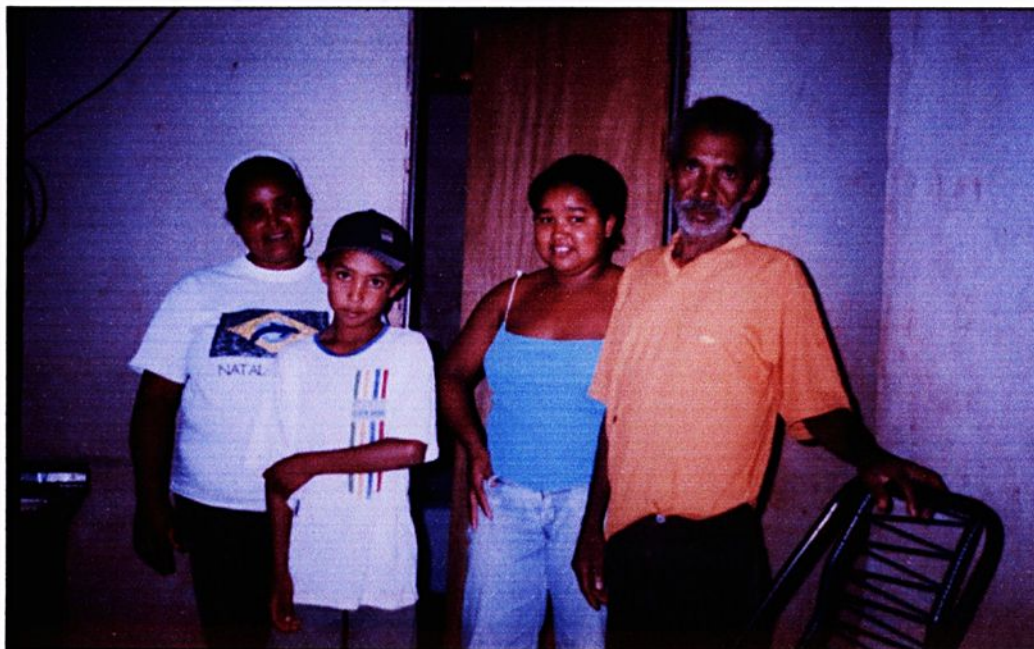
* Data e o local de nascimento



* Com relação à qualidade da terra, a terra é boa, e será para agricultura?

(Foto produzida pela autora) 2005

* Vende alguma produção de produção?



O assentado desta foto, faleceu um mês após a realização da entrevista. Esta foi a última foto da família reunida.

(Foto produzida pela autora) 2005

Apêndice 4: Roteiro de questões

- Nome completo
- Data e o local de nascimento
- Três últimas cidades que morou
- Profissão dos pais
- Em que profissão(es) já trabalhou ? Profissão atual?
- Como ficou sabendo da distribuição de lotes?
- Quando começou a ter contato com as pessoas do acampamento?
- Através de quem entrou no acampamento?
- Como veio parar no assentamento?
- Quais foram as maiores dificuldades no acampamento ?
- Como conseguiu o lote, foi através de sorteio ou não ?
- Está filiado ou participando de algum movimento no momento ?
- Como encontrou o lote ?
- Há quanto tempo está no lote?
- Com relação à qualidade da terra: a terra é boa, é fértil para agricultura ?
- O que cultiva e o que cria no lote
- Vende algum produto de produz?
- Possui algum outro tipo de renda ?

Apêndice 5:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O objetivo deste estudo é conhecer a história do processo de ocupação do Projeto de Assentamento Lagoa Grande, bem como identificar as relações de gênero no contexto da agricultura familiar, discutindo o papel da mulher e do homem que passaram pelo processo da reforma agrária. Todos os dados obtidos serão mantidos em sigilo e utilizados apenas para este estudo. A sua participação neste estudo é voluntária e espontânea durante o período de realização da pesquisa, sendo que você poderá desistir a qualquer momento sem prejuízo para a sua pessoa.

Declaro que li e entendi este formulário de consentimento e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas e que sou voluntário a tomar parte deste estudo.

Dourados/MS, _____ de _____ de 200_.

Nome: _____

Nome: _____



